Presença

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br

Hugo Gouthier

Presença



Brasília, 2008

Copyright ©, Fundação Alexandre de Gusmão

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes e
Lílian Silva Rodrigues

Projeto gráfico e diagramação:
Cláudia Capella
e Paulo Pedersolli

Impresso no Brasil 2008

Gouthier, Hugo.
Presença / Hugo Gouthier.
– Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

344 p.

ISBN: 978-86-7631-099-0

1. Gouthier, Hugo – Biografia. 2. Política externa – Basil. I. Título.

CDU: 929(81) Gouthier, Hugo
CDU 327(81)

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14.12.2004.

Presença

"O nome deste livro - Presença - não podia ser outro. Esta palavra é uma das marcas de Hugo Gouthier, imagem humana da presença. Presença em todos os setores da vida e da inteligência, inclusive no amor do mundo e do que ele inspira esteticamente. As duas coisas fizeram dele um colecionador das aparências da terra e do que delas o artista pode sacar. É assim um globe-trotter e um fino colecionador dos quadros essenciais da pintura moderna - com que ele adornava as sedes das missões que chefiou..."

Desejo consignar os meus agradecimentos à D. Leonor Basères pela cooperação que me deu no preparo de todo o livro, com a sua reconhecida competência e dedicação.

Agradeço também a Virgílio Moretzsohn Moreira, pela ajuda inicial que me prestou, e a Paulo Pinheiro Chagas, Odyr de Andrade, José Thomas Nabuco Filho, Embaixador José Sette Câmara, Embaixador Roberto Assumpção e Maria de Nazaré de Kós Miranda Marques pelos subsídios que me proporcionaram.

Sumário

Apresentação 11
Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Prefácio 17
Guilherme Figueiredo

Introdução 25

As Minhas Revoluções Liberais 35

Ciranda Mineira 51

O Encontro e o Choque com o Mundo 67

Washington - 1939 79

Pearl Harbor 89

A Última Ofensiva de Hitler 95

Admirável Mundo Novo 115

Diplomacia em "D" Maior 125

Os Anos Dourados do Rio 133

Lembranças de Família 149

No Reino de Persépolis 159

Legenda Prejudicada pelo Recorte 177

Os Estados Unidos da América do Norte 181

O Início da Desburocratização 221

O Tempo Reencontrado 227

Em Busca de Novos Mercados para o Brasil 245

Em Roma como os Romanos 253

Cassado pela Revolução 299

O Museu de Arte Moderna (MAM) 313

Iconografia 325

Apresentação

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Apresentação

Foi muito honrado e com grande emoção que recebi o convite do Embaixador Jeronimo Moscardo de Souza, Presidente da Fundação Alexandre Gusmão, para apresentar um prefácio à reedição do Livro Presença, autobiografia do Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim.

O Embaixador Hugo Gouthier foi o meu primeiro chefe no exterior quando ainda Segundo Secretário, integrei sua equipe na Embaixada do Brasil em Roma que curiosamente foi o meu primeiro posto no exterior e o último, pois foi lá juntamente que encerrei a minha carreira.

A experiência de servir com o Embaixador Gouthier foi inesquecível e aprendi muito dos segredos da profissão com Sua Excelência. O Embaixador Gouthier não era um diplomata convencional. Sempre me distinguiu com sua amizade e consideração. Recordando sempre a nossa condição de mineiros. Ele exercia a diplomacia da maneira mais qualificada e sofisticada, tinha geralmente uma excelente situação local sem descuidar sua retaguarda brasileira e sem perder os seus traços brasileiríssimos, tendo sempre um prazer indisfarçado de abrir as portas de sua Embaixada aos compatriotas de passagem.

Pude entender em Roma a plenitude dessas qualidades pois circulava com o mesmo desembaraço nos palácios da nobreza romana quanto nos círculos de poder brasileiro.Essa dualidade lhe conferia um prestígio singular pois uma das lições que eu aprendi foi a de que um bom diplomata tem que saber desempenhar as funções clássicas de informar, representar e negociar com igual importância.

Entendi também que em termos de governo perante o qual o agente está acreditado a capacidade de influir em seu país de origem é quase tão relevante quanto a representação local e o Embaixador Gouthier conseguiu sempre dar demonstrações de seu imenso prestígio internacional e nacional.

O sentido de oportunidade era também uma das suas qualidades mais salientes. Lembro-me que quando soube por meio de seus contatos em Roma que a família Doria Pamphili precisava de liquidez para fazer face aos compromissos fiscais decorrentes de sucessão. Não hesitou em procurá-la para justamente fazer uma oferta sobre um dos bens mais prestigiosos daquela família. **O Palácio Pamphili** , onde já estava instalada desde os anos 20 , a Embaixada do Brasil.

A proposta foi aceita e o Brasil pode contar uma sede em Roma com 15 mil metros quadrados e 108 metros de testada sobre a Piazza Navona. Bastaria esta transação para consagrar a carreira do Embaixador Gouthier.

Infelizmente a realidade foi outra e a maledicência e a inveja não perdoariam o sucesso profissional do Embaixador Gouthier que acabou punido pela Revolução sendo obrigado a encerrar sua brilhante carreira. Quem perdeu foi o Brasil.

Recordo-me também pelo seu amor dos assuntos culturais. Viveu na Europa na época da guerra, e pôde assim aproveitar boas chances de adquirir importantes obras de arte, que o acompanharam durante quase toda a sua vida.

Lamentavelmente teve que se desfazer da maior parte delas para se sustentar depois da punição injusta que lhe foi imposta.

Já me referi a excelente situação internacional que desfrutava o Embaixador Gouthier. E a melhor evidencia disso foi a missão que lhe conferiu o Presidente João Goulart , cujo governo estava longe de poder ser considerado pró-americano. Em um momento crítico o Presidente João Goulart designou o Embaixador Gouthier para se deslocar a Washington e explicar as posições de seu governo ao então o Presidente Kennedy de quem Gouthier se tornara amigo ainda nos anos 30, quando era um simples Conselheiro da Embaixada do Brasil.

Quem se decidir a pesquisar a vida da fascinante personalidade de Hugo Gouthier terá que se deter extensamente sobre o papel que sua esposa Laïs desempenhou em sua vida.

Laïs é modelo de mulher , mãe e Embaixatriz verdadeiramente excepcional, e soube representar como ninguém o nosso país onde Gouthier foi acreditado.

Foi na minha opinião um dos mais completos profissionais com que contou o Itamaraty em todos os tempos. Servir na sua Embaixada era uma permanente lição de profissionalismo, de civismo e de amor à pátria.

Foi um grande homem.

Prefácio

Guilherme Figueiredo

Prefácio

Vou quebrar uma promessa: a de não escrever prefácios enquanto for irmão de presidente da República. Quebro-a por dois motivos: porque Hugo Gouthier é meu amigo e porque o seu livro é importante. A primeira razão não valeria se *Presença* não me agradasse; a segunda me salva o amigo, que me escreveu: "Ficar-lhe-ei grato se fizer o prefácio. Você sabe que não o escolhi por ser irmão do Presidente da República e sim pelo seu valor intelectual. A nossa amizade antiga de muitos anos, de Nova York, Paris e Rio de Janeiro, se vincula a essa escolha e, se aceita por você, só será para mim motivo de alegria." O livro é bom, o amigo é bom, a vaidade é boa. Escrevo o prefácio.

Escrevo-o também porque já lá se vão uns vinte anos ou mais, afirmei que dá azar ser inimigo de Hugo Gouthier. Ele nada faz contra os inimigos, se os tem, essa pérola de homem. Nasceu com o dom cristão de amar o próximo, qualidade utilíssima na diplomacia, embora poucos saibam exercê-la além da obsequiosidade. Lembro-me de Assis Chateaubriand, paralítico e torto como uma árvore moribunda, a dizer-lhe, em Paris, através da enfermeira intérprete, no avião que o levava a Moscou numa derradeira esperança de cura: "As revoluções escolhem como vítimas

as melhores pessoas...” Hugo Gouthier foi vítima de sua velocíssima capacidade de realizar. Seu espírito público, certo ou errado, mas sincero, nos fez perder um dos nossos melhores diplomatas. Gouthier não se tornou amargo: o seu livro, sem uma palavra de rancor, nos comove justamente por isso: é uma afirmação de amor à vida, à profissão, ao país.

Gouthier é gravado em trinta e três e tocado em setenta e oito. Trepidante, saltitante, aflito. Quando o conheci, repórter de oposição quando o colega dos Diários Associados era também oficial de gabinete do Ministro Capanema, não imaginaria que sua gentileza, sua prestimosidade, sua inteligência o levassem à diplomacia. Seria um político, um político sagaz, um vitorioso político, hábil o bastante para equilibrar-se no avanço e recuo das ondas. Nada disto. Depois fui encontrá-lo várias vezes em Nova York, em épocas em que ali se agitava, permanente ou de passagem, a fina flor do Itamaraty: Dora Vasconcelos, Roberto Campos, João Araújo Castro, Mário Vieira de Melo, David Silveira da Mota, Luiz Bastian Pinto, Roberto Assunção, Carlos Alfredo Bernardes, Sérgio Frazão, João Frank da Costa, Vasco Mariz, Hélio Scarabotolo, Sizínio Pontes Nogueira, Marcos Romero, e aqui paro certo da injustiça das omissões. O redator-publicista que eu era então deu-se ao luxo de convidar o nosso Cônsul-Geral para um almoço - e pagar. Parece que não estava nos hábitos dos nossos diplomatas consentir que alguém lhes pagasse o almoço. Resignavam-se a esse pedágio. Talvez o meu gesto me permitiu depois conhecer os Modigliani de Hugo Gouthier em seu apartamento. Ganhara eu o privilégio de ser recebido pelo grupo mais sofisticado de funcionários públicos brasileiros, os diplomatas,

sempre munidos de uma informação, de uma frase de espírito, sempre acolhedores (desde que não lhes tocassem nas disputas da carreira).

Mais tarde percebi que um diplomata em Nova York, em Paris, em Roma, em Lisboa é quase sempre também um trabalhador em causa própria: é quem revela a Cidade a ministros, deputados, senadores, cientistas, artistas - e a futuros ministros, deputados, senadores, cientistas, artistas. É a isto que um patife que me cultivou longo tempo chamaria "jogar na baixa". O diplomata pode escolher o patrício por sua posição econômica, social, política; mas pode também escolhê-lo porque nele descobre afinidades de espírito acima do consumo ao redor. Acolher o viajante bisonho é dar-lhe para toda a vida a recordação de momentos inefáveis diante da Mona Lisa ou de Zizi Jeanmaire, da Bastilha ou do *escargot*, da Estátua da Liberdade ou da Sainte Chapelle, o que não deixa de ser um investimento. Mas fazê-lo pelo esporte de criar amigos, o Xá do Irã ou Louella Parsons, o menino John Kennedy ou Zsa Zsa Gabor, o colega do fundo da redação ou o moço do elevador, é requinte de que só não louvo a paciência. Gouthier cultiva o patrício não para tornar-se colunável: muitas vezes para ensinar-lhe discretamente o talher do camarão, a roupa escura do coquetel, os *dos* e os *don'ts* da conversa na qual o turista brasileiro quase sempre se dá mal. O talento de muitos dos nossos diplomatas consiste em policiar discretamente a *gaffe*, sabedores de que o único produto brasileiro ainda não gravoso é a *gaffe*. Gouthier salvou muitos ilustres brasileiros de muitas *gaffes* ilustres.

Valeria a pena observar: esse dom do desembaraço nos salões diplomáticos, o cultivo de amizades, a solicitude para

disfarçar as tolices alheias, a habilidade do *bon mot* no momento exato são qualidades mineiras. O mineiro é o mais universal dos brasileiros, mais que o bem falante paraense, o elegante pernambucano, mais que o viajado cearense, mais que o tonitruante gaúcho, mais que o perorante bahiano, mais que o provinciano paulista. Cito os que melhor pude observar em suas generalizações canhestras, em seus arroubos patrióticos, em suas comparações despropositadas. O mineiro sai da toca de suas montanhas e vai para a Europa, omite-se por um tempo, torna-se invisível, continua falando baixinho, continua ouvindo com um sorriso - e desabrocha em *gentleman*. Se regressa a Minas volta a ser o discreto mineiro, para não magoar os coestaduanos. Se gira fora do país, acaba discutindo Picasso com propriedade, gostando de Marie Laurencin, ouvindo em Bayreuth e Salzburgo, gostando de encadernações e de *marrons glacés*, fazendo uma política educadamente felina e diplomacia civilizada, escrevendo limpo e discursando dentro da clave. Vejam Afonso Arinos, Santiago Dantas, Oto Lara Resende, Maria José de Queiroz, Pedro Nava. Vejam a História do Brasil.

Pois o mineiro Hugo Gouthier tornou-se, como todos nós, carioca; e, quando diplomata, tornou-se universal. Sua capacidade de angariar amigos nos deu um Nova York um Consulado-Geral à altura do país, em Bruxelas uma Embaixada digna de admiração, em Roma um palácio admirável. Deu-nos o êxito em negociações árduas. Vestiu-nos de prestígio. Posteriormente, encontrei-o no exílio, sem uma palavra de rancor. Nenhum jornal (e Gouthier tinha a imprensa francesa em sua sala de visitas) publicou uma palavra de lamento contra a injustiça. Vendeu os seus quadros queridos, o seu apartamento acolhedor.

Pediu-me que mandasse a meu irmão, em 1965, sua defesa e documentos de sua vida funcional. “Peço que você mande estes papéis a seu irmão, não para que revelem o ato que me atingiu, mas porque desejo deixar a meus filhos um nome honrado.” Trabalhou para sustentar-se. Prosperou graças ao trabalho, aos amigos que conseguira para o Brasil. Escreveu um livro simples, generoso, digno. Hugo Gouthier tem seu nome numa rua nos Estados Unidos. E uma avenida no meu coração.

Introdução

Introdução

Não foi assim, de repente. Não amanheci um belo dia inspirado e decidido a escrever a história da minha vida. Nem foi um projeto longamente acalentado que me impunha e ia adiando. Aconteceu, simplesmente. Como uma nova etapa, natural e lógica, desse lento e incoerente processo que é o viver.

Um belo dia, isso sim, folheando anotações, percebi que era chegada a primavera e as minhas recordações desabrochavam já sob a forma sincera e despojada deste pequeno livro.

Paro um instante, hesito. Sincero fui e serei sempre, mas posso jurar-me verdadeiro? Depende do conceito de verdade, se a óbvia, superficial e consciente, se a que emana incontrolável de camadas mais secretas e profundas. Pois a memória, ninguém duvida, é um poço de ilusões. Traiçoeira, seletiva e parcial, não vacila em preencher seus vazios com furtivos empréstimos da imaginação. Por mais que me defenda e acautele, estarei a salvo de suas armadilhas sedutoras? Serei capaz de impedir que aflorem sonhos e desejos submersos? Não importa. Como já dizia o velho pensador italiano - Giambattista Vico - "o critério

da verdade é o tê-la fabricado". E as fantasias podem muito bem ser o elo indispensável à reconstrução do homem inteiro.

Feito esse reparo honesto, posso me dedicar a cumprir o meu impulso atávico e sentar-me ao redor do fogo. E, enquanto aprecio a dança das labaredas - como fez o homem desde os tempos imemoriais das cavernas - tentarei alinhavar em palavras os meus feitos, dividir a minha experiência e visão do mundo, cantar as minhas guerras, confessar os meus amores.

Talvez eu esteja apenas falando sozinho no escuro para afugentar o medo. Tentando lutar contra a morte adquirindo uma certa ilusão de permanência e desagravo; procurando recuperar um passado que, quando era experiência vivida - e sentida na carne e na alma - de tão intenso e inebriante parecia o caos.

A vida vivida - em sua vertiginosa complexidade e imprevisibilidade - carece de ordem e coerência, da perspectiva que permite determinar a hierarquia das coisas e dos fatos, o valor das pessoas, o efeito e as causas, os vínculos entre as ações.

A vida relembrada - no silêncio da distância - é um desenho passado a limpo, de planos harmoniosos e contornos definitivos no conjunto e nos mínimos detalhes.

Repenso a minha vida com prazer e com saudades. Mas sem o menor saudosismo. Uma das coisas que mais me irritam é ouvir alguém dizer "no meu tempo" referindo-se à sua juventude. Como se a juventude fosse o único território digno e glorioso, e o resto da vida um arrastar de penas e vergonha. O *meu tempo* é o tempo todo em que eu estiver presente, respirando, ocupando o meu espaço, divertido como um

espectador, ansioso como um cúmplice. Levo novamente a taça a uns lábios mais sábios e o seu sabor - sutil e depurado - conjura os meus demônios, libera-me as mãos.

Escrevo a minha história, modestamente, porque não poderia deixar de escrevê-la, pequeno espelho que sou de um século fascinante. O mais fabuloso, trágico e belo de toda a história da humanidade. O que vai dos bondes de burro às naves espaciais; do obscurantismo em todas as áreas, ao questionamento e conseqüente reformulação técnica, científica e ideológica que permitirá ao homem, estou absolutamente confiante, a conquista definitiva desse planeta amável, baseada no direito, no respeito e na esperança.

Em 70 anos, fui testemunha ocular de transformações tão radicais que normalmente exigiriam séculos. Mas longe de mim tentar retratar a vertiginosa evolução do pensamento moderno. Posso apenas entregar-lhes a minha vida e deixar perceber como nela se refletiu o que vi e vivi. A vida de um menino nascido no bucólico Estado de Minas, sem dinheiro, sem família poderosa ou talentos geniais, que saiu pelo mundo afora trabalhando duro para o seu país, relacionando-se com as pessoas mais interessantes da sua geração.

Eu devia ter uns sete anos, e jogava bola de gude em Dores do Indaiá, quando um tal de Sigmund Freud publicou um estranho livro chamado *Introdução à Psicanálise* provocando no mundo uma comoção que, obviamente, não chegou até mim. Aos 11 anos, no Ginásio Mineiro, um professor me informou que um judeu alemão, de nome Albert Einstein, recebera o Prêmio Nobel de Física por trabalhos que não alcancei a

compreender. Aos 15 anos, tomei conhecimento de que um russo meio louco, chamado Eisenstein, revolucionava o cinema com um filme incrível, o *Couraçado Potemkin*. E que um inglês, muito engraçado, Bernard Shaw, conquistava os lauréis máximos de literatura, enquanto um espanhol desvairado, Pablo Picasso, superando o surrealismo, estabelecia definitivamente a dignidade da arte abstrata.

Minha adolescência terminou abruptamente aos 17 anos, quando meu pai morreu, e eu fui obrigado a trabalhar. Nessa época, até os jornais de Minas abriam manchetes para o aviador solitário, Charles Lindbergh, que conseguira voar sem escalas de Nova York a Paris.

O famoso quadro *Guernica* que ora voltou aos domínios da Espanha, depois de um longo reinado no Museu de Arte Moderna de Nova York, foi pintado em 1937, no tempo em que eu trabalhava no gabinete do Ministro Gustavo Capanema e os americanos inventavam o primeiro computador, o Mark I.

Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, eu me preparava para assumir o meu posto numa Londres submetida a desesperado bombardeio quando me caiu nas mãos o livro *O Ser e o Nada*, no qual o jovem filósofo Jean-Paul Sartre lançava o seu grito existencialista.

Foi em 1949, e eu era Primeiro-Secretário em Washington, que estourou a notícia da vitória de Mao Tsé-tung e da implantação do comunismo na China. Meses depois, eu era Chefe do Cerimonial do Marechal Dutra e o matemático, filósofo e sociólogo inglês, Bertrand Russell, ferrenho opositor

das armas nucleares, era agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. O mesmo que, dois anos mais tarde, seria conferido a Albert Schweitzer, o romântico médico violinista que dedicava sua vida aos leprosos do Gabão, no hospital de Lambarène. Notícia que li no avião que me levava, como Ministro Plenipotenciário, para Teerã.

Em 1959, eu trabalhava em Bruxelas, febrilmente, para a instalação do pavilhão do Brasil na Exposição Universal quando os russos lançaram o Sputnik, o primeiro satélite artificial. Mas só em 1961, Embaixador do Brasil em Roma, ocupado com a restauração do Palácio Doria Pamphili, soube pela boca de Gagarin que a Terra é azul...

Se o mundo, em poucos decênios, passou por uma das mais complexas e profundas transformações da sua história, o Brasil não ficou alheio a essa revolução.

Numa época cada vez mais interdependente, que aproxima todos os rumos e anula distâncias físicas o Brasil também se viu envolvido pela revisão e mesmo pela explosão de valores que a tudo atingiu, transfigurando os mais diversos setores da atividade e do pensamento humanos.

Parte essencial da nacionalidade, vertente profunda de nossos anseios históricos, ponto de encontro de todas as regiões do país, a minha província mineira igualmente passou por dramática evolução, que implica a arte de adaptar-se aos novos tempos, sem deixar dissipar-se o velho patrimônio de uma tradição cultural ainda válida porque permanentemente viva. Eu muito me orgulho de ter contribuído - colaborando na fundação da Companhia Vale do Rio Doce - para o

desenvolvimento e a modernização de Minas dentro do ideal dos Inconfidentes que se contrapunha à exploração predatória dos seus recursos minerais.

Hoje, com a crise do petróleo, o Brasil luta estoicamente para equilibrar a sua balança de pagamentos e estabilizar o nosso cotidiano político e econômico. Mas sei que vamos vencer, superar todas as nossas dificuldades, porque acredito na fibra dos brasileiros e acredito no Presidente Figueiredo.

Considero-o o Presidente de todos os brasileiros. O que ele está fazendo em favor do país é algo de extraordinário. Abraham Lincoln costumava dizer: "Todo mundo pode sofrer agruras, mas se quiser testar o caráter de alguém, dê-lhe o poder."

O Presidente João Batista Figueiredo já provou não só o caráter que tem, como a visão humana e tranqüila de um verdadeiro democrata. Um homem que gosta de dialogar, busca o diálogo e nem sempre é compreendido, como me declarou no curso de uma audiência que me concedeu no Palácio do Planalto: "Antigamente me criticavam porque eu não ria. Agora, eu rio e eles estão achando que eu não devo rir. Mas o meu estilo é este."

Servi ao Brasil com afinco e dedicação e, ao final de 25 anos de carreira diplomática, como prêmio, fui cassado por motivos políticos. Sofri mas não me deixei amargurar. Diminuídos ficaram os que tentaram me contagiar com a sua própria maldade.

Estou aqui, inteiro, incólume. A tempo de presenciar o ressurgimento do meu país guiado pelas mãos seguras de um

grande Presidente da República. E, quando vejo alguém tentar dificultar o processo de redemocratização, lembro-me das palavras de Kennedy: "Antes de perguntar o que o seu país deve fazer por você, pergunte o que você mesmo pode fazer pelo seu país."

Rio de Janeiro, 15 de março de 1982
Hugo Gouthier de Oliveira Gondim

As Minhas Revoluções Liberais

As Minhas Revoluções Liberais

Três de outubro de 1930. Tenho a impressão de que vivi um século naquele dia, de tal maneira ficou-me gravado na memória, minuto por minuto, detalhe por detalhe. Até hoje, se os ventos estiverem favoráveis, o céu claro e a visibilidade boa, posso fechar os olhos e rever os rostos tensos, ouvir trapos de frases.

Na completa escuridão, o silêncio era quase total. Forçando o ouvido podia-se perceber um ou outro ruído abafado e distante, o entreabrir cauteloso de uma porta, ecos longínquos de um despertador. Afundei a cabeça no travesseiro e tentei conciliar o sono novamente. Impossível combater a onda de ansiedade e energia a percorrer-me o corpo. Impossível continuar ali, inerte, à espreita, quando talvez um novo Brasil já explodisse lá fora. Aquele Brasil tão sonhado que nós, os jovens, iríamos finalmente colocar em movimento, revitalizar. Aquele Brasil justo, sério e dinâmico. Um país forte, de verdade.

Sabíamos que a revolução estava para eclodir a qualquer momento. Ninguém suportava mais a política de Washington Luís que Júlio Prestes ameaçava perpetuar. Tínhamos estado contra ele na Aliança Liberal, apoiando o nome de Getúlio Vargas. Antes, ainda, tínhamos lutado contra os processos vigentes com a bandeira

erguida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, na campanha pelo voto secreto.

No salão de refeições deserto, Pedro, o velho garçom, terminava de arrumar as mesas do café. Acolheu-me com divertida surpresa:

– Como é, doutor, noto que está muito preocupado hoje.

– Sim, Pedro, na verdade estou. E ouça o que lhe digo: até o fim do dia talvez muita gente vá ficar mais preocupada do que eu.

As luzes da rua ainda estavam acesas quando saí do Grande Hotel. Levantei a gola do paletó e enfiei as mãos nos bolsos. E fui andando em direção à Chefatura de Polícia, distante apenas algumas quadras. Fui andando devagar, saboreando a descoberta daquela estranha cidade deserta e adormecida. Dividido entre uma grande sensação de posse e uma grande sensação de perda. Como se aquelas ruas todas fossem minhas e eu as deixasse sempre assim, vazias, à minha espera. Ruas que, àquela hora, eram apenas os meus caminhos da madrugada, da volta das minhas expedições boêmias.

A Chefatura de Polícia ainda estava fechada. Para evitar explicações inúteis ao sonolento guarda, resolvi dar umas voltas para passar o tempo. Pensei em Fábio de Andrada e Olavo Bilac Pinto, revolucionários como eu, eles eram dos bons amigos, colegas de faculdade e companheiros da minha primeira luta política: a campanha do voto secreto. Lei desde 1927, o voto secreto continuou no papel até 1929. As eleições continuavam a ser fraudadas, vergonhosamente, pelo *voto de cabresto*, pela chamada *eleição a bico de pena*. Bastava olhar para a fila de eleitores, cada um com a sua cédula na mão – de cores e tamanhos diferentes – para saber

com uma margem mínima de erro o resultado do pleito. O Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pai de Fábio, rebelava-se contra essa prática ignóbil que violentava a vontade popular. Contrariando a maioria dos políticos, useiros e vezeiros no conchavo eleitoral, pôs-se em campanha a favor do voto secreto, convocando para tanto a liderança estudantil de Minas. No idealismo e entusiasmo da idade – eu era presidente do diretório do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Minas – aderimos incondicionalmente. Fábio de Andrada, Olavo Bilac Pinto, José Monteiro de Castro, Newton de Paiva, eu e tantos outros organizamos caravanas de esclarecimento à opinião pública com as quais percorremos praticamente todo o Estado de Minas. Em Belo Horizonte, centro da vida política, organizamos memoráveis e longuíssimas manifestações cívicas na Praça Sete. Mas precisávamos de um teste para mostrar a todo o Brasil que o voto secreto era um salto qualitativo. Nossa grande oportunidade surgiu em 1929 quando Álvaro Mendes Pimentel, membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, renunciou ao cargo. O Partido Republicano Mineiro – PRM – apresentou Jair Negrão de Lima como candidato das classes conservadoras, apoiado pelo prefeito de Belo Horizonte, Cristiano Machado. Não podíamos perder aquela chance. Imediatamente endossamos o candidato da oposição, nosso professor Magalhães Drummond. Fazíamos o máximo em favor do nosso candidato, mas a campanha de Jair Negrão de Lima parecia levar grande vantagem. Pelo menos, Cristiano Machado já se vangloriava da vitória, tinha como favas contadas não só os votos dos conservadores mas também do funcionalismo da prefeitura. Só a Guarda Civil representava mais de 200 votos.

Na noite de sábado para domingo de 5 de maio – dia das eleições – sabendo que as cédulas de Jair Negrão de Lima tinham sido distribuídas, queimamos o último cartucho: fomos na casa de um por um dos guardas recolhendo as cédulas do nosso adversário. Cédulas que nos foram docilmente entregues, já que eram requisitadas pelo filho do Presidente do Estado.

A manobra deu certo: Magalhães Drummond recebeu 1.050 votos contra os 855 de Jair Negrão de Lima. Primeira indiscutível vitória do voto secreto em Minas. Foi um delírio. Comícios, passeatas... Acabamos partindo em multidão para o palácio, a saudar Bias Fortes, Secretário de Segurança, responsável pela lisura e ordem do pleito. Ainda me lembro do discurso candente que Olavo Bilac Pinto pronunciou na ocasião.

Mais uma vez Minas Gerais apontava o caminho da liberdade. E não nos contentamos com Minas Gerais. Saímos pelo Brasil afora fazendo propaganda do voto secreto. Para os meus 19 anos, essa campanha em nome da justiça, da verdade, da honra de nossas instituições foi uma verdadeira Bandeira. Muitos anos mais tarde, ao desembarcar na Europa pela primeira vez, já a serviço do Ministério das Relações Exteriores, sofri um grande choque cultural. Mas a abertura definitiva para a vida deu-se ali, no final da minha adolescência, quando, de coração sensível e mente alerta, descobri o Brasil que se espraiava muito além das minhas montanhas mineiras. E quando, ao descobrir o homem brasileiro, me descobri e me assumi. Com a plena consciência de quem sou e de onde vim. Consciência que moldou o meu caráter, estruturou a minha filosofia de vida e permitiu que eu atravessasse incólume, e até com certa graça, os difíceis anos deste mundo. Foi nessa ocasião que conheci

na Bahia o estudante Nelson Carneiro. Unindo-se a nós, emprestou o brilho da sua oratória à campanha do voto secreto. No Recife, o Presidente Estácio Coimbra dispensou-nos generosa acolhida, recebendo-nos como hóspedes oficiais.

À campanha pelo voto secreto emendou-se o movimento da Aliança Liberal, na qual os estudantes como eu tiveram intensa participação. Nessa jornada, por exemplo, caminhei lado a lado de um grande amigo da vida inteira, Paulo Pinheiro Chagas. Formado em Medicina, na qual fez brilhante carreira, Paulo foi trabalhar no Rio de Janeiro mas sempre se manteve unido a nós, lutando por Minas todas as vezes que Minas precisou dele.

Em Belo Horizonte, fazíamos comícios em praça pública, por todos os pontos da cidade, defendendo a candidatura de Vargas, fustigando o governo federal, arrasando a indicação de Júlio Prestes. Fui de trem com Assis Brasil e Batista Lusardo a Curvelo e Sete Lagoas, parando de estação em estação, em vibrantes pregações cívicas. Os discursos de Assis Brasil e Batista Lusardo, dois mestres da oratória além de expoentes das articulações gaúchas – duravam horas... Em Curvelo, por exemplo, reduto eleitoral de Antônio Viana do Castelo, Ministro da Justiça de Washington Luís, cidade escolhida exatamente por esse desafio, nossas pregações foram marcadas por delirantes ataques ao governo. Digo *nossas* porque eu também participava, tomava a palavra. Com a bravura dos iniciados tentava seguir as pegadas dos mestres gaúchos. Sem conseguir, no entanto, é óbvio, igualá-los não só no brilho como no fôlego.

Por essas e por outras é que, naquela manhã dos meus 20 anos, já me sentia um velho e experiente revolucionário. E, como

tal, finalmente reuni-me a meus constantes companheiros de batalha na sala de Álvaro Batista de Oliveira – Chefe de Polícia – de quem, àquela altura, eu era chefe de gabinete. Estava todo mundo lá. E todo mundo ciente de que aquele era o dia da revolução, explodindo em uníssono pelo Brasil inteiro. Só faltava mesmo marcar a hora para Washington Luís e seus adeptos verem os novos rumos de um Brasil almejado por nós.

Enquanto no Palácio da Liberdade o Presidente Olegário Maciel (sucessor de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, eleito pelo voto secreto) e seu secretariado traçavam os planos mestres da revolução em Minas, na Secretaria do Interior e na polícia, da Rua da Bahia, cuidava-se dos detalhes da sua execução. E aqui cabe uma curiosa reflexão sobre as nuances de ciranda que assumiam então as relações de poder em Minas. Pensando bem, talvez nem só em Minas, talvez nem só então...

Um ano antes, em 1929, prefeito de Belo Horizonte, Cristiano Machado fora nosso adversário na eleição de Magalhães Drummond para o Conselho Deliberativo. Agora, em 1930, Secretário do Interior de Olegário Maciel, era não só nosso aliado, como grande líder da revolução. Dois anos depois, no famoso episódio de 18 de agosto de 1931, não mais Secretário do Interior, continuaria nosso aliado e líder mas seria então opositor de Olegário Maciel.

A Secretaria do Interior e a Chefatura de Polícia enchiam-se cada vez mais de correligionários, voluntários para todo e qualquer serviço. Gente decidida a lutar e a morrer se preciso fosse. Mas, há muito, acertáramos agir com cautela e

precisão para evitar derramamento inútil de sangue. Nossa missão era ocupar os próprios federais, já que Minas inteira comungava com a nossa causa e empunhava a nossa bandeira. Mas os próprios federais estavam bem guardados.

Desde que se tornou patente que Minas, aliada ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, na Aliança Liberal, partia para a luta, Washington Luís tomou suas providências. Uma delas foi justamente colocar os prédios das repartições do governo federal sob a proteção do Exército. Assim, por exemplo, em Belo Horizonte, os pacíficos cidadãos postavam as suas cartas sob o olhar vigilante de soldados armados.

A solução era, pois, atacar de surpresa, numa ação fulminante e concomitante. Mas tinha tanta gente na polícia que levamos algum tempo decidindo quem ia fazer o quê. Deviam ser umas três horas da tarde quando o meu chefe, Álvaro Batista de Oliveira, chegou para mim e disse, estendendo-me um revólver Smith & Wesson:

– E você, Hugo, vai com o Gastão Soares de Moura e quatro soldados da Força Pública tomar o prédio dos Correios e Telégrafos.

Reagi como se não tivesse feito outra coisa na vida. Era a minha missão e eu iria cumpri-la o melhor que pudesse. Até hoje procuro mergulhar na alma do jovem que eu fui em 1930 para tentar descobrir a fímbria do medo naquele feixe de entusiasmo. Não, acho que não tive um instante sequer de medo consciente. Nem foi um gesto louco de aventura inconseqüente. Foi um impulso honesto e ardente. Um dos momentos mais puros da minha vida.

Alguém me ensinava como usar a arma, outro aconselhava-me como agir se ferido fosse. Confesso que não prestei muita atenção. Naquela hora, naquele instante, a única e mais eficaz das armas estava dentro de mim, era o meu entusiasmo, a luz de firmeza e decisão que certamente fuzilaria dos meus olhos. E, como não tinha coldre, guardei o revólver no bolso esquerdo interno do paletó.

Os grupos foram saindo rumo aos seus destinos. Atacaríamos simultaneamente, na hora fixada de acordo com o Rio Grande do Sul e que coincidia com o final do expediente, quando o movimento era menor nas repartições. Às cinco e meia saí com Gastão Soares de Moura e quatro soldados da Força Pública num carro em direção aos Correios.

Era uma serena tarde de outono e as ruas do centro, cheias de gente, mantinham o ritmo normal daquela hora. Como se nada houvesse e como se o mundo não fosse mudar completamente daí a instantes. Disse que não tive medo nenhum e agora, escrevendo estas linhas, percebo que tive medo, sim. Medo de fracassar na minha missão.

O grande milagre da nossa Revolução de 30 foi o de termos conseguido manter em segredo uma operação com tantos adeptos. Era evidente que a população não suspeitava de nada. As calçadas, como sempre, coloridas de apressados transeuntes. Num cruzamento vi Ilka e Luizinha, irmãs de Fábio de Andrada, saindo de uma livraria. Acenei para elas. Sorriram de volta para mim. Ia tudo bem e normal no melhor dos mundos.

Quem visse aquelas seis pessoas não pensaria que o começo da Revolução ia acontecer dentro de minutos.

Na porta dos Correios, sacamos as armas. Lembro que custei um pouco a tirar o meu revólver, preso em alguma coisa no

bolso do paletó. Para maior precaução, segurei-o com as duas mãos e, mantendo os braços esticados, entrei no prédio gritando:

– Começou a Revolução!

Não houve propriamente tumulto. Apenas um acentuado pasmo. Gestos parados no ar, atrás dos guichês. Bocas abertas. Inteiramente despreocupados, os soldados conversavam numa rodinha, as armas ensarilhadas a um canto, fora do alcance de suas mãos. Renderam-se imediatamente.

Com educação mas com firmeza, fizemos sair os poucos usuários que lá se encontravam. E trancamos a porta do edifício. Enquanto Gastão Soares de Moura foi procurar um telefone para avisar a Chefatura de que éramos senhores da situação, dei atenção a um funcionário que se lamentava chorosamente:

– Pelo amor de Deus, tenham a santa paciência mas deixem-me conferir esses valores aqui... Depois, falta alguma coisa e eu passo por ladrão.

Deixamos que o pobre homem conferisse os seus valores e esperamos a chegada da Força Pública a quem passamos a missão da guarda dos Correios.

Pedro Naya, o maior memorialista brasileiro da atualidade, segundo Tristão de Athayde, conta o seu livro Galo das Trevas, *Memórias/5* às páginas 463 e 464:

"... – Quequiá? Teixeira[1]. Esperando? Alguém.

– Nada...

– Então fica quieto! Homem: larga esse relógio...

[1] João Gomes Teixeira ou Teixeirão (N. do A.)

Começaram uma conversinha mole, beleza de tarde, olh'aquela ali, olha com'é boa. Passava carro ou outro, gente se recolhendo. Cinco e vinte verificou pela multésima vez o Teixeira que já não podia disfarçar. Alguma coisa o inquietava que ele talvez não pudesse confidenciar aos amigos.

– Afinal, Teixeira, quequiá? Com você, puxa! Que homem mais desinquieto! Parece até que está com bicho-carpinteiro.

Eles estavam na esquina de Tupis. O Teixeira fixou de repente um carro que virou no Espírito Santo raspando e rangecantando numa derrapagem, que segurou-se nas travas como animal que vai investir, investiu chegando mais para perto meio-fio freou noutro rangido parou, abriu suas quatro portas despejando seis homens armados de revólver 38 cano longo. Na frente deles o Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, ele próprio, a comandar.

– Isto deve ser perseguição a algum malfeitor. Vam'ver essa tromba armada que entrou Correio adentro. Deve ser criminoso escondido por lá...

Mais gente acorria e começava a se aglomerar. Na porta da repartição foram parados por um dos homens de revólver em punho.

– Afastem-se! Aqui ninguém entra! – e reparando no Teixeirão – Só o senhor, doutor, o senhor pode passar.

– Precisa não, Alcino. Já sei do que se trata. Vou correndo pra Secretaria – disse o grangazá. E virando-se para os amigos: Estourou a Revolução! Eu estava esperando essa operação chefiada pelo Hugo e isto quer dizer que o comandante do 12 já está preso. Era a primeira parte da missão desse choque."

Voltamos triunfantes para a Chefatura de Polícia, onde boas notícias nos aguardavam. O próprio Cristiano Machado se encarregava de anunciá-las. A operação era um sucesso. Todas as repartições públicas federais, todos os quartéis do Exército iam caindo nas mãos dos revoltosos, sem tiros e sem sangue, só o Doze – 12º Regimento de Infantaria – resistia.

Hoje é o moderno bairro de Cidade Jardim. Naquele tempo, era árido descampado com as precárias construções do regimento do meio. O regimento que não se rendia. Às cinco e meia, seu comandante, Coronel José Joaquim de Andrade, legalista ferrenho, fora preso em sua residência na Rua da Bahia. A mesma rua onde eu morava, no Grande Hotel. A mesma rua onde eu trabalhava, na Chefatura de Polícia.

O regimento está cercado, o comandante, preso. Permitem-lhe que fale pelo telefone, ordenando a seus oficiais que não resistam. Encarrego-me de fazer a ligação. Os troncos estão ocupados e custo a conseguir linha. A campainha toca, uma voz atende:

– Alô. Aqui é do Doze.

Passo em silêncio o fone ao Coronel Andrade. Ele o segura e berra:

– Pelo amor de Deus! Resistam!

Resistiram quatro dias e renderam-se na manhã do quinto, quando ninguém esperava mais.

O quartel tinha todas as condições de resistir. Além de estar cheio de trincheiras e caminhos subterrâneos, dispunha de farta munição. Com a água que lhe vinha da cidade cortada, cercado por todos os lados pela força pública, pela polícia e pelos civis, o

Doze resiste. E então, nós, os revoltosos vencedores, nós, os sitiantes, começamos a nos preocupar: estávamos quase sem munição. Mais 46 horas de fogo cerrado e estaríamos perdidos.

Começou-se a pensar e a planejar a mudança da capital para Sete Lagoas. Quando, de repente, às onze horas da manhã do dia 8 de outubro, apareceu a bandeira branca erguida pelos entrincheirados. Houve muitos mortos e feridos dos dois lados e todos os oficiais e soldados que lá se encontravam foram presos. Não sei mais o que é que fomos fazer lá, sei é que Paulo Monteiro Machado, irmão de Cristiano Machado, e eu fomos os primeiros civis a entrar no Doze depois da sua rendição. Entramos no exato momento em que soldados da Força Pública substituíam os soldados do corpo da guarda que iam sendo levados presos. E, entre os da Força Pública, vi um conhecido meu, o cabo José Luís.

O ambiente era de total desolação entre os legalistas vencidos. Entre os revoltosos também não reinava a euforia. Os ânimos estavam exacerbados pois corria o boato de que o Doze só resistira por ter recebido a informação, passada por um traidor do nosso lado, de que era precário o nosso estoque de munição. E já se tinha até o nome do culpado: o Coronel Bragança, da Força Pública, que fora encontrado dentro do quartel. Eu conhecia o coronel e não o julgava capaz de tamanha traição. Resolvi conversar com ele, extrair a verdade da sua própria boca. Fui encontrá-lo recolhido ao corpo da guarda, sob a vigilância do cabo José Luís. Mal me viu, o pobre coronel lançou-se nos meus braços:

– Dr. Hugo, eles querem me fuzilar! Pelo amor de Deus, Dr. Hugo, não deixe que me fuzilem, pois eu sou inocente!

Procurei acalmá-lo da melhor maneira possível e, entre soluços, ele me contou a sua história. Tinha um filho no quartel, um filho muito querido, o tenente José Machado Bragança. E penetrara no Doze unicamente para tentar salvar o filho ou morrer com ele. Não traíra ninguém.

Acreditei na sinceridade de suas palavras. Sabia que, apesar de emocionalmente instável, o Coronel Bragança era um homem de bem. Prometi interceder por ele e saí imediatamente à procura do Coronel Luís Fonseca, comandante da Força Pública. Não tinha dado mais que alguns passos quando cruzei com outro conhecido, o cabo Ananias. E, nesse exato momento, ouvi o som de um tiro. Voltei correndo a saber o que acontecera.

– O Coronel Bragança suicidou-se – informou-me o cabo José Luís.

A porta da sala estava entreaberta. Vi o corpo apenas de relance. Caído no chão, no meio de uma poça de sangue, tinha um fuzil ao lado. No momento, achei meio estranho alguém se suicidar com um tiro de fuzil. Mas o coronel estava tão desesperado... e a confusão era tão grande que não pensei mais nisso. Tempo depois, o cabo Ananias foi preso, acusado do assassinato do Coronel Bragança. Que ele evidentemente não matou pois estava ao meu lado quando ouvi o tiro.

Foi um tremendo erro judiciário. O pobre do Ananias levou anos preso e nem sei se algum dia a sua inocência foi reconhecida. Fiz tudo para defendê-lo, prestei inúmeros depoimentos, o último dos quais, por escrito, em 1937, quando estava em meu primeiro posto do Itamaraty, em Bruxelas.

Ponho a minha mão no fogo pela inocência de Ananias; acho que o Coronel Bragança não se suicidou, tenho quase certeza de que ele foi liquidado pelo cabo José Luís. Mas o cabo José Luís desapareceu da face da terra desde aquele dia...

Belo Horizonte estava sob controle mas ainda havia muitos focos legalistas espalhados pelo Brasil. E, de todos os pontos do país dominados pelos revoltosos, saíram destacamentos para combatê-los, numa verdadeira operação de varredura. De Belo Horizonte, o primeiro que saiu, sob o comando do então tenente Nelson de Melo, tinha mais de 500 homens; um batalhão da Força Pública, mais inúmeros civis que a ele se iam incorporando. Destacamento esse que logo recebeu a alcunha de Coluna da Morte.

Fui junto. Recebi a minha farda e me incorporei à tropa. E comigo foram muitos amigos civis entre os quais me recordo de Flávio Caldeira Brant, dos irmãos Roberto e Camilo Mendes Pimentel, Arsênio Garzon, Júlio de Melo, Paulo Costa, Jacy de Souza Lima e Paulo Gontijo. O grosso da tropa foi de trem. Alguns oficiais e alguns civis, como eu, fomos de carro pela terrível estrada que ligava Belo Horizonte a Juiz de Fora.

Em Benfica tivemos um entrevero com tropas legalistas do qual saiu ferido, entre outros, o Jacy de Souza Lima. Dias depois recebemos a notícia de que a revolução triunfara definitivamente. Foi portanto uma curta guerra, de uma só batalha, a da Coluna da Morte. Fomos de Belo Horizonte a Benfica, ao lado de Juiz de Fora, mas teríamos ido ao Chuí. Não éramos militaristas, nem de longe queríamos uma guerra fratricida. Éramos um punhado de jovens idealistas e, se preciso fosse, teríamos marchado até o Chuí.

Ciranda Mineira

Ciranda Mineira

Firenze mia...
... a mezzo novembre
non giunge quel che tu d'ottobre fili.
(Dante. Purg. C. VI, v. 143-144)

("Florença minha, o que fias em outubro não alcançará meados de novembro", advertia Dante.)

Pois é. Em Minas também não deu outra coisa. Fizemos a revolução em 3 de outubro e, em meados de novembro, já se ouviam os primeiros acordes da ciranda.

O mundo não mudou completamente como eu esperava. Ou melhor, mudou tão pouco que nem dava para perceber. A primeira providência foi, naturalmente, demitir todos os que haviam sido nomeados pelo Governo Federal e nomear em seus lugares gente indicada pela situação. Outras se seguiram, entre as quais a criação de um tribunal especial "para processo e julgamento de crimes políticos e funcionais". Tribunal que tinha por objetivo real crucificar Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa. Brilhante e corajosamente combatido por Djalma Pinheiro Chagas, esse tribunal acabou se transformando, em primeira instância, na Junta das Sanções; em segunda, na Comissão de Correição Administrativa. E foi se diluindo, se diluindo, até que não se falou mais nisso.

Ganhar talvez seja bem mais difícil que perder. Penso muito nisso quando leio sobre os jovens revolucionários de hoje.

O Fernando Gabeira, por exemplo. O que seria dele se a sua revolução tivesse triunfado? Teria atingido a serenidade que transparece nos seus livros se, em vez do exílio na Suécia, tivesse curtido aqui mesmo o exílio intrínseco da vitória? Quanto a mim, tanta água passou por baixo da ponte, que consigo hoje escrever com certo humor sobre aqueles dias de amargura.

A princípio nada mudou na minha vida particular. Nem esperava mesmo que mudasse. Despi a farda da Coluna da Morte e voltei para a faculdade para terminar meu curso de Direito. Continuei morando na Rua da Bahia, no Grande Hotel, e trabalhando na Rua da Bahia, na Chefatura de Polícia.

Aliás, eu não tinha nada para me queixar da vida. Órfão de mãe, aos nove anos, de pai, aos 17, vivia desde então à minha custa, com o suor do meu trabalho. Aos 20 anos, chefe de gabinete, ganhava bem, tinha um automóvel à disposição, morava no melhor hotel da cidade e tinha uma fabulosa turma de amigos.

Passei a vida inteira tentando encontrar uma resposta à admiração geral sobre a minha capacidade de fazer amigos. "Você é um gênio!" "Como é que você consegue tornar-se amigo dessa maneira de príncipes e plebeus?" Confesso que não sei. Talvez tenha mesmo esse pequeno talento. Todos temos direito a pelo menos um, não é? Mas não extraí fórmulas nem desenvolvi técnicas. Por isso, infelizmente, não posso dar a receita. Talvez tanta gente goste de mim, simplesmente porque eu goste de tanta gente. Talvez o meu faro tenha me ajudado a construir uma legião de amigos interessantes. Isso eu possuo, um faro certeiro. Consigo sempre distinguir uma personalidade marcante, criativa, plena, perdida no meio de uma multidão de pessoas desinteressantes.

Em Belo Horizonte, então, a gente já nascia se conhecendo. Quem não era parente era amigo de infância, era vizinho. E, apesar de certos tabus, certas convenções ritualísticas de comportamento a obedecer, o convívio social era mais íntimo. Porque tudo era mais simples e era mais barato. Não havia luxos exagerados nem ostentações. A decoração das casas – as mais ricas – era sóbria, quase espartana. Ninguém tinha copeiro de luvas ou servia caviar.

Mas voltemos a 1930. Era evidente que Getúlio Vargas não se sentia confortável com o governo mineiro. Alegavam que seria mais fácil para a implantação dos princípios da revolução se ele pudesse designar um interventor de sua confiança em Minas. Dentro dessa filosofia, Cristiano Machado (Secretário do Interior), Carneiro de Resende (Secretário das Finanças) e Alaor Prata (Secretário da Agricultura), tiveram um gesto de altruísmo e foram ao Presidente Olegário Maciel propor a renúncia dos quatro, deixando o caminho livre para o novo Governo Federal.

Do alto dos seus veneráveis 80 anos, Olegário Maciel não quis nem ouvir falar. Era Presidente eleito pelo povo, em voto livre e secreto, dera todo o apoio à revolução, cumpriria até o fim o seu mandato. Era *Presidente* e *Presidente* continuaria. E só deixou mesmo o Palácio da Liberdade quando faleceu, dois anos depois.

Os três secretários mantiveram a sua renúncia. Foram então exonerados a 26 de novembro e para os seus lugares Olegário convocou: Gustavo Capanema (Interior), Amaro Lanari (Finanças) e Noronha Guarani (Agricultura), pouco depois substituído por Ribeiro Junqueira. E, o que era mais grave, convocou sem uma consulta prévia a Arthur Bernardes, Presidente do partido que o

elegera. Estava jogada a luva, tivemos que levantá-la. Mas entre a mão e a luva, gastou-se um tempo precioso. Quando o PRM abriu os olhos, já tinha perdido centenas de adeptos para a Legião de Outubro.

Réplica tupuniquim do fascismo europeu, a Legião de Outubro, fundada em Minas a pretexto de unir sob uma única bandeira as várias ideologias que fizeram a Revolução de 30, esvaziara o PRM. Muitos de nossos antigos correligionários, ridiculamente fardados de cáqui, desfilavam por Minas Gerais gritando *slogans*; um dos quais, de autoria do próprio Francisco Campos, é um primor de violência: "Legião é braço e punho".

O espantoso é que essa filosofia, tão radicalmente contrária ao temperamento mineiro, foi ganhando terreno. Conquistou não só Gustavo Capanema e Amaro Lanari, como até o velho Olegário Maciel, que também passou a se fardar de cáqui...

Em fevereiro de 1931, aproveitando a oportunidade em que os bispos mineiros celebravam missa campal na Praça Rui Barbosa, a Legião de Outubro fez um enorme estardalhaço. Encheu a praça de milhares de adeptos frenéticos. Francisco Campos – então Ministro da Educação – subiu ao palanque e, em exaltada pregação cívica, bradou por um governo forte.

Nossa surda revolta explodiu finalmente em agosto de 1931, quando o PRM promoveu uma grande reunião do partido. Convenção essa que mereceu de Gustavo Capanema a seguinte advertência, endereçada aos prefeitos mineiros: "Para sua orientação cientifico-lhe, em nome do Presidente do Estado, que sua excelência não considera amistosa ao governo a planejada reunião de alguns membros da Comissão Executiva do PRM nesta capital."

Realmente, estávamos longe de sermos amistosos. Mas, apesar dos esforços de Capanema, a convenção foi um sucesso. Compareci como secretário do Diretório Municipal do PRM – seção Belo Horizonte, e vi quando o velho Teatro Municipal quase veio abaixo com os aplausos e a revolta de mais de 900 delegados de 200 municípios. A custo fomos impedidos de sair dali em passeata até o Palácio da Liberdade para exigir a renúncia de Olegário Maciel.

Os ecos da convenção não demoraram a chegar ao Rio de Janeiro. Imediatamente, Virgílio de Melo Franco e Oswaldo Aranha começaram a articular a deposição do velho Presidente mineiro. Na noite de 17 para 18 de agosto de 1931, chegou-nos a notícia de que o Ministro da Justiça Oswaldo Aranha tinha telegrafado e telefonado ao comandante do 12º RI (o famoso Doze), Coronel Pacheco de Assis, ordenando-lhe que assumisse provisoriamente o governo de Minas. Pouco depois era Pacheco de Assis chamado ao rádio pelo General Jorge Pinheiro, comandante da 4ª Região Militar, ratificando as ordens do Ministro e informando que as tropas já estavam de sobreaviso para o caso de alguma reação.

Eu e mais alguns outros integrantes do PRM corremos para o Doze, receber instruções. Mas, antes, fomos fazendo o que nos era possível. Por exemplo, João Gomes Teixeira, nosso inesquecível amigo, tratou de prender o Secretário Ribeiro Junqueira, como eu, residente no Grande Hotel – deixando-o lá em seu quarto sob a vigilância de companheiros nossos.

Fiquei pasmo com a tranqüilidade que encontrei no quartel. Coerente com as informações que fornecera à Capital Federal de que Minas estava acéfala, Olegário não mandava e nem

iria resistir – Pacheco de Assis nem se dera ao trabalho de ir ao Palácio. Mandara o Major Herculano Assunção comunicar en passant ao Presidente que ele estava destituído e, principalmente, iniciar os preparativos para a sua posse.

O coronel estava preocupadíssimo com os detalhes da sua posse. E, mais do que tudo, com o discurso que pronunciaria. Tudo o mais considerava resolvido. Já tinha até convidado o Dr. Pedro Rache, amigo de Vargas tanto quanto seu, para Secretário de Segurança. Percebendo o cerne das preocupações do Coronel Pacheco, Dr. Pedro Rache bondosamente sugeriu que ele me confiasse a redação do discurso. Sugestão aceita, o coronel recomendou-me apenas:

– E não se esqueça de injetar alguma frase de Augusto Comte nesse discurso porque eu sou positivista.

Com profunda humildade confesso que cheguei a redigir algumas linhas. O que ninguém contava é com a reação de Olegário Maciel. Correu de lá com o Major Herculano. Determinou que se transformasse o Palácio numa fortaleza, com sacos de areia e ninhos de metralhadora.

De manhã, chegou a contra-ordem do governo federal: Olegário Maciel permanecia na Presidência. A um jornalista, Oswaldo Aranha declarou que o episódio havia sido "um equívoco".

Pensei nos homens do governo, presos lá no hotel, e vi que a situação ia piorar para nós. Temeroso de que sofrêssemos represálias, o coronel ofereceu-nos asilo no Doze. Nenhum do nós aceitou a generosa oferta. De cabeça baixa, voltamos para o hotel, onde, evidentemente, o Secretário Ribeiro Junqueira já estava solto e a Força Pública esperando para nos prender.

E presos fomos para a Secretaria de Segurança, onde passamos dias prestando intermináveis depoimentos.

Desgostoso e abatido, assim que me soltaram, fui me refugiar numa fazenda de um contraparente do Presidente Arthur Bernardes, perto de Ponte Nova, denominada Vau-Açu, hoje pertencente ao Sr. João Cyrino Nogueira. Lá passei amargos momentos de depressão. Só dois anos mais tarde compreendi o que realmente se passara: Vargas queria que nós, do PRM, depuséssemos Maciel. E ele apoiaria um fato consumado. Agora, meter-se numa outra revolução, estava inteiramente fora de suas cogitações. Se o Coronel Pacheco de Assis, em vez de perder tempo preocupando-se com a posse, as nomeações e os discursos, tivesse agido, talvez a História do Brasil tivesse seguido outro rumo diferente.

E aqui cumpro uma dívida de justiça. Combati Olegário Maciel com todas as armas ao meu dispor, mas sempre admirei aquele homem firme, decente, digno até o fim da sua vida.

Formei-me pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 18 de agosto de 1931, numa turma de 53 diplomandos.

Deu essa turma várias figuras de proeminência no Brasil, entre as quais, Pio Soares Canedo, ex-Vice-Governador de Minas Gerais; José de Aguiar Dias, conhecido jurista que reside no Rio de Janeiro; Desembargador Helvécio Rosemburg; Alberto Mourão Russell, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Gilberto Dolabela, ex-Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais; Dnar Mendes Ferreira, Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Orlando Magalhães Carvalho, ex-Reitor da

Faculdade de Direito de Minas Gerais, e outros queridos colegas como: José de Lelis Silvino, Ivan Morais de Andrade, José de Assis Santiago, Paulo Vieira de Brito, Waldomiro Sales Pereira, José Flávio Nelson de Sena, Orlando Lopes Coelho, João Luís de Carvalho, Hélio Licínio Barbosa, Ovídio Machado, Janir de Castro e Silva, Teófilo da Costa Cruz, Luís Reis, José Pinto Coelho, Antônio de Moura Castro, Nicolau Pitela, Luiz Romualdo da Silva, Celso Arinos Mora, Danton de Souza, Marciano Alves Freire, Francisco Rogério de Castro, José Soares Júnior, Advaldo Carneiro Santiago, e meus antigos companheiros de estudos Stal Lagoeiro e Armando Caldeira Brant. Prefiro silenciar sobre os que já faleceram, todos bons colegas e dos quais guardo uma profunda saudade.

Considero os anos que vivi a seguir – de 1932 a 1936 – como uma espécie de curso de pós-graduação de vida. Desistindo de salvar o mundo, aprendi a sofrear a minha pressa e impaciência. Descobri que não só com revoluções se constrói um país. Dizem que a política é a arte do possível, pois, nessa arte, tive os melhores mestres, os maestros da ciranda mineira, os gênios das acomodações e composições.

Não tomei parte ativa na Revolução Constitucionalista de São Paulo – simpatizei com ela a distância – portanto, graças a Deus, não preciso contar aqui mais uma revolução. Cheguei a São Paulo quando tudo já se havia consumado e fui procurar o meu amigo Frederico Lacerda Werneck. Conhecendo os meus méritos e sabendo que precisava trabalhar, propôs o meu nome para advogado patrono do Departamento Estadual do Trabalho e apresentou-me ao interventor federal de São Paulo, General Waldomiro de Lima.

Nessa época, fiz inúmeros amigos. Pessoas que galgaram postos importantes: Adalberto Pereira dos Santos, assistente militar do General Waldomiro, chegou a Vice-Presidente da República, no governo de Geisel; Gilberto Marinho foi subchefe da Casa Civil do Presidente Dutra e, posteriormente, senador pelo Distrito Federal, tendo ocupado por duas vezes a presidência do Senado Federal.

Ainda em São Paulo, posteriormente, travei conhecimento com Vicente Rao, que tempos depois foi Ministro da Justiça e também das Relações Exteriores. Foi ele quem me apresentou a Armando Salles de Oliveira. A este devo de ter sido colocado à disposição do Ministério da Educação e Saúde quando me foi oferecido um lugar no gabinete de Gustavo Capanema. E foi assim, emprestado pelo Departamento Estadual do Trabalho, que eu vim para o Rio de Janeiro.

Pode parecer estranho que, tão pouco tempo depois, eu viesse trabalhar no gabinete de um antagonista político da véspera. Estranho, para quem não sabe, que, em Minas, política não faz inimigos, podemos ser adversários, contendores em determinadas situações. A política, para os mineiros, é um jogo de alta precisão, onde as questões são resolvidas com espírito esportivo, sem ódios e sem ressentimentos. Capanema precisava de mais um oficial de gabinete e aceitou a indicação do meu nome feita por Dario de Almeida Magalhães. De minha parte, aceitei com imensa satisfação trabalhar com ele.

Gustavo Capanema é um dos maiores homens públicos do Brasil contemporâneo, segundo o consenso geral. Ministro, deputado e senador, em todos os postos que ocupou impôs-se ao respeito e à admiração dos brasileiros.

Muito aprendi com Gustavo Capanema quando fui seu Oficial de Gabinete e pude, desde então, admirar a maneira pela qual cuidava dos problemas da pasta que Getúlio Vargas lhe confiou. Pode-se dizer que Gustavo Capanema estava muito adiante de seu tempo.

Nosso Chefe de Gabinete era, nada mais, nada menos, do que Carlos Drummond de Andrade, o poeta a quem o mundo deve um Prêmio Nobel. Naquela época, eu conheci e convivi com a outra face do gênio – o funcionário enérgico e exigente. Gerações de brasileiros têm aprendido com Drummond o lirismo, o sentido da vida. Eu estava próximo demais e assim, entre outras coisas, aprendi com ele o método e a disciplina de trabalho.

De todos os meus colegas do gabinete, era mais ligado a João Batista de Alencastro Massot, amigo fraterno da minha vida inteira. Mas ninguém pode se esquecer de Antônio Leal da Costa. A delicadeza em pessoa, era um mestre em cortar arestas, aparar atritos, resolver dificuldades. Num Ministério que apenas iniciava um longo caminho de reformas extensas, Leal Costa funcionava como o amortecedor de um carro a percorrer estradas esburacadas. Era uma peça essencial. E ainda tenho nítida na memória a figura calada e reservada de outro colega, Carlos Adalberto de Oliveira Cruz.

Uma das minhas atribuições precípuas no gabinete era a de selecionar candidatos a cargos de menores escalões. Nesse trabalho de seleção, tive que empenhar todo o meu conhecimento da vida, do ser humano, das tricas políticas. E, aqueles a quem eu fazia justiça, é claro, ficaram meus amigos.

Como sempre fui prestativo e cordial, vez por outra, apareciam-me encargos inusitados. Certa feita, o Ministro Capanema designou-me para acompanhar o Presidente Gabriel Terra, do Uruguai, numa visita a Poços de Caldas. Foi um trabalho dos mais agradáveis. Só que eu não pude resolver a única dificuldade que se apresentou: os telefonemas internacionais da filha do Presidente. Para desespero de Rubens de Mello, chefe do Cerimonial do Itamaraty, que zelava pelos gastos da comitiva, a jovem insistia em demoradas ligações diárias para Montevidéu, nas quais falava inclusive com o seu cachorro... Dessa estada em Poços de Caldas, ainda me lembro da presença simpática de Ernâni do Amaral Peixoto, a esse tempo do gabinete do Presidente Getúlio Vargas, e de José Armando de Afonseca, sobrinho do Ministro José Carlos de Macedo Soares. Foi ele um dos que mais me incentivaram a entrar para o Itamaraty.

Minha atividades, nem de longe, se limitavam ao Ministério da Educação e Saúde. Como podia-se acumular vários cargos, eu, por exemplo, tinha alguns: inspetor do ensino secundário e chefe de seção do Ministério da Justiça. Participava ainda de um escritório de advocacia com João Neves da Fontoura (Dario de Almeida Magalhães era nosso representante em Belo Horizonte) e iniciei-me no jornalismo.

Foi inesquecível a minha passagem pelo jornalismo. Entrei para a redação de *O Jornal*, um dos principais órgãos dos Diários Associados, grupo dirigido por essa locomotiva humana, Assis Chateaubriand. E comecei bem, colega de Victor Nunes Leal, David Nasser, Genolino Amado, Arnon de Melo e Carlos Eiras.

Lembrar uma redação de jornal – pelo menos, como eram nos anos 30, quando ensaiávamos a grande e inexplicável experiência de viver, com suas idiossincrasias, seus tiques e seus truques é historiar uma emoção.

Não cheguei a ser um profissional brilhante e organizado como Victor Nunes Leal, nem o investigador raro e combativo que foi David Nasser. Enquanto a maioria dos meus colegas trabalhava em mangas de camisa, de peito aberto, eu era jornalista de paletó e gravata, a quem cabia entrevistar autoridades, parlamentares, pessoas que impunham uma presença mais formal. Minha tarefa principal era cobrir o Palácio Tiradentes, onde funcionava a Câmara Federal, mas Chateaubriand me utilizava muito, e ao Arnon de Melo, para entrevistas durante a madrugada. Entrevistas que, uma vez terminadas, em geral íamos analisar e discutir à mesa de um bar tomando chope até o sol nascer.

Na redação, Victor Nunes Leal marcava sua presença, ocupava seu espaço. Fez uma carreira brilhante e conseqüente. Apresentado por Sobral Pinto, foi Chefe da Casa Civil de Juscelino. Ministro do Supremo Tribunal, suas sentenças formaram jurisprudência. Hoje, em seu escritório de advogado, continua atendendo aos seus inúmeros clientes, nacionais e internacionais, colocando a serviço de todos a sua alta cultura jurídica. E nunca será demais lembrar que o seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto* é um clássico. Obra indispensável à pesquisa e ao entendimento do fenômeno administração municipal brasileira, com os seus pecados, omissões e corrupções.

Tenho muitas saudades daquele tempo. Saudades de tudo e de todos. Saudades amplas, irrefreáveis. Provavelmente saudades,

como diriam os psicanalistas, de mim mesmo, do jovem Hugo Gouthier, de paletó e gravata em suas noturnas andanças jornalísticas.

Para mim, jornalista é aquele que pressente, caça e testemunha o fato. E o dirige e enriquece com a sua experiência profissional. Jornalismo não é só dar a notícia em primeira mão. É, principalmente, dormir com ela, acalentá-la e interpretá-la, fecundando-a. A notícia pode fazer vibrar. Só o comentário profundo e abalizado da notícia faz pensar.

Apesar de tantas atividades estimulantes, eu estava ficando impaciente. As fronteiras e os limites começavam a me prender, me sufocar. Eu tinha 26 anos. Queria muito mais. Queria o mundo.

O Encontro e o Choque com o Mundo

O Encontro e o Choque com o Mundo

"... je ne puis pour autant appréhender le monde.
Quand j'aurais suivi du doigt son relief tout entier, je n'en saurais pas plus".
(Albert Camus, *Le mythe de Sisyphe*)

Muitos caminhos percorri na minha vida, descobrindo povos e civilizações. Em tantos lugares finquei minha bandeira... E, no entanto, continuo o mesmo faminto, curioso viajante. Mais do que respostas, posso dizer que acumulei perguntas.

Desde menino tinha paixão pela diplomacia, um verdadeiro reino mágico aos meus olhos de criança. Nada mais sedutor do que ter um mundo inteiro como cenário de trabalho: hoje, Londres ou Paris, amanhã, Bangkok ou Cingapura.

Dizem os psicólogos sociais que os povos das montanhas são calados, introspectivos, dados a viver remoendo seus horizontes estreitos. De acordo com essa teoria, eu seria um mineiro degenerado, pois sempre tive fome de mundo, sempre senti a fúria de um desbravador.

As noites – sem televisão – da minha meninice, em Dores do Indaiá e Pitangui, eu as passava devorando livros. Todos os que me caíssem nas mãos. Mas, ao contrário dos meninos da minha idade, não me sentia atraído por obras de ficção, histórias de mocinho e bandido. Eu gostava de ler sobre heróis de carne e osso. Gente que viveu e lutou em lugares marcados nos mapas da geografia. Extasiado, li centenas de biografias seguindo os passos

dos grandes vultos da história universal. E, curioso, quase profético para alguém que seria um dia grande amigo e admirador de Juscelino Kubitschek, por muitos anos foi meu ídolo Pedro, o Grande, o famoso construtor de São Petersburgo.

À minha moda e com os modestos recursos à minha disposição, fui me preparando para o tão almejado futuro. Era excelente aluno de História e Geografia e depois de meus exames no Ginásio Mineiro falava corretamente francês.

Essa minha vocação não era segredo para ninguém. E, um dia, chegou aos ouvidos de José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores. Eu tive a sorte de prestar alguns serviços ao Chanceler brasileiro, procurando e deslindando alguns processos de seu interesse no Ministério da Educação. Ele gostou do meu sistema de trabalho – ativo e disciplinado. Ficamos amigos.

Em 1936 o DASP ainda não havia introduzido a era dos concursos no Brasil. Ou nomeava-se alguém diretamente para a carreira diplomática, ou transferia-se alguém de outro Ministério. Foi o meu caso.

Talvez tenha sido muita sorte, talvez estivesse em meu destino. Quando Paulo Vidal ia cair na compulsória, abriu-se a possibilidade de minha entrada para o Itamaraty. Macedo Soares mandou me chamar. Ainda me lembro das suas palavras:

– Gouthier, você quer mesmo entrar para o Itamaraty? Eu o acho talhado para a carreira e agora deu-se uma oportunidade. Mas tem que ser feito imediatamente. Vamos sair daqui para o Palácio, porque hoje é dia de despacho com o Presidente.

Depois de se avistar com o Presidente, o Chanceler chamou-me para agradecer a Getúlio Vargas a minha nomeação

para o Itamaraty. Getúlio, com a sua característica simpatia pessoal, disse-me:

– Parabéns, concordei com alegria na sua entrada para o Itamaraty. Vou mandar lavrar o decreto imediatamente.

Naquele dia, 28 de outubro de 1936, Getúlio Vargas assinou o meu decreto de transferência do cargo que ocupava no Ministério da Justiça para o de cônsul de 2ª classe do Ministério das Relações Exteriores.

Passei sete meses na secretaria antes de ser designado para o meu primeiro posto e estagiei em vários setores do Itamaraty para conhecer a casa – o trabalho e os colegas. Hoje, os jovens diplomatas, depois de um concurso, passam três anos estudando no Curso Rio Branco. Eu não tive esse privilégio. Autodidata, fiz daqueles sete meses sete anos. Tão intensa e febril era a minha dedicação. Só pensava nisso. E nesse ideal concentrava toda a força e o vigor dos meus 26 anos. Lendo tudo, pesquisando tudo, pus-me a par da rotina burocrática do Itamaraty. Armazenava toda a sorte de informações e, cercando-me de pessoas de língua francesa e inglesa, organizei para mim mesmo uma espécie de curso audiovisual intensivo.

E, mais do que tudo, não me limitei a me informar e pesquisar sobre o mundo que iria tentar conquistar, recolhi o máximo de conhecimentos possíveis sobre a realidade brasileira, esse mundo que eu iria representar lá fora. A prova desse afã é o livro que publiquei na Bélgica, em 1938: *Le Brésil et Les Échanges avec L'Union Belgo-Luxembourgeoise.*

Dessa obra, guardo um único exemplar. E ainda me orgulho ao folhear as páginas amareladas pelo tempo. Foi um bom

trabalho, modesto, metódico, sério. Da minha seriedade de propósitos, são testemunhas as palavras com as quais abri o livro:

"Ao publicar o presente trabalho, propus-me, em primeiro lugar, dar aos exportadores e industriais belgas uma idéia, a mais exata possível, da evolução da economia do meu país; a seguir, colocar à disposição dos exportadores belgas e brasileiros indicações objetivas e precisas das tendências comerciais, reveladas no momento pelos mercados belgas e brasileiros. Os dados estatísticos aqui reproduzidos foram gentilmente postos à minha disposição pelo Conselho Federal de Comércio Exterior e pelo Departamento de Estatística do Brasil. Utilizei ainda as mais recentes informações publicadas em livros e revistas. Todas emanadas de fontes oficiais e rigorosamente controladas..."

Acho que esse pequeno e despretensioso texto dá uma nítida idéia de quem era eu, aos 27 anos, cônsul de 2ª classe.

Designado para a nossa embaixada em Bruxelas, embarquei para a Europa num imenso transatlântico francês e tive um memorável *bota-fora*. O cais cheio de parentes e amigos. Eu, do tombadilho, emocionado, acenando ao som de *J'ai deux amours: Mon pays et Paris*, que a orquestra de bordo atacava com entusiasmo levemente desafinado.

As viagens de navio, notadamente as dos lentos navios dos anos 30, dão ao ser humano a pausa necessária à adaptação. Não é dormir no Rio e acordar em Paris. É ir se afastando lentamente. É abrir um parêntese no real e no cotidiano para que mente e corpo se acostumem. Desembarquei em Boulogne-sur-Mer. E não esperei mais nada: fui me deslumbrando ali mesmo.

Até hoje, desafio qualquer brasileiro, de qualquer idade ou região, a conhecer melhor, admirar mais do que eu Boulogne-sur-Mer, onde passei três dias em 1937. Percorri a cidade lentamente, palmo a palmo, bisbilhotando tudo, deixando que a atmosfera, o ambiente, penetrassem-me os sentidos. Perdi horas na contemplação das praias do outro lado do Atlântico, como se estivesse mergulhando no avesso, ou no direito, de Copacabana. Era a sensação estranha de estar na Europa ainda não estando. Sem pressa ou ansiedade, pois Paris ficava ali na esquina, me esperando.

Daquela primeira estada em Paris, guardo a inesquecível lembrança do impacto e do tumulto. Essa lembrança que é muito mais delírio que lembrança.

A mistura da cor, do cheiro, dos sons. Da Sainte-Chapelle com o Moulin Rouge, dos cais do Sena com Versailles, dos bistrôs com os salões do Louvre, do teatro clássico com as vitrines alucinantes dos grandes *boulevards*. De repente, em pleno Jardim das Tulherias, pensei comigo mesmo: "Eu já estive aqui." Claro, estivera. Nas páginas dos livros devorados na minha adolescência. Hugo, Dumas, Daudet... autores prediletos de uma geração de típica formação francesa. Assisti a belíssimos e inesquecíveis espetáculos. Ainda me lembro de *Les femmes sont belles*, com Cécile Sorel, no Tabarin.

Tomei o trem em Paris e, quatro horas depois, descia em Bruxelas. Era uma tarde abafada de verão e, como acontece muito na úmida Bruxelas, chovia. Carlos Thompson Flores me esperava na estação e me levou para um dos melhores hotéis da cidade, o Hotel Royale. Dias depois, instalei-me num apartamento excelente

próximo à Avenue Louise. Naquele tempo, com o salário de um cônsul de 2ª classe, no exterior, dava para se viver muito bem.

A minha vida e a de Thompson Flores se entrecruzaram. Gaúcho de nascimento, ele fez os preparatórios comigo no Ginásio Mineiro. Iniciamos nossa carreira diplomática juntos em Bruxelas. Ambos fomos embaixadores na Itália.

Thompson Flores tinha mania de belos automóveis e me convenceu a comprar um carro igual ao dele, um Packard dos mais modernos. Essa foi a minha primeira providência para poder circular e viajar. Aliás, em Bruxelas, onde chegara alguns meses antes de mim, Thompson Flores foi meu guia e meu mestre. Sempre que podíamos, aproveitando um fim de semana longo, dávamos uma escapulida até Paris. A esse respeito, certa vez advertiu-nos o Embaixador Souza Dantas:

– Se algum brasileiro lhes perguntar quando chegaram, respondam que chegaram hoje e voltam amanhã. Ou ficarão pensando que vocês não param em seu posto em Bruxelas.

Seguíamos o conselho apenas para evitar comentários maldosos pois, na verdade, trabalhávamos muito em Bruxelas. Éramos credenciados para a Bélgica e o Luxemburgo e as trocas comerciais entre os três países eram intensas. Basta lembrar que a Union Économique Belgo-Luxembourgeoise ocupava o quinto lugar entre os exportadores de produtos para o Brasil, e, o oitavo entre os importadores de produtos brasileiros.

Nosso Embaixador era Carlos Martins Pereira e Souza, casado com a escultora e escritora Maria Martins – filha do ilustre mineiro João Luís Alves, Ministro da Justiça do governo Arthur Bernardes. Formavam um casal muito querido e prestigiado. Sua

casa era um ponto de encontro do que havia de melhor em Bruxelas. Por suas mãos, fui introduzido na alta sociedade belga e apresentado ao Rei Leopoldo III. Esse trágico personagem com o qual estabeleci laços de amizade, anos mais tarde, quando voltei à Bélgica como embaixador do Brasil e ele se encontrava praticamente confinado no Palácio de Lacken.

A princípio, senti grande diferença de hábitos e costumes. Nesse período, um fator positivo de adaptação foi a minha mania de pontualidade. Sempre tive horror de chegar atrasado aos lugares, como costumavam fazer os brasileiros para escândalo dos europeus. Como já tive ocasião de mencionar, a vida social no Brasil – mesmo entre os ricos e os poderosos – não tinha a sofisticação de hoje. Tratei de agir com atenção e cautela para não chocar o requinte das recepções belgas. Graças a Deus, sempre me saí a contento. Mas só com o tempo desenvolvi meus *talentos sociais*. Hoje, sem falsa modéstia, posso me considerar um grande conhecedor de vinhos, especializado principalmente em Grands Crus. Em Bruxelas, dei os meus primeiros passos nessa ciência e nessa arte. Na Bélgica – que difere da minha preferência pois opta maciçamente pelos Bourgogne – quando um menino nasce, o pai vai logo tratando de organizar-lhe a *cave*.

Nas férias de 1938, aproveitei para viajar pela Europa de automóvel. Lembro-me que fui com Afonso de Miranda Correia, sogro de Glauco Rodrigues, até a Hungria, até a Tchecoslováquia, por estradas excelentes, principalmente as *autobahn* alemãs.

Na verdade, sem conscientizá-lo lucidamente, passávamos em revista o imenso campo de batalha no qual a Europa se transformaria no ano seguinte.

Os sinais já estavam bem delineados. Na Alemanha, as estrelas de David pichadas em amarelo nos muros dos judeus; preparativos militares reforçando as fronteiras; movimentação de tropas e armamentos por toda a parte.

Aparentemente, nada mudara. Teatros e restaurantes repletos, exposições, inaugurações, festejos populares. Mas a guerra surda rugia nos bastidores acumulando tensões. A todos os homens de bom senso o conflito parecia inevitável... um dia. O que se esperava era ganhar tempo. E, nessa espera, vivia-se febrilmente.

Numa atmosfera aquecida e de grande aparato, abre-se em Nuremberg o 9º Congresso do Partido Nacional-Socialista, para o qual o maior psicopata de todos os tempos, chamado Hitler, mandou vir de Hofburg os emblemas do Santo Império Germânico. E, diante desses signos sagrados para o povo alemão, em meio ao sufocante aparato bélico, esbraveja:

– Nós somos a última Alemanha! Quando nosso movimento chegar ao fim, daqui a muitos séculos, não haverá mais Alemanha! Somente conosco ela poderá sobreviver, malgrado o ódio do mundo.

Quanto mais lia essas notícias nos jornais, mais me convencia da inevitabilidade da terrível guerra de conquista que se anunciava. Houve um raio de esperança: Chamberlain. A Europa chegou a respirar aliviada quando o velho do guarda-chuva foi a Berchtesgaden, Bad-Godesberg e finalmente Munique para exibir a sua cólera e a sua revolta na sonoridade de uma voz ameaçadora.

Às vezes vejo no cinema trechos dos noticiosos da época e fico pensando: isso existiu! Eu estava lá! Parece incrível que um ser humano tão grotesco quanto Adolf Hitler tenha conseguido

polarizar massas tão civilizadas, despertando o maior culto da personalidade jamais visto no mundo.

A Bélgica vivia o sonho da neutralidade. Como se fosse possível tocar a vida normalmente em cima de um barril de pólvora. Saí de Bruxelas em janeiro de 1939. Escapei por um fio de presenciar o sofrimento de um povo que aprendera a amar, a humilhação de um rei que admirava e respeitava. Filho do ídolo e herói dos belgas, Alberto I, Leopoldo III, um homem sério, simpático, um grande estudioso, convencido de que não havia outra saída, assinou a rendição incondicional da Bélgica, em 1940, e foi deportado para a Alemanha.

Washington
1939

Washington
1939

Meu desejo de conhecer bem o mundo se concretizava: um ano e meio depois da chegada a Bruxelas, eu partia para Washington. Nomeado embaixador nos Estados Unidos, Carlos Martins Pereira e Souza solicitara a minha transferência. Fiquei duplamente feliz, primeiro, com a consideração e apreço demonstrado pelo meu chefe, levando-me com ele; segundo, pela oportunidade de viver a América, outro cenário, outra civilização.

Desembarquei em Nova Orleans e, como fizera em Boulogne-sur-Mer, iniciei as minhas descobertas devorando a cidade menor mas cheia de encantamento. A cidade que ainda é um pouco da Europa mas já é América.

Em Washington, instalei-me numa bela casa de Georgetown e comprei um carro último tipo. Como já disse, o Itamaraty pagava bem e as ajudas de custo permitiam-nos todo o conforto.

O caso de Georgetown é muito curioso. Nos Estados Unidos, até hoje, os brancos, encastelados em determinados bairros, temem a invasão dos negros, e mesmo dos porto-riquenhos.

Se determinado número de famílias negras neles se instalar as casas se desvalorizam, fazendo com que os moradores originais

terminem por abandonar o local. Se ainda hoje isso ocorre, imagine-se em 1939, quando o racismo imperava na América, os negros, fortemente discriminados, ocupavam lugares separados nos cinemas, nos meios de transporte, e não entravam em grande número de lugares públicos – bares, restaurantes, hotéis e até hospitais. Pois bem, em Georgetown deu-se o processo inverso, o único do meu conhecimento. Um bairro modesto de negros – localizado em situação esplêndida – foi sendo lentamente invadido pelos brancos que ali construíram suas belíssimas mansões. Hoje em dia, Georgetown é um chiquíssimo bairro de Washington, povoado quase que unicamente por brancos. Quando lá cheguei, ainda havia muitos negros, mas já moravam figuras importantes da administração pública, políticos e milionários.

Se o meu trabalho na Embaixada de Bruxelas era grande, na de Washington, era muitas vezes maior. Em razão da minha inclinação natural e da minha experiência no setor, o Embaixador Carlos Martins designou-me para o setor comercial, onde tive a felicidade de participar de vários episódios muito importantes para o desenvolvimento do Brasil.

Um belo dia, chega a Washington um cidadão brasileiro, cujo nome não me recordo mais, para solicitar, em nome da Itabira Iron Ore Corporation, um empréstimo. Nada conseguindo, foi-se embora. Mas eu fiquei atento aos problemas e suas implicações. Tinha seguido o desenrolar dos problemas suscitados pela extração dos minérios de ferro do Cauê, em Itabira, Minas Gerais. Quando o governo brasileiro concedera a concessão para extração do minério à Itabira Iron Ore Corporation, empresa da Grã-Bretanha subsidiária do grupo Percival Facquar, Arthur Bernardes levantou-

se e protestou. Nacionalista ferrenho e decidido, o primeiro que o Brasil já teve, condenou a extração do minério para exportação pura e simples. Exigia a sua industrialização, como fator de progresso para toda a região.

A atitude do governo de Minas em relação ao minério de ferro tem raízes históricas: a desenfreada exploração das suas jazidas de ouro e diamante na época colonial, que deixou um rastro de miséria e desolação, levando riqueza unicamente para a metrópole. Os depósitos minerais não sendo renováveis, a posição do governo mineiro era muito clara e acertada, e assim a exploração do Cauê tinha que ser racional e indissoluvelmente ligada ao desenvolvimento da região.

Por coincidência, passava por Washington, de volta de um congresso, o engenheiro do Ministério da Agricultura Glycon de Paiva. Conversamos muito e eu, sabendo-o grande conhecedor de geologia, acabei lhe pedindo, em caráter particular, que me fornecesse dados técnicos sobre as características e potencialidades do minério de ferro brasileiro. Pouco depois, recebi um estudo primoroso e detalhado. O que não é de se admirar, vindo de quem veio. Glycon de Paiva, hoje conhecido e respeitado internacionalmente, fez um belíssima carreira, tendo ocupado postos relevantes a serviço do Brasil.

Com esse estudo nas mãos, comecei a pensar que, mais dia, menos dia, os Estados Unidos acabariam entrando na guerra. Precisariam de muito ferro no seu esforço bélico. Mesmo que a Suécia não fosse invadida, conseguiriam continuar trazendo de lá o seu indispensável suprimento de minério de alto teor de ferro e mínimo de potássio? Foi então que eu entrevi a grande chance do

Brasil. O momento era excelente. Tínhamos poder de barganha, podíamos vender-lhes o nosso minério nas bases exigidas pelo desenvolvimento de Minas.

A essa altura, eu já estava bem ambientado em Washington, mantendo relações cordiais com membros do governo americano. Num almoço com Herbert Feiss, conselheiro econômico do Secretário de Estado Cordell Hull, manifestei-lhe o meu pensamento sobre o problema do minério de ferro, do ponto de vista dos Estados Unidos e do ponto de vista do Brasil. Feiss interessou-se vivamente, sobretudo quando eu lhe sugeri uma solução prática para o caso: a aplicação da Lend-Lease Bill (Lei de Empréstimo e Arrendamento). A mesma lei que presidira recente acordo entre a Inglaterra e os Estados Unidos para a instalação de bases militares americanas em territórios britânicos da América Central: a Inglaterra aceitava a instalação das bases e recebia em troca destróieres americanos.

Feiss pensou muito no assunto e acabou me pedindo que colocasse no papel e a minha sugestão.

Não me fiz de rogado e pus mãos à obra. O Embaixador Carlos Martins leu o meu trabalho e aprovou-o integralmente. Agora só nos faltava convencer o governo brasileiro.

Justo nessa época chegou a Washington uma missão econômica brasileira. Chefiada pelo Ministro Arthur de Souza Costa, era composta por João Daudt de Oliveira, Valentim Bouças e Garibaldi Dantas entre outros. Tinham ido negociar um empréstimo de 200 milhões de dólares e tratar da venda de algodão e de outros produtos brasileiros.

A princípio, Souza Costa não queria conversar sobre o minério do Cauê em Itabira, dados os antecedentes do caso e a celeuma que havia provocado em Minas. Afinal, convenceu-se de que esse caso era diferente. Não se tratava de entregar nossas reservas ao estrangeiro. Fundar-se-ia uma empresa brasileira para a exploração do minério; uma sociedade anônima composta por capitais públicos e privados. A essa sociedade caberia o controle total permanente de todas as operações de extração e comercialização. Os americanos apenas nos emprestariam o dinheiro. Pagaríamos a eles em minério através do Impor-Export Bank. Souza Costa telefonou para Benedito Valadares e recebeu o sinal verde do governador; uma vez que se garantisse a Minas um percentual sobre o minério extraído em seu território, dariam todo o apoio à iniciativa que o Governo Federal julgava oportuna.

Foi então realizada uma reunião tripartite entre o Brasil, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, na qual ingleses e americanos se entenderam e firmou-se um acordo para a extinção da concessão outorgada à Itabira Iron Ore Corporation. Fundou-se a Companhia Vale do Rio Doce, à qual os Estados Unidos fizeram um empréstimo de 17,5 milhões de dólares, para o início de suas operações e reconstrução da Vitória-Minas, estrada de ferro indispensável ao escoamento do minério pelo porto de Vitória, e grande fator de desenvolvimento dos Estados de Minas e do Espírito Santo.

Estava realizado o sonho de Arthur Bernardes. E a Vale do Rio Doce teve como primeiro presidente outro mineiro ilustre, Israel Pinheiro, mais tarde um dos responsáveis pela construção de Brasília.

Contaram-me que ao chegar ao Brasil, numa cerimônia pública, Souza Costa levantou-se e, sacudindo um maço de papéis, bradou emocionado:

– Brasileiros, trouxe o Cauê de volta para o Brasil! Esse Cauê que tem tirado noites de sono ao Presidente Getúlio Vargas.

Eu também me orgulho da minha modesta participação na fundação da Companhia Vale do Rio Doce. O papel dessa empresa no desenvolvimento brasileiro provou o quanto estávamos certos.

Nessa época, cooperei com Ovídio de Abreu na questão da Usina do Gafanhoto. Foi no governo de Benedito Valadares que teve início a verdadeira fase de moderna industrialização de Minas Gerais. Israel Pinheiro, com a sua visão de estadista, elaborara os planos para a grande arrancada industrial de seu Estado. Filho do Governador João Pinheiro, autor da célebre frase "Minas é um Estado essencialmente agrícola", não se conformou unicamente com a ênfase à agricultura e à pecuária, dadas por seu pai. Seguindo o rumo dos tempos modernos, optou pela primazia da industrialização.

As novas fábricas, em projeto, situar-se-iam numa revolucionária cidade industrial, centro cuja exigência fundamental era o fornecimento abundante de energia elétrica. A melhor solução seria o aproveitamento da Usina do Gafanhoto, que, infelizmente, ainda estava no papel. Por isso, Ovídio de Abreu, então Secretário de Finanças, foi a Washington buscar apoio para o desenvolvimento do seu Estado.

O Embaixador Carlos Martins deu-lhe toda a cobertura e designou-me para acompanhá-lo em seus entendimentos e

negociações com as autoridades americanas. Homem paciente e decidido, Ovídio de Abreu resolveu permanecer em Washington até conseguir os seus objetivos. Hospedou-se no Shoreham Hotel, vizinho da Embaixada do Brasil, de onde só saiu meses depois, quando obteve tudo o que queria para Minas. Ali mesmo, no seu quarto do Shoreham, reuniu os dados e planos básicos que elaborara no Brasil e redigiu um plano final, no qual dava ênfase à obtenção de financiamento e autorização para a compra de equipamentos da Usina do Gafanhoto.

Lutei com ele, abri-lhe as portas que pude de vários órgãos da administração americana. Chegamos a acompanhá-lo, o Embaixador Carlos Martins e eu, na entrevista que teve com Henry Wallace – Vice-Presidente da República – e Summer Welles – Subsecretário de Estado.

Ovídio acabou vencendo essa batalha. Conseguiu o dinheiro, comprou os equipamentos e despachou-os para o Brasil. Ainda celebrávamos a vitória quando, dias depois, recebemos a notícia do afundamento por submarinos alemães do navio que transportava o bendito material.

Começou tudo outra vez! Conseguir que o governo americano autorizasse a reposição dos equipamentos, destruídos pelas forças hitleristas, parecia impossível, pois as mais importantes empresas dos Estados Unidos dedicavam-se quase que exclusivamente ao esforço de guerra. A única saída foi incluir Minas nesse esforço de guerra. Argumentamos que Minas era o maior fornecedor de quartzo, material estratégico na época, necessário à fabricação de vários equipamentos militares sofisticados. E demos um quase ultimato: se Minas não recebesse a aparelhagem

indispensável ao seu desenvolvimento, dificilmente poderia continuar exportando regularmente os cristais de rocha.

O nosso argumento prevaleceu. A Usina do Gafanhoto foi construída e equipada e está lá, até hoje, fornecendo energia hidrelétrica à Cidade Industrial.

Sempre fui um diplomata entusiasmado. Sempre me empenhei com amor e dedicação total a todas as causas brasileiras que me passavam pelas mãos. Nunca deixei de prestar auxílio a um brasileiro que soubesse sofrendo fora de seu país. Quando tomei conhecimento que Armando Salles de Oliveira, exilado do Brasil, estava em Nova York fui visitá-lo; levar uma palavra de carinho ao meu amigo, apoio moral a um brasileiro ilustre em desgraça. O Embaixador Carlos Martins compreendeu e aprovou o meu gesto. Quando foi a Washington, Armando Salles procurou-me e eu o acompanhei em todas as visitas que fez aos monumentos históricos. Lembro-me que ele quedou-se pensativo, talvez refletindo sobre o futuro do Brasil, diante das célebres palavras de Lincoln, gravadas em mármore no Lincoln Memorial: *"... and that government of the people by the people for the people shall not perish from the earth."*

Depois, fiquei sabendo que Armando Salles estava sendo vigiado pelo Ministro Paulo Hasslocher, que comunicava o resultado das suas investigações diretamente ao Presidente Getúlio Vargas.

Pearl Harbor

Pearl Harbor

Era um dia claro e gelado, típico do inverno no hemisfério setentrional, Garibaldi Dantas estava novamente em Washington, como sempre, para tratar dos negócios de algodão do Brasil. Saí com ele para dar umas voltas de automóvel antes do almoço. Era domingo, 7 de dezembro de 1941.

Rodávamos devagar, conversando, pela estrada que corre às margens do Potomac. Fato raro nessa época do ano, nevara alguns dias antes e os parques estavam cobertos de branco.

– Você precisava ver isso aqui em abril, quando as cerejeiras florescem e... – dizia eu, quando a voz do locutor, no rádio do carro, interrompendo a música suave, cortou-me a frase: "Esta manhã, os japoneses atacaram Pearl Harbor". Enquanto a informação oficial era transmitida em palavras sóbrias, de contida fúria, percebi nitidamente que alguém ao lado do microfone: deixava escapar: *"The yellow bastards!"* Bastardos amarelos! Tornou-se o grito de guerra dos Estados Unidos. Instantes depois, ouvíamos as palavras famosas do Presidente Roosevelt: *"A day which will live in infamy..."* (Um dia que viverá na infâmia...).

Se o ataque foi traiçoeiro e vil, a guerra propriamente não foi surpresa para ninguém. Há meses as relações entre os Estados

Unidos e o Japão vinham se deteriorando cada vez mais. Era evidente que a paz estava por um fio. A última esperança era um acordo diplomático de última hora. E esse acordo parecia estar nas mãos de Suburu Kurusu, o mais ocidentalizado dos diplomatas japoneses, enviado especialmente a Washington pelo General Tojo.

Kurusu era velho conhecido e amigo nosso, meu e do Embaixador Carlos Martins. Casado com uma americana, dona Alice, pai da linda moça Fay Kurusu, servira em Bruxelas onde era muito querido e respeitado. Assim que soube da notícia de Pearl Harbor, Cordell Hull convocou-o e interpelou-o aos berros:

– Hoje é um dia de vergonha internacional! O senhor nos traiu, nos apunhalou pelas costas... Ainda ontem discutíamos acordos...

Pobre Kurusu. Tenho certeza de que ele não sabia de nada. Era um homem decente e sensível. Um intelectual, autor de belíssimos haicais. Não tive nunca oportunidade de discutir com ele sobre a guerra, propriamente dita, mas muitas vezes deixou-me entrever seus sentimentos pacifistas de profunda rejeição à violência. E, justamente por essas qualidades publicamente reconhecidas, foi usado pelo governo japonês para ganhar tempo e preparar a maior de todas as traições deste século. Não sei que fim levou Kurusu. Sei que a formosa Fay casou-se, anos mais tarde, no Japão... com um oficial americano.

Se os americanos receberam com ódio a notícia do ataque a Pearl Harbor, não traduziram esse ódio em gestos desvairados de protesto. Concentraram-se na ação disciplinada e eficiente que, desde as suas origens, presidiu a construção desse grandioso país. Não me lembro de nenhum *quebra-quebra*, de

passeatas inflamadas... A vida continuou no ritmo de sempre, talvez um pouco mais acelerado. Da noite para o dia, assim como surgem na rua inesperados guarda-chuvas aos primeiros pingos de uma forte torrente de verão, surgiram nas ruas os uniformes. De todas as cores e feitios. Quem tinha um uniforme, qualquer que fosse a organização a que pertencesse, vestiu-o. Como se, no Brasil, até os membros da Academia de Letras envergassem seus fardões.

Na segunda-feira, Garibaldi Dantas e eu tínhamos uma reunião marcada, às três da tarde, no Ministério da Agricultura. Pensamos que, com a declaração de guerra, a reunião seria desmarcada. Para nosso pasmo, não só ela foi mantida, à mesma hora, como os americanos concentraram-se nas negociações do algodão com a argúcia e firmeza de sempre. Como se tratassem de um caso de vida ou de morte.

O Embaixador Carlos Martins organizou na embaixada um verdadeiro serviço de inteligência para melhor informar o governo brasileiro sobre o andamento da guerra. Tinha bons contatos entre os americanos – amigo de Summer Welles, Secretário de Estado, e de Adolph Berle Junior, assistente de Cordell Hull – ia quase todos os dias ao Departamento de Estado saber como iam as coisas.

Adolph Berle, que mais tarde seria Embaixador no Brasil, era também meu amigo. Lembro-me que um dia, num *breakfast* que me ofereceu em sua casa, disse-me apontando para o mapa do Japão:

– Isso aqui, quando a guerra terminar, vamos transformar numa colônia de pescadores...

Dessa minha primeira estada em Washington, há que recordar ainda um episódio importantíssimo para a nossa economia: a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em

Volta Redonda, da qual o Embaixador Carlos Martins foi um dos grandes artífices.

Os americanos eram contra a localização de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, longe do ponto de extração e longe do porto. Defendiam a sua implantação em Itabira, ou mesmo em Vitória, no Espírito Santo. Carlos Martins cooperou muito com Ernâni do Amaral Peixoto, então governador do Rio de Janeiro. Sua atuação foi decisiva para os bons resultados da missão brasileira a Washington chefiada pelo Dr. Guilherme Guinle e integrada, entre outros, pelo General Edmundo Macedo Soares e Byington Júnior.

Apesar do racionamento de gasolina e das dificuldades inerentes à guerra, tive oportunidade de conhecer os Estados Unidos de costa a costa. Fiz amigos para toda a vida e acumulei recordações preciosas. E, no momento em que escrevo estas linhas, ainda ecoam em meus ouvidos a bem-humorada música que as rádios não se cansavam de repetir então: *"Praise the Lord, but pass the amunition..."* (Louve o Senhor, mas passe a munição...). Foi uma grande lição de vida e de valor. E é com imensa nostalgia que recordo aqueles anos de minha juventude.

A Última Ofensiva de Hitler

A Última Ofensiva de Hitler

Les sanglots longs
Des violons
De l'automne
Blessent mon coeur
D'une langueur
Monotone
(Paul Verlaine, Chanson d'Automne)

Cheguei a Londres em meados de setembro de 1944. Fazia pouco mais de três meses que a BBC, utilizando como código os plangentes versos de Verlaine, avisara aos povos dominados da Europa que a invasão da Normandia estava em marcha. Os mais otimistas esperam o fim da guerra para qualquer momento. A Alemanha, no entanto, contra todas as expectativas, luta ainda, ataca, encontra forças para seus estertores desesperados.

Naquela época, os quadros do Itamaraty eram bem menores, havendo até uma certa dificuldade de preencher-se as vagas em todas as representações do Brasil no exterior. Por motivos óbvios, o posto de Primeiro-Secretário na Embaixada de Londres não era dos mais cobiçados... Posso dizer até que fui como voluntário. Como nunca tive medo de nada – nem de bala, nem de fome – acedi prontamente ao convite que me fez o Ministro Oswaldo Aranha.

– Gouthier, você não quer ir para Londres? Sei que você é um homem com determinação para enfrentar uma missão dessas e terei muito gosto em assinar o seu decreto de transferência.

– Com o maior prazer, ministro. O senhor me designe que eu parto imediatamente para Londres.

Mas entre o *dizer* e o *fazer*, entre a pressa de um jovem cheio de *garra* e a concretização dos seus objetivos, havia um oceano cheio de submarinos inimigos. Fui para a Inglaterra devagar via Nova York, onde fiquei num hotel esperando o aviso de que havia lugar para mim num avião do Air Transport Comand. No dia combinado, um oficial veio me buscar e me levou até a base, em Baltimore, onde finalmente embarquei para Londres.

As viagens em transportes de guerra eram das mais desconfortáveis, já que não havia poltronas e cada um se acomodava, como podia, nos estreitos bancos laterais totalmente ocupados. Para passar o tempo, fui conversando – de Nova York a Londres – com o editor do *Star and Stripes*, jornal do Exército americano distribuído em vários países aliados. Discutindo todos os problemas que inevitavelmente enfrentaríamos no pós-guerra. Como a maioria da população americana e européia, criticamos acerbadamente os acordos de Yalta, prevendo as disputas que surgiriam sobre as chamadas "zonas de influência".

Hoje, quando a relembro, parece-me profética aquela conversa inflamada entre um jovem diplomata brasileiro e um jovem jornalista americano. Só tempos depois, a tensão que os dois previámos ganharia um nome: guerra-fria. A verdade é que os russos acabavam sempre levando a melhor nos acordos. O que é fácil de compreender: enquanto o governo dos Estados Unidos e dos outros países aliados tinham que, democraticamente, dar satisfações à opinião pública ansiosa pelo término das hostilidades, Stalin não dava satisfações a ninguém, negociava de mãos livres, como melhor entendesse. Além do mais, doente e profundamente abatido, Roosevelt, obviamente, cedia à opinião de alguns de seus

assessores imbuídos de ideais de esquerda. Ainda acredito que a exigência de uma rendição incondicional da Alemanha foi um lamentável equívoco. Tratados de paz – em separado – teriam evitado erros fundamentais como, por exemplo, a formação do Corredor de Berlim; teriam tornado a organização da vida no pós-guerra muito mais tranqüila para os povos do ocidente.

Vinha pelos ares discutindo o futuro do mundo e, assim que desembarquei, levei um choque do presente. Servira em Bruxelas antes da guerra, em Washington, durante a guerra mas longe do *front*; nada que lera ou vira nas telas tinha me preparado o suficiente para a desolada visão de uma Londres devastada pelos bombardeios. Até hoje, ainda posso sentir aquele cheiro característico de pó e de fogo. Mas se a terra era arrasada, a alma dos ingleses permanecia íntegra, firme. Nesses quase cinco anos de conflito, tinham desenvolvido um completo esquema de comportamento que lhes permitiu não só resistir com dignidade à guerra como até vencê-la.

É nesse exato momento da minha chegada que os chefes aliados se reúnem em Quebec para resolver o tratamento a ser dispensado ao povo alemão depois da rendição incondicional, esperada até o fim do ano, no mais tardar. Nessa reunião aprovam o terrível plano Morgenthau, de acordo com o qual toda a indústria alemã será destruída, todas as fábricas demolidas. A Alemanha "será transformada num país agrícola de caráter pastoril. O Japão, numa colônia de pescadores". Esse plano, aceito sem muita convicção, nunca será posto em prática, ou condenaria à morte um dos povos essenciais da Europa, desativaria o dínamo da Ásia. Mas fornece aos alemães uma razão para morrerem de armas na mão.

Hitler reúne forças para a última ofensiva. Para reconstituir seus exércitos destruídos, decreta o alistamento em massa de todos os alemães de 16 a 60 anos. Quer dizer: arrebanha feridos mal curados, velhos, quase crianças... Mesmo assim farão número e se baterão como desesperados. Às vésperas da paz, na madrugada de um novo dia na nossa história, a luta recrudesce. Caem as bombas, às centenas, e os céus da Inglaterra novamente se iluminam das chamas da destruição, como nos piores tempos da *blitzkrieg*.

Fui recebido em Londres, com simpatia e carinho, pelo nosso Embaixador J.J. Muniz de Aragão e pela Embaixatriz D. Belita, todos dois descendentes de brasileiros ilustres. Ele, do Duque de Caxias, ela, de Rodrigues Alves. Bem relacionados e hospitaleiros, muito facilitaram a minha adaptação aos dias difíceis que a Inglaterra atravessava.

Assim que me hospedei no hotel Claridge's deram-me instruções de como devia agir em caso de bombardeio. Afixado na porta do meu quarto havia um quadro de outras instruções mais precisas, explicando o caminho e a seção do abrigo subterrâneo do hotel que o ocupante daquele quarto devia procurar.

Naquela primeira noite tive o meu batismo de fogo. Senti na pele as aflições por que passam as populações civis de uma cidade bombardeada. Por volta de uma hora da manhã fui acordado pelas sirenes do hotel. Barulho capaz de despertar um morto. Seguindo as recomendações, calcei apenas os chinelos e joguei meu sobretudo por cima do pijama. E não me lembrei de mais nada, cheguei por instinto ao lugar que me estava reservado nos porões do hotel transformado em abrigo. Outros hóspedes, empregados, homens

e mulheres, foram chegando, com ar de *habitués*, como quem cumpre uma rotina banal. Não vinham em silêncio, não gritavam, trocavam idéias em tom normal, como se apenas continuassem uma longa conversa há muito tempo encetada. Sentei-me no chão, a um canto, entre um senhor careca e uma lourinha magra, de cabelos enrolados sob espessa rede e um creme gorduroso espalhado sobre o rosto. Falou-me com detalhes das rosas que cultivava em sua casa no Devonshire. Só parou de falar quando as sirenes anunciaram o fim do bombardeio. Então, polidamente, desejou-me boa noite e fomos todos dormir. Uma hora depois, as sirenes tocaram novamente. No abrigo, senti falta do senhor careca. À medida que os alarmes se sucediam, os freqüentadores iam escasseando. No último, já manhã alta, estávamos sozinhos, eu e uma senhora com um bebê de colo.

Não custei muito também a me habituar à cidade de ruas escuras e janelas sem luz, aos faróis dos carros cobertos de pano preto, à própria batalha aérea executada diretamente sobre as nossas cabeças. Nunca vi espetáculo mais impressionante do que a caça dos aviões ingleses às bombas V1, metralhando-as para que explodissem no ar, causando menos dano lá do que no solo.

Comecei a achar natural a grande massa da população masculina vestir-se dos mais variados tipos de uniformes e acabei por reconhecer com facilidade não só as nacionalidades – ingleses, americanos, australianos, etc. – e as armas a que pertenciam, como cheguei a identificar até os regimentos.

Os grandes hotéis – Savoy, Claridge's, Dorchester – funcionavam como se nada houvesse, apenas a comida não era lá essas coisas. Em Picadilly havia pequenos bares animadíssimos onde

se reuniam jovens dos quatro cantos da terra mas principalmente americanos.

Os almoços no Claridge's, como até hoje, eram famosos, um verdadeiro ponto de encontro de celebridades. Todas muito bem recebidas sob o olhar atencioso de Charles Manta, um *maître* em grande estilo. Nesse hotel, onde morava também o Rei George, da Grécia, tive oportunidade de travar conhecimentos que me foram utilíssimos na estada em Londres. Lá reencontrei John Foster, meu colega de Washington, onde trabalhava na Embaixada inglesa, comissionado no posto de General, chefe dos Serviços Jurídicos do Exército inglês. Amável e prestativo, o meu amigo prestou-me relevante ajuda. Conseguiu-me, por exemplo, a coisa mais difícil de se obter naqueles tempos negros, um apartamento em Mayfair, o ponto mais chique e cobiçado da cidade.

Foi realmente uma sorte e um achado. Muito bem relacionado, Foster soube que esse apartamento, de propriedade de uma companhia de seguros, ia ser entregue pelo seu locatário, Lorde Baldwin, ex-Primeiro-Ministro. Imediatamente apresentou-me como candidato e aconselhou-me a fazer um contrato por nove anos, dispensando a "cláusula diplomática" que me permitiria rescindi-lo no momento da minha transferência da Inglaterra. Graças a esse bom conselho, quando deixei Londres, três anos depois, passei adiante o aluguel do apartamento com excelente ágio. Em resumo, morei três anos na Inglaterra – de graça – numa maravilhosa *penthouse*, com salão de recepção, dois quartos, dois banheiros, ricamente mobiliada e, *last but not least*, na esquina de Grosvenor Square com South Audley Street... o coração do esnobismo londrino.

Além do apartamento lindo e uma empregada fabulosa – Mrs. Ivy – eu tinha condições de servir ótima comida, o que não era freqüente na maioria dos lares ingleses, submetidos a estrito racionamento. Além dos generosos cupons oferecidos ao corpo diplomático, eu era um privilegiado, fora nomeado representante do Brasil no Comitê de Exportadores de Carne. Tinha direito a tanta carne que distribuía entre os colegas da embaixada e os amigos mais chegados. É preciso que se diga que não houve proteção alguma nessa minha nomeação. Alguém tinha que representar a América Latina juntamente com a Argentina e o Uruguai. Apesar do Brasil ser pequeno exportador de carne, fui designado para o posto.

Por essas e por outras, minha casa vivia cheia de amigos. Uma *open-house* permanente. A essa altura, eu já tinha uma roda imensa de relações, graças sobretudo a Bob Notman, um homem de extraordinário talento para o convívio social.

Brasileiro, de tradicional família paulista, jovem ainda fora para a Inglaterra estudar. E foi ficando. Secretário particular de Lord Beaverbrook – um dos homens mais poderosos da Inglaterra, amigo íntimo de Churchill, dono de importante cadeia de jornais encabeçada pelo *Daily Express* de Londres – Notman teve oportunidade de conhecer todo mundo. Não era nem bonito nem rico – pelo contrário, ganhava pouquíssimo como auxiliar contratado da Embaixada brasileira – mas graças ao seu charme e à sua extrema simpatia era muito querido e popular. Como os amigos de Bob Notman acabaram meus amigos, conservo até hoje amizades daquela época.

Uma locomotiva da sociedade londrina de quem fiquei muito amigo era Lady Bailey, uma mulher extraordinária.

Americana, descendente dos Vanderbilts, inteligente, alegre, interessante sem ser bonita, tinha propriedades espalhadas pelo mundo inteiro. Morava também em Grosvenor Square, num prédio que mais tarde foi vendido para que nele se construísse a Embaixada americana. Em Leeds, a uns 30 quilômetros de Londres, tinha um impressionante castelo que pertencera a Henrique VIII. Todo remodelado interiormente, com os confortos modernos exigidos por uma americana milionária, o castelo tinha ainda um campo particular de golfe de 18 buracos!

Conheci Lady Bailey por intermédio de uma de suas filhas casada com um americano, que era da nossa roda em Washington. E ela me convidou para passar o meu primeiro *weekend* na Inglaterra, no castelo onde costumava oferecer fins de semana famosos a personalidades mais famosas ainda. Não sei como ela conseguia, em plena guerra, mas seus jardins eram primorosamente bem cuidados, sua mesa, farta e bem servida; seus hóspedes, tratados como reis. Teria provavelmente velhos empregados de toda a vida.

Haveria cerca de 30 convidados e, excelente anfitriã, Lady Bailey procurava não só deixar todo mundo à vontade como tentava descobrir o passatempo predileto de cada um. E fui então submetido a um constrangedor diálogo:

– O senhor joga golfe?

– Infelizmente, não.

– Tênis, talvez?

– Receio que não.

– Já sei. Pratica equitação!

– *I am sorry,* Lady Bailey, nem isso... – respondi cabisbaixo, sentindo-me um ser desprezível, completamente inútil.

Mas Lady Bailey não era mulher de se deixar vencer sem lutar e, num súbito rasgo de inspiração, exclamou:

– Nesse caso, tem que jogar cartas!

– Um poquerzinho eu jogo. – Suspirei aliviado.

O dia inteiro senti-me observado, delicadamente, a distância. Ao entardecer, Lady Bailey já tinha compreendido que há mais esportes sobre o céu e a terra do que os preferidos, em massa, pelo povo inglês. Na hora de formar as mesas de jogo, chegou-se a mim e confidenciou-me com sutileza vitoriana:

– Vou sentá-lo ao lado da mais bela mulher do Reino Unido. – E segredou-me ainda mais baixo. – *Please, be nice to her.*

Aquela noite, em vez de contar o número de bombas VI caídas, como de costume, passei contando os inumeráveis atributos de Lady X. Os visíveis e os *adivinháveis.*

Terminado o jogo, a dona de casa pediu-me que acompanhasse a formosa hóspede até os seus aposentos que, por feliz coincidência, ficavam justamente ao lado dos meus. Aposentos prenhes de história, pois, segundo conta a lenda, era deles que Henrique VIII costumava assistir à missa e, provavelmente, rogar a Deus que lhe desse forças para casar com tanta freqüência. Antes de alcançar os nossos apartamentos, que ficavam numa ala do castelo oposta à dos salões, tivemos que atravessar os jardins. Era pleno outono, uma estação linda no campo inglês. E ainda me lembro dos passos leves de Lady X pisando as folhas secas caídas sobre a grama. Chegados aos aposentos a nós destinados, convidei-a para tomar uma taça de champanha em minha suíte. E ela aceitou com a maior naturalidade...

Antes de passar adiante, quero lembrar que, naquele *weekend* no castelo de Lady Bailey, presente quase todo o ministério britânico, ouvi muitas conversas sobre os líderes da guerra.

Fiquei sabendo, por exemplo, que Winston Churchill, o grande líder conservador, o maior artífice da vitória dos aliados, agüentava tudo, menos mulher feia. Saía mais cedo de qualquer jantar onde constatasse que a maioria das mulheres era feia. Mais tarde, encontrei referências a essa simpática idiossincrasia em dois de seus livros: *A Crise Mundial e Memórias de Guerra*. Obras, aliás, indispensáveis a quem desejar conhecer os bastidores da Segunda Guerra Mundial.

Despeço-me com pesar do castelo de Lady Bailey e volto para o meu apartamento em Londres, minhas ocupações e o *hobby* que contraí então, para o resto da vida. Sem falsa modéstia, sei que sou um homem de bom gosto, um apreciador da beleza e da harmonia. Adolescente, já me interessava e lia muito sobre os movimentos artísticos. Vivendo na Europa, aprendi a degustar museus. Mas foi pela mão de Josias Carneiro Leão que me tornei um colecionador. Hoje, embaixador aposentado e dono de uma das melhores coleções de arte do Brasil, Josias, então Primeiro-Secretário como eu, contagiou-me da sua paixão e apresentou-me aos principais *marchands-de-tableaux* de Londres.

Diplomatas no exterior, sempre teve mania de comprar prata, porcelana, tapetes. "Eu tenho tantos quilos de prata, e você?" É uma das perguntas que mais se ouve na nossa carreira. Eu nunca tive essa mania. Companhia das Índias, tapetes orientais, prata inglesa contrastada, antigüidades nunca fizeram muito o meu

gênero. A procura, a descoberta, as negociações e a compra de bons quadros foi a minha grande *mania* londrina. Principalmente porque, no fim da guerra, com tão pouco dinheiro circulante para tão prementes necessidades, conseguia-se comprar telas maravilhosas por uma ninharia. E, ainda por cima, à prestação... Comecei a percorrer as galerias de arte, a namorar dias um quadro, a entabular longas negociações. Tornei-me um especialista na arte de pechinchar.

Meu primeiro quadro foi um Picasso. Comprei-o pela quantia exata de 450 dólares. E, assim mesmo, para escândalo de alguns amigos que comentaram a minha loucura de dar tanto dinheiro por um Picasso. Vendi-o muito mais tarde por 100 mil dólares; hoje valeria uns 2 milhões de dólares. Em seguida, adquiri um Duffy, depois dois Modigliani... chegando a formar uma pinacoteca razoável.

Quando em 1968 fui violenta e arbitrariamente cassado pela revolução – só porque era amigo de Juscelino, a quem odiavam de tanto invejar – tive que me desfazer de alguns quadros para comprar o meu apartamento em Paris. Lá conservo ainda algumas das minhas preciosidades que revolução nenhuma no mundo me obrigará a vender. Um Chagall, por exemplo, que é o quadro predileto de minha mulher.

Evidentemente, não colecionei só quadros... Aos 34 anos tive muitas namoradas, de todas as nacionalidades. Mas nunca hei de me esquecer de Rose, uma bela inglesa de olhos azuis, sem maiores compromissos com a coerência. Cheia de inesperados e originais arroubos, foi talvez a mais divertida. Vivia se queixando das imensas filas que tínhamos que enfrentar para ver um filme de cinema. Filas das quais só as senhoras grávidas estavam isentas. Pois

bem, um dia marcamos encontro na porta de um cinema. E Rose me surpreende chegando, muito tranqüila, com uma enorme barriga de travesseiro sob o vestido. Naquela época, um pouco de alegria, umas boas risadas, valiam qualquer sacrifício, qualquer ousadia... era preciso esquecer a guerra. Saíamos do cinema e, em geral, íamos para o Millroy, a mais barulhenta boate da cidade. Nos tornamos freqüentadores tão assíduos que lá tínhamos guardada a nossa própria garrafa de uísque.

O problema do uísque merece uma referência especial. Era praticamente impossível comprá-lo na Inglaterra, cuja fome de divisas obrigava a exportar até a última garrafa. Os diplomatas tinham direito a importar tudo o que quisessem, pudessem e conseguissem. Nós então importávamos de volta algum do uísque escocês que a Inglaterra exportara. E íamos buscar na alfândega, pagando-o em dólares... Artifícios para sobreviver com graça e dignidade!

Enquanto a paz não vinha, eu trabalhava intensamente, nomeado que fora Encarregado de Negócios do Brasil junto ao governo dos países ocupados com sede em Londres: Bélgica, Holanda, Iugoslávia, Noruega, Polônia e Tchecoslováquia. Foi assim que conheci muito rei, muito chefe de Estado e tive oportunidade de prestar-lhes alguns relevantes serviços.

Mal a Alemanha assinou a rendição, fui procurado pelo Ministro das Relações Exteriores da Polônia. Comunicou-me que a Inglaterra estava para reconhecer, por aqueles dias, o governo socialista de Lublin; mais uma vitória russa para desespero de muitos poloneses que não se conformavam de sair de uma guerra contra o fascismo para cair nas mãos do comunismo. Ciente desse desagrado,

a Inglaterra oferecera a cidadania inglesa a todos os soldados poloneses descontentes que se encontrassem em Londres. A maioria recusou, revoltada com o que consideravam uma atitude pusilânime e traiçoeira da Inglaterra. Perguntou-me então o Ministro se estaria disposto a conceder vistos brasileiros aos poloneses – gente trabalhadora e qualificada – que pretendiam se instalar no Brasil. Mas isso teria que ser feito com a maior rapidez, antes que o governo de Lublin fosse reconhecido. Na mesma hora consultei por telefone o Itamaraty e recebi permissão para agir como melhor me parecesse. Em dois ou três dias dei mil e tantos vistos. Dos quais, uns 300 fixaram-se no sul do Brasil. Imigração de primeira ordem para um país que despertava para a era industrial: engenheiros, mecânicos, técnicos de todas as áreas. Gente que veio, adaptou-se, gostou, ficou e trabalhou para o nosso desenvolvimento. Até hoje recebo visitas de poloneses radicados no Paraná e em Santa Catarina, ainda gratos por tê-los eu encaminhado à sua nova pátria. Muitos fizeram fortuna.

No dia em que a Alemanha finalmente assinou o tratado de rendição incondicional, o povo inglês suspirou aliviado e literalmente explodiu de alegria. A cidade toda iluminou-se de fogos de artifício. Cantava-se e dançava-se nas ruas. Picadilly Circus, naquela época o verdadeiro coração popular da cidade, foi baile, foi feira, foi comício. E lá fui eu com a multidão. Com tanto entusiasmo e distração, que nem senti quando um ladrão me *aliviou* do relógio de ouro.

A mais do que merecida festa de um povo castigado, de um povo heróico, durou pouco. Era mister reconstruir a cidade, apagar o rastro do sofrimento e da dor. E já no dia seguinte

formaram-se as brigadas de voluntários. Voluntários para todos os tipos de serviço. E, com a mesma determinação e coragem com que enfrentaram a guerra, os ingleses puseram-se árdua e laboriosamente a trabalhar para a paz. Foi nessa época que revoadas de brasileiros começaram a chegar a Londres. Eram missões econômicas, enviados especiais, estudantes, turistas. O fluxo de intercâmbio recomeçava.

A primeira visita oficial de autoridades brasileiras foi a do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Assinou a 21 de setembro de 1946 um acordo comercial com a Grã-Bretanha. Durante sua estada em Londres homenageei-o com uma recepção em meu apartamento.

Lembro-me bem da chegada do novo adido militar, General José Pessoa, acompanhado da família. Uma família de dar orgulho ao Brasil. Ele, um homem extremamente elegante, culto e educação, casado com D. Mary, uma grande dama. As filhas, Elizabeth e Joy, fizeram sucesso em Londres pela sua graça e beleza. Anos mais tarde viriam a se casar com os meus amigos Rogério Marinho e Antônio Seabra Moggi.

De 1945 a 1948 fui um dos diretores do Conselho de Administração e Reabilitação das Nações Unidas – UNRRA – plano do governo americano destinado a ajudar os países devastados pela guerra – como representante não só do Brasil mas de toda a América Latina. Uma de nossas incumbências era distribuir as verbas destinadas aos países necessitados. Nessa época, viajei muito a serviço da UNRRA. Os representantes dos países vinham a nós solicitar ajuda e nós, além de examinarmos minuciosamente seus dossiês, muitas vezes íamos verificar *in loco* a justeza de suas

pretensões. Nosso trabalho era imenso, não se limitava à distribuição das verbas; cabia-nos a seleção de pessoal especializado, a organização administrativa dos projetos de recuperação e o posterior acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

Eram todos casos dramáticos que envolviam altas somas. Como no caso da Iugoslávia, por exemplo que requisitava uma verba de 50 milhões de dólares, para a sua reconstrução. Dissequei toda a papelada e cheguei à conclusão de que a sua pretensão era justificada. Meu voto foi decisivo para a concessão dessa verba de 50 milhões de dólares.

No papel, isso parece muito fácil, uma questão de cifras. Na verdade, ao conhecer ou negar certas verbas, dávamos veredictos de vida ou de morte para povos inteiros. Era um caso de consciência delicadíssimo já que o dinheiro concedido pelos americanos, através da UNRRA, apesar de generoso, era limitado. Ilimitados eram a destruição, a fome, as enfermidades, o desespero. Aqueles papéis, submetidos ao nosso escrutínio, não vinham apenas cheios de números, vinham empapados de lágrimas e sangue. Com essa aguda consciência, procurei julgar todos os casos que me chegavam às mãos.

O mundo despertava do pesadelo da Segunda Guerra Mundial. Consciente de que era preciso vasculhar-lhe as causas, por mais remotas em extensão e profundidade, para que não acontecesse uma terceira. E vivemos então a fase terrível da exibição de culpas inimagináveis. Vêm à tona os horrores dos campos de concentração, dos guetos, das torturas, do genocídio. E, enquanto os criminosos de guerra são julgados em Nuremberg, os povos se unem na Organização das Nações Unidas para assegurar que crimes

como esses nunca mais possam ocorrer. Em abril de 1945 é promulgada em São Francisco, na Califórnia, a Carta das Nações Unidas. A primeira, a histórica Assembléia-Geral, reúne-se em Londres em janeiro de 1946. Uma espécie de vestibular da ONU.

O Embaixador Ciro de Freitas Vale era o nosso delegado. E eu fui designado Secretário-Geral da Delegação, cujo chefe era o Embaixador Souza Dantas. Encarregado da parte de chancelaria, eu tratava da *cozinha da casa*, como costumamos dizer no Itamaraty. Nessas modestas funções de bastidores – que no entanto exigiam concentração e agilidade mental – segui passo a passo aquelas memoráveis sessões. Enfronhei-me tão a fundo nos problemas mundiais que, finda a Assembléia-Geral, fui designado membro do Grupo Consultivo de Peritos da ONU.

É curioso como tudo na minha vida se encadeia numa seqüência lógica e harmoniosa. Vivi a guerra e testemunhei a paz. Passei no tumultuado *vestibular* de 1945 e, por assim dizer, recebi o meu diploma quando, em 1953, fui designado *alternate* do Delegado do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York. E não vou me alongar nesses *preparatórios*, porque eles não foram só meus, são de um mundo inteiro que ainda hoje tenta aprender a difícil lição da convivência pacífica. E, além do mais, constam de milhares de compêndios de História.

Quero apenas dedicar algumas palavras ao Embaixador Souza Dantas de quem, desde então, tornei-me grande amigo. Uma figura ímpar como cultura e visão e como pessoa humana. Residente em Paris havia mais de 47 anos, Souza Dantas nunca tivera a curiosidade de atravessar a Mancha. Foi uma experiência fantástica mostrar a ele e à sua companheira Marie Bell – famosíssima

atriz francesa – a minha Londres. Prazer que dividi com Paulo Carneiro, que também fazia parte da delegação brasileira. Deixamos Souza Dantas cheio de remorsos por ter negligenciado tanto a Inglaterra... Quando fui transferido para Paris, ele já não era o embaixador do Brasil mas continuamos amigos inseparáveis pela vida afora. Sempre que chegava a Paris, ia visitá-lo. Quase sempre acabávamos no teatro, assistindo a uma peça de Marie Bell. Maravilhosa tanto em comédias ligeiras, como *La bonne soupe*, quanto em tragédias clássicas, como a sua inesquecível *Phèdre.*

Depois de sua morte ainda me fez uma terna surpresa. Deixou-me como lembrança a sua espada de embaixador. Recebi-a das mãos de Paulo Carneiro com um recado de Souza Dantas: "Apesar de não termos servido juntos, quero com esse gesto significar-lhe o meu reconhecimento pelo seu carinho e apreço."

Admirável Mundo Novo

Admirável Mundo Novo

... Presidente, o que o Brasil precisa é
de democracia mesmo.
(Eurico Gaspar Dutra)

Ao regressar de sua viagem de inspeção à FEB, em fins de 1944, o Marechal Eurico Gaspar Dutra foi recebido pelo Presidente Vargas. Conversaram longamente. Passo a palavra a Osvaldo Trigueiro do Vale, que assim descreve a cena em seu livro *O General Dutra e a Redemocratização de 1945:*

– "Presidente, a oficialidade acha injusto que os brasileiros morram nos campos de batalha da Itália para implantar a democracia na Europa, quando aqui no Brasil não há democracia.

– Eu também quero a democracia e acho que já está na hora. – respondeu Getúlio entre duas baforadas de charuto. – Até já conversei a respeito com o Ministro da Justiça, Dr. Marcondes Filho. Vou pedir a ele que o procure amanhã para lhe expor a nossa idéia de uma Constituição Corporativa.

– Presidente, eu já ouvi falar nessa *democracia corporativa*. Não me entusiasma a palavra. Prefiro dizer que o Brasil precisa de uma *democracia mesmo*."

Essa pequena cena registra muito bem o temperamento e as convicções do Marechal Dutra. Homem de poucas palavras, ia direto ao assunto. Profunda e sinceramente legalista, não admitia artifícios e subterfúgios. Sempre lutou para fazer deste país uma

democracia. Uma democracia sem adjetivos. Uma *democracia mesmo*.

Rapaz modesto, reservado e estudioso, Dutra nasceu com a vocação militar. E se formou dentro do mais puro estilo da Escola Francesa. Quando, como capitão, fez a Escola Superior de Guerra, teve excelentes mestres: a Missão Militar Francesa, chefiada pelo General Gamelin. Ao contrário da Escola Militar Alemã, que tão nefasta influência exerceu em vários países da América Latina, a Escola Francesa preconizava o Exército como *"o grande mudo"*. Organismo não-intervencionista, criado para garantir a ordem, manter as instituições e defender as autoridades legitimamente constituídas. Nessa mentalidade arraigadamente legalista, Dutra pautou toda a sua vida. E tanto colaborou para a queda do ditador Vargas, quanto empossou – na data aprazada – o Presidente Vargas eleito pelo seu povo.

Conheci pessoalmente o Marechal Dutra em Washington, onde eu servia, quando de sua visita oficial aos Estados Unidos. Fui designado pelo Embaixador Maurício Nabuco para organizar e acompanhar a programação da comitiva presidencial composta, entre outros, pelo Ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes – por quem sempre tive imensa admiração, pelo Castello Branco – hoje nosso Embaixador na Grécia, e pelo João Dutra – filho do Presidente.

Calado, quase tímido, discreto inclusive no trajar, não fosse a sua posição como chefe de Estado, Dutra poderia passar despercebido. Era preciso penetrar na sua intimidade para descobrir-lhe a firmeza e a energia, e a visão clara e moderna que tinha do seu país e do mundo. Só mais tarde, Chefe do Cerimonial

da Presidência, tive o prazer de privar da sua intimidade, quando ele me convidava quase todos os dias a partilhar o seu almoço frugal no palácio e conversávamos sem reservas. Mesmo assim, eu me lembro que ele ouvia muito mais do que falava e, quando o fazia, era sempre de forma serena e ponderada. Equilíbrio e moderação talvez sejam as palavras que melhor definam Eurico Gaspar Dutra, um grande Presidente, a quem o Brasil não fez ainda a devida justiça.

Já Truman era um homem descontraído e brincalhão. Recordo que, no jantar que o Presidente Dutra lhe ofereceu, Truman inesperadamente me apontou e disse:

– Aquele ali é amigo da minha filha Margaret.

Era mesmo. Naquela época Washington ainda era uma cidade relativamente pequena e todos se conheciam. Muito simpática, Margaret iniciava a sua carreira de cantora. A esse respeito, diga-se de passagem, nada enfurecia mais o Presidente Truman do que ouvir a menor restrição aos talentos artísticos da filha.

Depois da grande recepção na Embaixada fomos todos – a comitiva do Presidente Dutra, o Embaixador Nabuco e Margaret Truman – terminar a noite em minha casa com champanha e música brasileira.

Ainda permaneci algum tempo em Washington, cidade a que me afeiçoara, centro de decisões políticas internacionais e grande escola diplomática.

Quando Francisco D'Alamo Louzada foi promovido a embaixador, sendo designado para um novo posto, ele e João Dutra indicaram o meu nome para assumir o seu cargo no Palácio do Catete. Fui então posto à disposição da Presidência pelo Itamaraty.

Minhas funções como Chefe do Cerimonial, em 1950, resumiam o que hoje é executado por um batalhão de gente de vários órgãos e departamentos. Cuidávamos, é claro, do protocolo das apresentações de credenciais, dos banquetes, recepções e festividades de todos os tipos, mas tínhamos também a tarefa de preservar a imagem do governo, num cuidadoso trabalho de relações públicas. Por vezes, funcionávamos como o porta-voz do Palácio.

Digo *preservar*, e não *criar uma imagem* pois, extremamente severo e conservador, Dutra jamais aceitaria a sugestão de modificar o menor dos seus gestos para agradar a alguém. Felizmente, não tínhamos que enfrentar as câmaras de televisão, nossos contatos eram basicamente com a imprensa escrita e com o rádio. Nesses delicados contatos – em que uma palavra mal escolhida pode acarretar graves conseqüências – minha prévia experiência jornalística muito me valeu.

Nessa mesma ocasião, o Marechal Dutra assinou o seguinte decreto secreto, referendado por todos os Ministros:

"O Presidente da República resolve designar o General de Exército Newton de Andrade Cavalcanti, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, o Ministro Plenipotenciário Hugo Gouthier de Oliveira Gondim e o Coronel Pedro da Costa Leite, Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, para, em comissão, sob a presidência do primeiro:

a) Articular com os órgãos governamentais competentes a execução pronta das medidas deliberadas para a defesa econômica do País, em face da situação mundial;

b) Sugerir a adoção de medidas complementares que, em determinados casos, se fizerem necessárias para o fiel cumprimento das decisões do governo."

Curioso decreto em que a segurança nacional é associada à defesa econômica do país! Curioso, hoje em dia, quando segurança nacional em geral é associada a problemas ideológicos e políticos. Em 1950, a deterioração econômica era considerada a grande ameaça que o decreto sigiloso nos mandava combater.

Nos dias que correm, o mundo todo enfrenta a crise econômica gerada pelos preços do petróleo. A de 1950 resultava da escassez de materiais do pós-guerra. Nossas atribuições, nessa comissão, eram principalmente manter-nos atentos e bem informados, tomar conhecimento das dificuldades enfrentadas por vários órgãos públicos e empresas privadas. E levar ao governo não só a notícia desses problemas, como, muitas vezes, soluções sugeridas por aqueles que os enfrentavam diretamente.

Era um serviço estimulante e gratificante que nos obrigava a conversas diárias com os Ministros das várias pastas e coleta de informações nos mais diversos níveis empresariais. Em resumo, éramos os porta-vozes, os descomplicadores, os que aproximavam o governo dos que mais necessitavam de medidas governamentais.

Aprendi muito com o Presidente Dutra, um homem de vontade de ferro mas cujo livro de cabeceira era a Constituição. Tive o prazer de participar do seu governo. Vi de perto o quanto ele soube prezar a democracia e desprezar os desvios anticonstitucionais; o quanto de dedicação emprestava ao cargo que desempenhou de forma tão natural, simples e eficiente.

Só uma coisa não aprendi com Dutra: madrugar... Às cinco e meia da manhã ele já estava pronto para os despachos no Catete. Todos nós, seus assessores mais diretos, tínhamos que acompanhá-lo. Eu, um homem visceralmente da noite, um bom boêmio, tomava minhas precauções. Por exemplo, mantinha num armário na minha sala no palácio um traje de passeio completo. Muitas vezes saí do Golden Room diretamente para o Catete, tomando apenas o tempo de trocar o *smoking* antes de entrar no salão do Presidente.

Se começava cedo, o expediente também terminava cedo. Às dezoito horas, impreterivelmente, o Presidente se recolhia. Esses hábitos morigerados me traziam algumas dificuldades na programação dos eventos sociais da Presidência. Mesmo no caso de ilustres visitantes estrangeiros, o jantar devia ser servido às 20 horas para que o início das recepções nunca ultrapassasse as 21 horas. Certa vez, foi quase que impossível para mim conciliar os horários espartanos do Marechal Dutra com os horários descontraídos do Presidente Videla, do Chile. Fiz verdadeiros malabarismos de cronometragem e finalmente consegui que, tendo o Presidente Videla se despedido, o Presidente Dutra pudesse retirar-se às 22 horas. Amante da noite e cheio de amigos que fizera no Rio quando Embaixador do Chile, Videla apenas fingira retirar-se estrategicamente. Assim que o Dutra saiu, ele voltou e a festa foi até de madrugada.

Muita gente só se lembra de Dutra como o "Presidente que fechou os cassinos e o Partido Comunista". Ele fez muito, muito mais do que isso. Deu um exemplo de governo flexível e humanizado, de uma administração limpa, metódica, livre de nepotismos e empreguismos.

E nunca será demais lembrar o Plano SALTE no qual, pela primeira vez na nossa história, pensava-se na solução programada dos problemas de saúde, alimentação, transporte e energia. Nesse primeiro esboço de Brasil grande, apresentado em Belo Horizonte por ocasião de sua campanha eleitoral, Dutra ocupou-se ainda da educação e produtividade agrícola e industrial. Temas inspiradores que levantou e debateu na presença de Benedito Valladares e Juscelino Kubitschek, respectivamente governador de Minas e prefeito de Belo Horizonte.

Para Eurico Gaspar Dutra não havia nada mais sagrado e mais legítimo do que o voto popular. Foi com indignação que recebeu, no final do seu mandato, a sugestão de prolongá-lo não empossando o novo presidente eleito, Getúlio Vargas.

Certa feita presenciei uma cena típica das reações do Marechal Dutra. Estávamos na sua sala de despachos, Dutra, José da Cunha Ribeiro e eu. Anunciado, entrou na sala o General Zenóbio da Costa. Vinha fardado, tenso e com o quepe embaixo do braço. Cumprimentou o Presidente, fez-nos um leve aceno de cabeça e colocou o quepe sobre a mesa.

– Presidente, comenta-se na cidade a iminência de um golpe que visa mantê-lo no poder – afirmou Zenóbio ainda um tanto empertigado.

– Tolices, boatos – cortou Dutra serenamente. – Passarei o cargo ao meu sucessor no dia previsto pela Constituição.

– Nesse caso, Presidente, darei uma declaração aos jornais negando a veracidade desses boatos.

– Se o senhor fizer isso, general, mando prendê-lo imediatamente.

E Dutra levantou-se, muito sério, dando por terminada a audiência. Zenóbio pediu licença e retirou-se tão apressadamente que esqueceu o quepe sobre a mesa. Se bem me lembro, foi o Cunha Ribeiro que correu atrás dele para entregá-lo. Para o Marechal Dutra, o simples fato de um oficial-general perder tempo em desmentir um boato desses constituía uma quebra grave de disciplina.

Diplomacia em “D” Maior

Diplomacia em "D" Maior

"... A diplomacia moderna requer dos seus agentes, sobre vasta capacidade de trabalho, bons nervos."

"... Hoje em dia, o agente diplomático lida com questões de engenharia e de pintura; de biologia e de música; de política com *P* grande e mesmo infelizmente com *p* pequeno; de comércio e de administração pública."

"... E a verdade é que o indivíduo nasce diplomata. As qualidades do diplomata são intrínsecas, a observação e a experiência podem, evidentemente, desenvolvê-las, mas não podem criá-las onde não existam de nascença..."

Talvez essas poucas frases já possam dar uma idéia do que é esse pequenino imenso livro de Maurício Nabuco: *Algumas Reflexões sobre Diplomacia*. Obra básica, eu não diria apenas para os diplomatas brasileiros, mas para todos os funcionários dos Ministérios de Relações Exteriores do mundo. Pois nela, meu grande mestre o Embaixador Maurício Nabuco, graças à lucidez da sua mente brilhante, consegue sintetizar o *vir a ser* e o *ser* de um diplomata, no mesmo estilo altivo e despojado de seus outros livros.

Não creio que haja existido jamais alguém com maior visão crítica da sua profissão do que Maurício Nabuco. Conhecia-

lhe todos os meandros, as potencialidades e os perigos, as amplas perspectivas e os desvãos obscuros. Porque, antes de mais nada, possuía uma percepção nítida, gestáltica, do mundo como um todo e do seu país nesse mundo; da humanidade como um corpo vivo e de si mesmo como parcela celular dessa humanidade.

Eu tinha pouco mais de dez anos de Itamaraty quando fui designado para Washington onde ele era embaixador. Maurício Nabuco foi na realidade o meu mestre no Itamaraty. Estimulou-me a voar com as minhas próprias asas, guiando-me com o apoio da sua aprovação e o farol do seu exemplo.

Dizem os filósofos orientais que o exemplo não é o melhor caminho do ensinamento... é o único. Foi com a sua própria vida que Maurício Nabuco ilustrou as qualidades que considerava essenciais para o exercício da diplomacia. E como ele gostava muito de gráficos e mapas, darei aqui um esquema das virtudes capitais do meu amigo e mestre, utilizando palavras suas para explicitá-las:

Paciência - "Nas carreiras de acesso, é preciso aguardar vaga para subir. E quase sempre todas as vagas provêm do infortúnio alheio: aposentadoria, demissões, falecimentos. Passar uma vida inteira esperando dissabores de terceiros não será, certamente, a melhor forma de desenvolver sentimentos nobres, nem elevação de espírito." Maurício Nabuco trabalhou anos na Secretaria de Estado sem aceitar excelentes postos no exterior. Só em 1934, três anos depois da fusão do quadro da Secretaria com os dos corpos diplomáticos e consultar, concordou com a sua designação para embaixador do Brasil no Chile porque "já então as vagas do antigo pessoal de Secretaria haviam beneficiado sobremodo o pessoal do corpo diplomático. Assim pude aceitar sem prejudicar ninguém".

Imparcialidade - "Não há lugar, no corpo diplomático, para agentes influenciáveis que, neste ou naquele posto, se deixam levar por preferências pessoais contra ou a favor de nações, regimes, indivíduos ou castas." Seguindo as pegadas do seu ilustre pai, Maurício Nabuco era visceralmente anti-racista. Nas grandes causas e nos pequenos episódios constrangedores. Eu me lembro, por exemplo, que numa festa em Washington, oferecida à sua sobrinha Vivi, filha de seu irmão José, percebendo que rapaz nenhum tirava as filhas do embaixador da Abissínia para dançar, foi pessoalmente providenciar pares para elas entre os secretários da embaixada.

Tenacidade - "A tenacidade, sem a qual nada se leva a cabo, é também indispensável, como o são a coragem física e moral. Aquela, para expor com franqueza situações por vezes desagradáveis e evitar aborrecimentos maiores..." Imensa prova de tenacidade deu Maurício Nabuco na Conferência de Havana, em julho de 1940, quando se discutiu a questão da administração provisória das colônias. Apresentou um projeto e defendeu-o até a total aprovação da sua tese, tendo que enfrentar e dobrar o temível Cordell Hull. Vitória tão legítima que, anos mais tarde, quando seu nome foi proposto como embaixador do Brasil em Washington e temia-se que os Estados Unidos lhe recusassem o *agrément*, foi concedido com a maior presteza e simpatia. Coragem também nunca lhe faltou. Durante a guerra foi às frentes de batalha visitar os pracinhas debaixo do fogo alemão.

Discrição - "É talvez a mais difícil de empregar-se com proveito, visto que só convém ser discreto com discernimento e medida. A discrição carrancuda, de olhar vago, esquivo, é a mais comum e certamente a mais inútil. Só muita agilidade de espírito

permite ser discreto sem se parecer apalermado, ou, o que é pior, malcriado." Superiormente discreto soube ser Maurício Nabuco ao não mencionar, sequer uma vez, as razões que o levaram a afastar-se do Itamaraty, cinco anos antes da compulsória, com aquela impressionante dignidade que foi para todos uma lição de conduta.

Como seu pai Joaquim Nabuco, atuou em Washington de maneira intensa. Atravessou os Estados Unidos, de costa a costa, falando aos estudantes das universidades, divulgando o Brasil de uma forma tão contagiante que os levava a percebê-lo como um país autônomo, líder de um grande continente. Isso, numa época em que os americanos tinham olhos unicamente para a Europa.

Bem relacionado internacionalmente, jantava com Churchill e almoçava com Roosevelt. Pode-se dizer que, através do seu imenso amor pelo Brasil, não o representava apenas, personificava-o.

Maurício Nabuco ensinava a todos nós que ser diplomata não é somente exercer a diplomacia. Um diplomata deve se interessar por todos os problemas do Brasil, mesmo os mais alheios à carreira diplomática. Assim, ele me explicava que não poderia haver integração nacional sem a uniformização das bitolas das estradas de ferro, e citava, como exemplo, o esforço dos Estados Unidos unindo a costa do Atlântico ao Pacífico sem mudar de trem. Esse seu interesse pelo Brasil poderia ter evitado muitos equívocos no sistema ferroviário brasileiro.

Lembro-me dele, revejo-o sempre em pensamento, igualmente à vontade, em suas duas moradias: no Itamaraty e na velha casa da família, na Rua Marquês de Olinda, entre a solenidade

de paredes construídas por escravos, os longos corredores, o pequeno elevador interno que usei tantas vezes...

Depois que ele morreu, recebi uma carta de José Nabuco, seu irmão e testamenteiro, dizendo-me que ele me havia deixado um peso de papel. Está aqui, neste instante, como sempre estará, sobre a minha mesa de trabalho. Uma lembrança de carinho de um amigo inesquecível.

Os Anos Dourados do Rio

Os Anos Dourados do Rio

Olhos verdes sem dó de mim,
Ai Avatlântica!
Ondas da praia onde morais,
Olhos verdes intersexuais.
Ai Avatlântica!
Olhos verdes sem dó de mim,
Olhos verdes, de ondas sem fim,
Ai Avatlântica!
Olhos verdes, de ondas sem dó,
Por quem me rompo, exausto e só,
Ai Avatlântica!
Olhos verdes, de ondas sem fim,
Por quem jurei de vos possuir,
Ai Avatlântica!
Olhos verdes sem lei nem rei,
Por quem juro vos esquecer,
Ai Avatlântica!
(Manuel Bandeira, Alumbramentos)

Avatlântica, Avatlântica, aqui me tens de volta! Tão completamente, que às vezes me pergunto se jamais saí, fui embora. Tantas vozes, tantos rostos, tantas terras longínquas percorridas não teriam sido um sonho? Se a verdade de um homem, a mais pura, é a sua juventude, então a minha é a Avatlântica que descortino desta janela aberta sobre a piscina do Copacabana Palace. Debruço-me sobre o mar e mergulho nas gostosas recordações do passado. Dos dias em que, muito menos bem-instalado, divertia-me muito mais. Dos anos dourados do Rio de Janeiro.

Na década de 40, certamente não haveria uma jovem de *topless* deitada ali, tostando-se ao sol. Não haveria tantos carros, tanta pressa e tanto susto. Como dizia o poeta, naquela época "a

escola era risonha e franca". Talvez porque a miséria ainda fosse mantida a uma prudente e higiênica distância, a tecnologia ainda não houvesse descoberto a poluição, a violência ainda não explodisse em assaltos e agressões. Talvez, apenas porque eu fosse jovem...

A noite

Eu tinha uma turma grande de amigos, das mais animadas, liderada pelos irmãos Silveira – Guilherme e Joaquim – incrivelmente criativos e imaginosos em tudo o que se referisse a boas farras e boemia. Naquele tempo, se usava muito as expressões: *farra, farristas...* Sem conotações malévolas ou críticas. Às vezes até com uma ponta de admiração. Faziam parte do nosso grupo: Hugo Meira Lima, Álvaro Portinho – denominado Alvaralhão, pela sua estatura imponente – Nelson Baptista, Aloysio Salles, Mário Reis, Armando Serzedelo Correia – mais conhecido como Le Bel Armand, por motivos óbvios – Horácio de Carvalho, Carlos Novis, Clementino Lisboa, Ângelo Sertório, Appius Fabrizzi, Walther Quadros, José Campos de Oliveira, Orlando Meringolo e outros. Uma juventude boêmia, ousada mas sadia. Nem se pensava ou se falava em drogas. Eu acho até que a maconha, pelo menos no Brasil, ainda nem tinha sido inventada. Nosso esporte predileto era a corrida de obstáculos. Correr atrás das mulheres ou fugir correndo das mulheres, conforme o caso.

Tudo girava em torno do Copacabana Palace. Uma passada pelo Golden Room era obrigatória antes ou depois de qualquer programa. Como, aliás, tinha sido desde a sua construção

em 1922, podendo-se dizer que a moderna Copacabana nasceu e floresceu do sucesso do seu tradicional hotel.

Os irmãos Guinle caracterizavam-se por uma visão grandiosa do futuro do Rio. Suas casas forma verdadeiros marcos da cidade, inesquecíveis pontos de referência. Na ilha de Brocoió, na Avenida Atlântica, no Parque Guinle, no Flamengo ou no Parque da Cidade, todas tinham o indelével sinete da família: classe, conforto, grandiosidade. Por isso, não é de se admirar que Otávio Guinle, o mais observador de todos, dedicasse grande parte da sua vida a um hotel que passou a ser o centro social da Capital Federal.

Otávio Guinle, mais do que marcar uma época, fez uma época. Convocou o engenheiro francês M. Guire para que construísse na esplêndida faixa de terreno da família, na Avenida Atlântica – ao lado da casa dos Duvivier, dos Berardinelli e da Mère Louise – um grande hotel na tradição dos melhores da Europa. A fachada do Copacabana lembra muito a do Hotel Negresco de Nice, por exemplo.

Otávio Guinle foi um dos precursores da ciência da hotelaria, ensinada hoje em dia, a nível de curso superior, em várias universidades da Europa e dos Estados Unidos. Alguém me disse que os subterrâneos, a infra-estrutura operacional de um desses imensos hotéis modernos, a parte escondida, enfim, é muito maior do que a parte exposta aos hóspedes. São as cozinhas, as despensas, as *caves*, as copas, as rouparias, as lavanderias, os escritórios, as oficinas de todos os tipos... Muitos hotéis até já são dirigidos por computador. Pois bem, Otávio Guinle era um computador humano, um hoteleiro autodidata dos mais refinados. Bem-nascido, bem-viajado e bem-informado, era um epicurista detalhista. Com

o paletó guardado em um pequeno armário do seu escritório, de suspensórios largos e amabilidade de um verdadeiro *gentleman*, controlava o seu império. Todos os dias, em passadas firmes, percorria, pelo menos duas vezes, a extensão do seu reino. Atravessava a pérgula, examinava o fundo da piscina, comentava com o *maître*, inspecionava a cozinha e os bastidores do teatro, a carpintaria. Sabia tudo. Passava os dedos nos móveis, dava pela falta de um cinzeiro.

Profundo conhecedor da natureza humana, selecionava como ninguém o seu pessoal e soube fazer escola. Avaro de gestos e palavras, sabia comandar e transformou o seu *staff* no melhor e no mais talentoso do Rio. Ninguém até hoje pode esquecer de Ferry Wunsh, o *maître* dos *maîtres*, homem de mil olhos, memória infalível e profissionalismo exacerbado, chefe e amigo de seus colaboradores, alguns dos quais trabalharam até recentemente no Copacabana Palace, como, por exemplo: Emílio Castilla da Costa, Francisco de Rezende Lobo, José Pinto de Almeida, Agostinho Reimão da Conceição, José de Oliveira – o popular Três por Dois (sempre trabalhou três dias seguidos, folgando dois). Garçons que representam a tradição viva de um hotel, a memória de uma cidade. Outra pessoa que não se pode esquecer é Geraldo Ávila Alvim, conhecido por Mineiro, que entrou para o Copacabana Palace em 1951, menino ainda, colocado pelo Senador Tancredo Neves e hoje, o Mineiro é uma peça fundamental aos freqüentadores da pérgula do Copacabana para os recados e mensagens telefônicas.

A história de Ferry Wunsh é digna de um príncipe russo da noite parisiense. Iniciou a sua carreira em 1915 como aprendiz do famoso L'Oie d'Or, de Praga, onde serviu muitas cabeças

coroadas: o Rei Afonso XIII da Espanha, o Rei Alberto da Bélgica, a Rainha poetisa Marie da Romênia, o Rei Carol, o Rei Fuad el Awal (pai de Farouk), o Rei Zaghu da Albânia, o Ràs Tafari da Abissínia...

Foi Otávio Guinle que inventou uma das maiores instituições das décadas de 40 e 50: o Barão Max Von Stuckart. Descobrindo-o na Europa em plena guerra, trouxe-o para o Copa. E os *shows* do Barão, espetáculos notáveis de brilho e bom gosto, mudaram a noite carioca.

O Barão saía percorrendo o Brasil de norte a sul à procura das mais belas mulheres, contratava os melhores figurinistas, cenográfos, coreógrafos para as suas riquíssimas produções. Mas é preciso dizer que, nessa época, o dinheiro rolava solto na noite, nas mesas de roleta, bacará e *chemin de fer*. E foi o Barão que inaugurou a Meia-Noite, uma boate bem menor que o Golden Room, mais aconchegante e sofisticada – com suas mesas de espelho a refletirem as jóias e os decotes. Para mim, na lembrança e na saudade, a mais gostosa boate do mundo e dos tempos.

Oscar Orsntein e Caribé da Rocha por muitos anos dirigiram a parte artística do Copacabana Palace. Foram eles os responsáveis pelas apresentações no Rio de Edith Piaf, Sammy Davis Junior, Ella Fitzgerald, Nat "King" Cole, Tonny Bennet, Charles Aznavour e tantos outros nomes mágicos.

Foi no Golden Room, na noite de estréia do *show Em Busca da Beleza*, que sofri o impacto da presença fulgurante de Maria Della Costa. Quase uma adolescente, a linda gaúcha aparecia seminua e o seu corpo escultural nos tirava o fôlego, arrasava corações. Muitos anos mais tarde, tivemos o enorme prazer de

recebê-la em Roma onde ela participava de um festival de cinema. Maravilhosa como sempre mas já então artista consagrada de teatro e televisão. Mulher cujo talento associado à força de vontade transcendeu a própria beleza, transformando-a num verdadeiro mito das nossas artes cênicas, adorada por gerações. E, quem quiser conhecer a outra face do sucesso é só ir até Parati e encontrar a Maria Della Costa hoteleira refinada. Seu pequenino hotel, impregnado de sua feminilidade gaúcha, oferece, além da comida esplêndida e que não engorda, um carinhoso atendimento personalizado.

Falar em Golden Room é lembrar Gisela e Carlos Machado, dois nomes que são verdadeiros sinônimos do *showbiz* brasileiro. Iniciando-se no Cassino da Urca, Carlos Machado em pouco tempo conquistou a cidade inteira, sendo unanimemente eleito Rei da Noite. Mas o ponto alto de suas carreiras, a consagração definitiva, eles a conseguiram com a montagem, no princípio da década de 60, do maior de todos os musicais brasileiros, um *show* de categoria realmente internacional: *O Teu Cabelo Não Nega*, com música do imortal Lamartine Babo.

O Copacabana Palace sempre esteve repleto de gente famosa, personalidades notáveis das mais diversas áreas registraram seus nomes no Livro de Ouro. Lá aparece o de Santos Dumont, em 1928, e o de Stefan Zweig, em 1936... Eu mesmo, através dos anos, cruzei em seus salões com Marlene Dietrich, Rita Hayworth, Kim Novak, Lana Turner, John Wayne, Rock Hudson e tantos outros. E, numa noite de estréia no Golden Room, não só cruzei com a belíssima Illona Massey no apogeu da sua fama. Caí por ela. E, como a célebre intérprete de *Balalaika* também não resistiu aos

meus encantos, nosso amor foi eterno... enquanto durou: o prazo de uma semana.

Muitos momentos importantes, muitas páginas da nossa história foram escritas entre as quatro paredes de um apartamento do Copa. No que Arthur Bernardes Filho ocupava, por exemplo, consolidou-se a candidatura de Juscelino Kubitschek ao governo de Minas. Lembro-me do encontro que tivemos, Horácio de Carvalho e eu, para discutir o apoio do PR de Minas a JK, e Arthur Bernardes nos recebeu de manhã com champanha e caviar. Naquele dia, contrariando seus hábitos de homem simples, Juscelino comeu caviar e bebeu champanha. Meses depois, quando no mesmo lugar e às mesmas horas celebrávamos a vitória, exausto da campanha ele preferiu um sólido café com leite.

Se alguém um dia for escrever com amor e carinho a história da noite carioca, provavelmente começará assim: e no primeiro dia fez-se o Copacabana Palace, no segundo fez-se o Vogue e no terceiro, o Sacha's.

Depois de um "divórcio amigável" com o Copacabana Palace, o Barão construiu o seu pequeno hotel e a sua famosa boate, da qual dizia o Príncipe Ali Khan: "É o único lugar do mundo onde se pode comer bem a qualquer hora da noite." Talvez devesse dizer "da noite e do dia", já que as noites do Vogue terminavam sempre depois das nove da manhã. E não se podia fazer por menos, ninguém tinha coragem de sair antes, envolvidos todos na magia do ambiente. Atmosfera dirigida e supervisionada pelos olhos atentos e penetrantes do *maître* Luiz, que até hoje pontifica no Special de Ipanema. No pequeno palco do Vogue, apresentavam-se os maiores nomes da música de então, de Leny Eversong a Juliette

Greco, de Aracy de Almeida a Danny d'Auberson. Nas mesas, ou na minúscula pista de danças, comprimiam-se os fiéis habituais e os visitantes ocasionais de apenas uma noite de glória.

No dia 15 de agosto de 1955 espalhou-se pela cidade estarrecida e desolada a trágica notícia: o Vogue estava em chamas. Incêndio que não só destruiu um verdadeiro clube de celebridades como levou a vida de dois grandes amigos de todo mundo: Waldemar e Glorinha Schiller. Incêndio que encerrou um período da vida noturna do Rio e expôs ao ridículo o Major Sadock de Sá, do Corpo de Bombeiros. Aquele que virou marchinha de carnaval juntamente com a cordinha que aconselhava a todas as senhoras manterem sob o travesseiro para casos de incêndio.

Falando do Vogue, recordo-me de um caso curioso e inusitado. Havia ao seu lado um prédio desapropriado para as obras de alargamento da avenida. Mas a sua derrubada vinha se arrastando e o monstrengo continuava lá, no meio da rua, poluindo o visual e atrapalhando o trânsito. O problema tornou-se crucial no momento da visita do Presidente Eisenhower, quando o cortejo devia passar pela Prado Júnior. Tive então uma idéia que transmiti a Juscelino: destruir o prédio a dinamite. Hoje, a palavra seria *implodir*. Juscelino gostou e marcou a *implosão* para a madrugada do dia seguinte. E lá fui eu, junto com o Otto Lara Resende, para o inusitado programa: assistir em meio a uma multidão de curiosos a inédita experiência de implosão de um edifício no Brasil.

O Sacha's foi o primeiro e único competidor que o Vogue jamais teve. Separando-se do Barão, Sacha Rubin abriu a sua própria boate, ali no Leme de saudosa memória. Sua marca era a música

suave para um estilo de vida que os americanos tão bem definem na expressão intraduzível: *gracious living*.

Sacha Rubin, que começou a estudar música na primeira infância, aos 17 anos já era profissional. Pianista romântico, seu estilo encantou Viena, Zurique, Carlsbad, Baden-Baden, Chamoniz, Saint-Moritz, Budapeste, Cairo, Alexandria, Beirute, Damasco, Bagdá, Istambul, Ancara, Londres e, provavelmente, todos os outros nomes do mapa, se não tivesse vindo de Londres para o Rio, onde fixou-se para sempre. Recentemente fui com o Bernard Campos ouvi-lo em Petrópolis, no restaurante Le Moulin. Foi uma noite de saudade e nostalgia. Na melhor forma de ontem, de hoje, de sempre, seus dedos eternos, brincando com as teclas, tocaram para nosso enlevo doces *noturnos* de Chopin.

E, antes que esmoreça a noite e se anuncie o raiar do dia, preciso recordar meus tumultuados amores com Teda Diamant. Não me lembro mais em que madrugada nossos caminhos se cruzaram, se foi no Vogue, no Sacha's ou, mais provavelmente, no verdadeiro e supremo templo da boemia que era a boate do Assírio. Sei apenas que me encantei com a sua beleza loura, com o sonoro nome francês a encobrir o sangue quente italiano. Me encantei tanto, me envolvi tanto, que comecei a cobri-la de presentes: flores, bombons, perfumes, e até jóias. O escritório de advocacia do João Neves da Fontoura, com o qual eu colaborava, terminara a liquidação do Banco Pelotense de Minas Gerais e eu entrara num bom dinheiro, como pagamento dos meus serviços. Sentia-me rico e agia como tal. Eis senão quando, estava eu, uma tarde, conversando no Amarelinho da Avenida Rio Branco numa roda de amigos, e um homem se aproximava e nos oferecia para comprar uma placa

de platina com brilhantes – na época, a jóia mais cobiçada das mulheres. Quase me cai o queixo de espanto quando reconheço o broche que dera a Teda apenas uma semana antes. Não havia sombra de dúvida: era o mesmo! Furioso, saí dali para o Hotel Itajubá, onde morava a minha amada, a tirar satisfações. Toda a minha revolta, toda a minha fúria derreteram-se em imensa gargalhada quando ela, fixando em mim seus olhos rasos d'água, protestou na maior inocência:

– A culpa foi sua! Você me enganou! Eu pensei que você fosse gigolô e, de repente, você vira coronel! Eu tive que arranjar outro gigolô para mim!

O dia

Nas décadas de 40 e 50, até a maneira do brasileiro morar, vestir-se e viver sofreu radical transformação. Dois homens foram fundamentais para essa mudança: Henrique Liberal e Walther Quadros.

Antes de Henrique Liberal, a decoração de interiores era praticamente desconhecida. Os brasileiros de maior poder aquisitivo mobiliavam a casa enchendo-a de pesadas peças de jacarandá. Sala de jantar, quarto de dormir eram encomendados ao Leandro Martins ou ao Laubisch. Muitos tapetes, cristais, veludos, quadros franceses, prata inglesa e um ou outro toque oriental. Henrique foi o primeiro decorador do Brasil. Achando um pecado usar-se à beira do mar móveis pesados, imitações do europeu, acabou com isso tudo. Ainda me lembro do apartamento de sua irmã, a internacional Dulce Liberal Martinez de Hoz – por

muitos anos considerada a mulher mais elegante e bela de Paris – no qual, para escândalo de muitos, Henrique fez uma decoração revolucionária. Mandou cobrir os sofás daquele algodão listrado típico de calça de imigrante português, iluminou as janelas com cortinas de lonita de cores vivas, casando os móveis de estilo de Dulce com o sol tropical lá fora.

Walther Quadros, um homem que transmitia bom gosto a tudo o que tocava, teve o seu primeiro sucesso com uma casa de modas. James, chamava-se, e contava com a direção segura do célebre camiseiro Lespion, que Walther importou especialmente da Argentina para fazer escola aqui no Rio. A roupa que o carioca elegante de todas as classes sociais veste até hoje – os ternos, os ombros, as golas, as camisas, os lenços de seda, os sapatos, as meias longas – vem de Walther Quadros, que era pessoalmente muito elegante, só perdendo para o Aloysio Salles que, por sua vez, disputava o título de melhor dançarino com o Nelson Baptista. E, diga-se de passagem, nenhum deles era milionário, filho de pai rico. Naquele tempo era possível ser *alguém*, viver com classe e categoria com muito pouco dinheiro.

A segunda vitória de Walther Quadros foi a revista *Sombra*. Tudo o que hoje não se discute mais, faz o deleite da classe média, e até das classes menos favorecidas economicamente – os *potins* sobre gente famosa, o relato de acontecimentos sociais notáveis, desfiles de moda, concursos de beleza – saía pela primeira vez no Brasil nas páginas de uma revista. Walther fazia tudo na *Sombra*, da diagramação aos contratos de venda de espaço publicitário. Ele mesmo fechava negócio com os anunciantes. Graças à *Sombra*, por exemplo, os desfiles de Miss Elegante Bangu

obtiveram êxito e repercussão nacionais. Como os modelos eram desfilados por lindas mulheres de sociedade – Lourdes Catão, Tereza Souza Campos, Dolores Guinle e muitas outras mais – o algodão brasileiro ganhou prestígio, saiu da envergonhada prateleira das *chitas* e passou a exibir-se em grandes noites nos salões.

A *Sombra* estava presente em todas as festas, fosse baile de debutantes ou baile *glamour girl*, recepções oficiais, torneios, concursos. Havia um jantar de casaca e champanha depois do espetáculo da Comédie Française? A *Sombra* estava lá. Chegava o Duque de Alba? A *Sombra* ia recebê-lo.

As colunas sociais

E já que estou falando da revista *Sombra* e outros precursores, acho melhor fazer um parêntese para os dois homens que abriram as portas do colunismo social, essa nova modalidade de jornalismo hoje inteiramente consagrada em todo o mundo ocidental: Jacinto de Thormes e Ibrahim Sued.

Nascido Manuel Bernardez Muller – Maneco, para os amigos – surgiu pela primeira vez com o pseudônimo Jacinto de Thormes, em 1943, no *Diário Carioca*, levado pelas mãos de Prudente de Morais Netto. Com ele surgiu a palavra *colunista*, pois antes, quem escrevia sobre assuntos sociais, políticos e diplomáticos eram os cronistas, o primeiro dos quais foi João do Rio e, o mais famoso, Gilberto Trompowski – que se assinava G.D.A. Jacinto de Thormes fez escola e não tardou muito para que uma febre de colunas sociais invadissem os jornais de todo o país, até das menores cidades do interior. Depois de 25 anos de

carreira, Maneco afastou o Jacinto e formou com Armando Nogueira e João Saldanha o time de cronistas esportivos que acompanharam os anos mais gloriosos do nosso futebol. Em 1970, Jacinto ressuscitou por apenas um período muito breve. Hoje, é Manuel Bernardez Muller quem se ocupa de entrevistas especiais para os jornais e televisões. Suas matérias, sempre espirituosas, escritas com estilo e bom humor, refletem o seu talento. Está sempre à altura dos seus entrevistados, sejam eles homens do gabarito de um Guilherme Figueiredo, Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Hélio Pelegrino, Paulo Mendes Campos e tantos outros.

Hoje, o homem que inventou o colunismo social é um jornalista dos mais sérios, um expoente da comunicação total.

Ibrahim Sued foi outro fenômeno que aconteceu pouco depois. Começou com uma coluna chamada *Zum-Zum*, no jornal *A Vanguarda*. E já fazia muita gente madrugar para comprar o jornal e ver o que ele dizia. Já polarizava a opinião pública com suas engenhocas vocabulares, suas expressões estrangeiras, suas palavras de duplo sentido, seu jornalismo tremendamente opinativo e intrigante. Há notícias que só o Ibrahim sabe dar, fatos que na sua boca ganham formidável ressonância. Palavras simples mas que, às vezes, são capazes de remover montanhas, abalar ministérios... Hoje Ibrahim tem uma coluna no *O Globo*, sindicalizada em outros órgãos da imprensa do Brasil e colabora na revista *Vogue*, edição francesa.

Fecho este capítulo com uma menção de apreço a D. Mariazinha Guinle. A que segurou a bandeira e manteve acesa a

chama das tradições do Copacabana Palace. Otávio Guinle morreu e ela, que até então tinha vivido como uma princesa, da noite para o dia transformou-se numa dinâmica e enérgica empresária. Graças a ela, para felicidade de todos os que amadurecemos à sombra desse grande centro social, o Copacabana Palace continua vivo, enfrentando a dura concorrência com a classe e a categoria de sempre.

Lembranças de Família

Lembranças de Família

Plasmaram-me assim diferente,
com águas de angústia
argila de sede,
braçadas de azul.
O dom de querer o infinito e
amar o mais próximo.
Nas geografias procuro
território imaginário
de ternuras e silêncios.
.....
(Carminha Gouthier, poesias)

Eu me pergunto, às vezes, se o homem sociável que sou, sempre cercado de multidões de amigos, não tenta, em vão, esconder ou consolar o menino solitário que fui.

Não tinha sete anos quando perdi minha mãe. Caçula de uma família de sete filhos, eu nascera prematuro. "Esse menino nasceu apressado" – Costumava dizer minha mãe. Um vulto sóbrio e distante, uma voz enérgica e uma frase – "esse menino nasceu apressado" – é tudo o que me ficou de minha mãe na lembrança.

Meu pai, Francisco Gouthier de Oliveira Gondim, nasceu em Sobral, Estado do Ceará. A família Gondim veio para o Brasil procedente de Portugal onde existe, hoje, uma província com esse nome. Suas origens remontam a tribos procedentes da Escandinávia que se fixaram na região normanda, na França. Mais tarde, emigraram para Portugal devido às constantes lutas que ali se tratavam. O nome originário é Gunderoto e Gunderedo. No museu dos Vikings, na Noruega, estão relíquias dessa época.

A família Gondim fixou-se em Pernambuco e ramificou-se pelos Estados do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas) entrelaçando-se com os Correia de Oliveira, Guedes, Sabóia, Andrade, Bandeira de Mello entre outros, produzindo destacados vultos das letras, artes, ciências, magistério, jornalismo. Entre os quais, por exemplo, o Ministro João Alfredo Correia de Oliveira, paladino da libertação dos escravos, Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, Leão Gondim de Oliveira, Gilberto Chateaubriand, Murilo Gondim, Marinho de Andrade, Professora de Direito Regina Gondim, Desembargador Belarmino Gondim, Engenheiro Jorge Gondim, General João Gondim, Monsenhor Gondim (ex-Governador do Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (ex-Governador da Paraíba), Jornalista Josélio Gondim, e outras figuras de destaque em diversas atividades no Brasil.

Ainda moço, meu pai mudou-se para o Rio de Janeiro, vindo a trabalhar no comércio, inclusive como exportador de café. Minha mãe, Maria José de Souza, era filha de fazendeiros e comerciantes portugueses radicados em São Paulo do Muriaé e Carangola (Minas Gerais). Da família Souza descende o ex-Ministro Heitor de Souza, do Supremo Tribunal Federal.

Casaram-se e lhes foram nascendo os filhos. Mas meu pai não teve sorte nos negócios e, devido a constantes problemas de saúde na família ou em busca de melhores condições para educar os filhos, mudou-se sucessivamente para Carangola, Rio de Janeiro, Belo Horizonte – onde eu nasci – e Dores do Indaiá – onde minha mãe morreu.

Ao contrário da maioria dos mineiros da minha geração, nem nasci nem vivi, nem me criei em fazendas, caçando passarinho, tomando banho de rio, sentado aos domingos em torno da mesa do velho solar. Era o último filho de uma mulher cansada de tantas gestações e desiludida de tantas mudanças. Quando ela morreu, a família fracionou-se e vieram os colégios internos, as férias em casas de parentes.

Carminha Gouthier, casada com Hudson, meu irmão mais velho, Juiz de Direito em Bom Despacho e, posteriormente, em Mariana, foi dos parentes a que mais espiritualmente me liguei. Embora eu já tivesse 18 anos, trabalhando e vivendo à minha própria custa, Carminha passou a assumir, aos meus olhos, a figura de uma quase mãe. Poetisa de profunda sensibilidade, intensamente mística e católica, é uma mulher culta que, sem sair de Minas, viajou nas páginas dos seus livros e na sua imaginação fecunda. Com muito senso de compreensão e calor humano, ela e Hudson formavam um casal agradável de se conviver porque se amavam e se completavam em todos os sentidos. Carminha e meu outro cunhado, Ovídio José dos Santos, médico e político em Dores do Indaiá, minha belíssima irmã Haydée, foram as pessoas que mais influíram na minha formação de adolescente, com o seu carinho e com o seu exemplo.

Passei vários anos fora do Brasil como diplomata. No Rio, em 1951, conheci minha mulher Laís, numa festa no Country Club, sendo a ela apresentado por Aloísio Clark Ribeiro. Na primeira dança, perguntei se queria se casar comigo. Laís ficou meio perplexa e, apesar da corte insistente e apaixonada que continuei a lhe fazer, custou a decidir-se. A duras penas, concordou

que eu falasse com seu pai: o legendário Bernardo Sayão Carvalho Araújo.

"Por favor, chegue às cinco em ponto, porque antes das sete tenho que examinar uns tratores", disse-me ele, seco e apressado, ao marcar um encontro comigo às cinco horas da manhã na casa de uns parentes onde se hospedava. Felizmente bem treinado que eu andava pelo Marechal Dutra, estava lá na porta às dez para as cinco. Meio aflito com um horário tão insólito para se pedir a mão de alguém, creio que cheguei a fazer fantasias de perseguição: provavelmente tinham ido dizer ao homem que eu era um boêmio inveterado, um perigo para moças de família. Fechei a guarda, preparei um longo discurso e já entrei na defensiva. Só para ser imediatamente desarmado pela figura impressionante, pela simpatia irradiante daquele que se tornou um dos meus maiores amigos de todos os tempos, o meu inesquecível sogro Bernardo Sayão. A simpatia foi mútua e instantânea e ele terminou por me dizer: "Já vi que você é um homem de bem. Por mim, podem se casar. Só depende da Laís." E isso foi um pouquinho mais difícil.

Laís também nasceu em Belo Horizonte e também perdeu a mãe muito cedo e viveu entre o Colégio Sion, de Petrópolis, e a casa dos seus avós maternos, Professor Francisco Mendes Pimentel e Áurea Mendes Pimentel. O Professor Mendes Pimentel foi um jurisconsulto dos mais conhecidos no Brasil, tendo sido Reitor da Universidade de Minas Gerais. Com o falecimento de minha sogra, Bernardo Sayão casou-se novamente, com uma grande companheira, Hilda Fontenele, e teve quatro filhos. Muito apegada a todos da família, Laís vacilava em ausentar-se do Brasil para fazer a opção de vida que representa casar-se com um diplomata.

Mas eu estava decidido, pois percebera, desde o primeiro instante, que a vida sem ela não fazia mais sentido para mim. Laís era tudo o que eu sonhara, meiga, linda, culta e superiormente bem-humorada e tranqüila. Encerrado o governo Dutra, parti em missão para os Estados Unidos, mas não desisti do cerco. Telefonava todos os dias, escrevia, mandava flores e cheguei ao desatino de cometer alguns versos. E, finalmente, quando Laís resolveu casar comigo, foi uma decisão consciente: assumiu para toda a vida esse marido às vezes difícil que eu sou – com a mesa sempre cheia de convidados, sem avisar, a qualquer hora do dia. Sempre tive o maior orgulho de minha mulher, e da sua presença marcante em todos os ambientes que freqüentamos, da maravilhosa esposa, mãe e avó que ela é.

Casamos em Nova York e passamos a lua-de-mel na Europa antes de partirmos para Teerã. E aqui estamos, 30 anos depois, levando a bom porto o nosso barco.

Bernardo Sayão

Quero dedicar algumas palavras de especial apreço a essa legendária e romântica figura de desbravador que é o orgulho da nossa família. Sua biografia todo mundo conhece, posso apenas acrescentar algumas pinceladas, fruto da nossa convivência.

Sayão era um homem de belo físico, desempenado, um verdadeiro tarzã, não só físico, como no entranhado amor pela natureza. Apesar de ter nascido e se criado no Rio, detestava cidades e se proclamava um homem do mato. Estudou engenharia agrônoma em Piracicaba, onde foi colega de Rui Mendes Pimentel

e Luiz Simões Lopes, dois homens que tiveram muita influência na sua vida. Rui apresentou-o à sua irmã Lígia, com a qual Sayão se casou e teve duas filhas: Laís e Léa; Luiz Simões Lopes levou-o a Getúlio Vargas, que então promovia a famosa Marcha para o Oeste, e designou-o imediatamente para fundar em Goiás uma colônia agrícola. Sayão aceitou, deixou a família em Belo Horizonte e embrenhou-se no interior do país. Hoje, Ceres, a colônia que ele fundou, é uma próspera cidade com milhares de habitantes.

Eu próprio tive o prazer de apresentar Sayão a Juscelino. Vice-Governador eleito de Goiás, ele precisava, com o Governador Ludovico Teixeira, tratar com o Presidente de algum assunto do interesse daquele Estado. Juscelino ficou encantado.

– Mas que sorte, Sayão, você aqui! Eu estou atrás de você há muito tempo. Você há muito tempo. Você é o homem que precisamos para Diretor-Executivo da Novacap, que eu acabo de fundar.

– Com certeza o senhor me procurou no lugar errado, Presidente. Procurou na cidade e só me encontram no mato. Se o senhor quiser, embarco amanhã.

Desesperado, Ludovico Teixeira protestava:

– Você não pode fazer isso, Sayão. Você é Vice-Governador de Goiás!

Mas Bernardo podia. Tanto podia que fez: largou tudo e se dedicou de corpo e alma à construção da nova capital e à abertura da Belém-Brasília.

Eu me lembro que, nessa mesma ocasião, Juscelino perguntou:

– Diga-me uma coisa, é verdade que você dirige até trator?

Sayão sorriu e, sem nada responder, exibiu as suas mãos fortes e calejadas.

Nesse maravilhoso sonho de bandeirante, tornado realidade, Sayão viveu três anos intensos de realizações febris. Desgraçadamente morreu em fins de 1959, quatro dias antes de concluir a estrada que rasgara na selva e poucos meses antes da inauguração da capital que ajudara a construir, com Israel Pinheiro, o grande administrador. Nós estávamos em Bruxelas quando recebemos uma carta dele na qual insistia, e ainda me lembro das palavras textuais "... faço questão de que vocês venham assistir ao encontro do Brasil do Norte com o Brasil do Sul, pois estou concluindo o que prometi a Juscelino, a estrada Belém-Brasília de integração nacional".

Nem discutimos, deixamos as crianças com a governanta, tomamos o avião e viemos assistir a esse momento histórico. Teria Laís pressentido alguma coisa? O fato é que ela nem parou no Rio, seguiu direto para Brasília. Eu fiquei por uns dias, pois queria conversar com Juscelino. E fui visitá-lo no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde ele veraneava com a família. Havia, como sempre, muita gente, políticos, em torno do Presidente que, assim que me viu, afastou-se e, pegando-me pelo braço, conduziu-me para outra sala. Surpreendi-me com o seu semblante sério e profundamente comovido e recebi uma verdadeira punhalada quando ele me disse:

– Hugo, acabo de receber um rádio anunciando que Sayão sofreu um grave acidente.

Pelos seus olhos lacrimejantes compreendi que o meu sogro havia morrido. Vendo o meu desespero, Juscelino colocou à minha disposição o seu avião particular para que eu fosse, sem

demora, ao encontro da minha mulher. Saí ao alvorecer e cheguei de manhã cedo numa Brasília também morta. Com a horrível notícia a cidade toda parou para chorar. E, como ainda não havia cemitério, os candangos, em 24 horas, tiveram que improvisar um para receber o corpo de Bernardo Sayão.

Juscelino foi, em seguida, para Brasília especialmente para assistir ao enterro, onde fez um discurso, entrecortado de lágrimas, no qual afirmou que a morte de Sayão havia sido uma vingança da natureza contra o desbravador da selva.

Muitas lendas cercam a sua morte, alguns chegaram a inventar que ele fora vítima de um ataque dos índios. Nada disso é verdade. Bernardo Sayão foi abatido por um galho de uma árvore frondosa que se derrubava para terminar a abertura da estrada. O trauma foi tão violento que seu chofer morreu de desgosto e foi enterrado num túmulo ao lado do seu querido patrão e amigo.

Um dia, quando a memória desse país valer um pouco mais, vão escrever a epopéia da vida de Bernardo Sayão. Por enquanto, poucos sequer sabem que a Belém-Brasília tem o seu nome.

No Reino de Persépolis

No Reino de Persépolis

Faz pouco tempo, o mundo assistiu a uma tragédia persa digna de uma tragédia grega: a agonia, paixão e morte do meu amigo o Xá Mohamed Reza Pahlevi, um dos últimos monarcas da terra a deterem nas mãos as rédeas do poder. Tragédia em tom maior gravada, capítulo por capítulo, em letras garrafais nas manchetes dos jornais. Terrível solidão de um homem rejeitado, sua verdadeira *via-crucis*, exposta passo a passo pelas telas de televisão. O mesmo homem que, há menos de uma década, cercado por legiões de amigos e chefes de estado, celebrava em 1971 os 2.500 anos da fundação de Persépolis na mais suntuosa festa de que este século tem memória.

Mesmo os seus mais ferrenhos antagonistas, mesmo todos aqueles que com certa razão o acusavam de ter permitido os excessos de violência da Savak contra as lideranças liberais do Irã, mesmo os seus piores inimigos devem ter se condoído do triste fim do "Rei dos Reis", um ser humano ilustre e sóbrio que dedicou a vida ao projeto de modernização do seu país.

A meu ver, o seu erro e a causa da sua desgraça foi justamente tentar impor – a qualquer preço – modernos conceitos ocidentais de vida, progresso e felicidade a um povo medieval ainda

imerso em denso clima de fanatismo religioso. No afã de arrancar o Irã do marasmo onde se deteriorava há séculos, Reza Pahlevi – um liberal de índole e formação – acabou cedendo, deixando-se envolver pelos generais que o cercavam e exigiam o endurecimento do regime.

Éramos jovens, todos os quatro – Laís e eu, Soraya e ele – quando nos conhecemos e ficamos amigos no final da primavera de 1952, em Teerã. Ele, um rei garboso com toda a vida e a glória pela frente; eu, Ministro Plenipotenciário do Brasil no Irã. Mas o momento histórico que o milenar país atravessava não era dos mais felizes. No ano anterior, o parlamento aprovara a lei de nacionalização do petróleo, ratificada pelo Xá, mas russos e ingleses ainda trabalhavam nos bastidores. O Primeiro-Ministro Mossadegh – líder do partido Frente Nacional – pretendia avançar ainda mais nos seus projetos nacionalistas e preparava-se para assumir o governo com poderes ditatoriais. O que realmente conseguiu, um mês depois, colocando o Xá numa posição delicada e incômoda. Havia muito ódio e tensão no ar.

A primeira coisa que estranhamos em Teerã foi o clima, as drásticas mudanças de temperatura. No inverno, metros de neve cobrindo os jardins; no verão, um calor seco e sufocante.

Construída sobre um planalto elevado e semi-árido, pontilhado de altas montanhas e áreas desérticas, Teerã é uma cidade moderna e desprovida de atrativos especiais. Ao contrário, por exemplo, de Isfahan – a cidade natal de Soraya – antiqüíssima, pitoresca e cheia de charme. A Legação do Brasil era uma casa ampla e confortável, cercada de belos jardins... maltratados e esburacados. Naquela época, raros eram os aparelhos de ar-

condicionado em Teerã e os jardins e as piscinas tinham um papel indispensável nos meses de calor. Como o verão se aproximava, tratamos de remodelar os nossos. Foi então que a necessidade forçou-me a aprender as duas primeiras palavras da língua do país. O jardineiro era um homenzinho mirrado – enrolado num lençol à moda de Gandhi – e tão monossilábico e decidido quanto eu.

– *Hemerus!* (Hoje!) – dizia-lhe eu, mil vezes, tentando impor a minha autoridade.

– *Farda!* (Amanhã!) – contrapunha ele com doçura, mais outras mil.

No Irã, a língua oficial é o iraniano. Como as nossas, uma língua do grupo indo-europeu, apenas escrita em caracteres arábicos. Premida pela contingência de ter que dirigir um batalhão de criados – 10 ao todo – Laís a princípio desenvolveu uma curiosa linguagem de palmas. Depois de ter se perdido um dia na rua, tentando em vão encontrar alguém que falasse inglês ou francês para orientá-la, pôs-se a estudar o iraniano, chegando a dominá-lo razoavelmente.

Adotamos alguns dos hábitos e costumes do Irã e improvisamos outros para nos defender do desconforto dos dias tórridos. Por exemplo, transformamos os subterrâneos da casa – sombrios e frescos – em agradáveis salas de lazer onde, como nos bons porões mineiros, recebíamos amigos para ouvir música, jogar ou conversar. Para dormir, fazíamos como todo mundo. Tínhamos uma cama montada e feita no terraço. No Irã, durante o verão, só se dorme ao ar livre, seja em terraços, jardins, telhados, seja em colchões abertos nas calçadas. Só que, às cinco horas da manhã, era preciso entrar para continuar a dormir dentro de

casa, fugindo não só do sol como, principalmente, do gargalhar dos corvos. Pesadelo impressionante, digno de filmes de Hitchcock.

Para quem viveu no Irã, não constitui surpresa alguma as notícias veiculadas pela imprensa pela imprensa a dos hábitos primitivos ou de violência de Khomeini e seus fanáticos. Nós conhecemos uma cidade em que as poucas mulheres visíveis na rua circulavam envoltas no chador. E não era somente na rua. Nossa lavadeira, por exemplo, chegava de chador, lavava a roupa de chador, e saía de chador. No plano doméstico, vivíamos em estado de vigilância permanente contra os roubos da criadagem, pois, de acordo com as suas crenças, roubar de um cristão não constituía pecado nenhum.

O obscurantismo dessas crenças tornava-se bem concreto e palpável por ocasião das cerimônias do Ramadã – nono mês do calendário muçulmano dedicado à prece, ao jejum e à flagelação. É curioso notar que, para os velhos, a flagelação do Ramadã era uma coisa simbólica na qual apenas tocavam de leve nos seus corpos com as pesadas correntes. Já os jovens e ardorosos flagelavam-se para valer. O sangue escorria mais e mais à medida que a procissão avançava. Certa vez, um copeiro nosso castigou-se tanto que quebrou três costelas...

As condições higiênicas e sanitárias da cidade eram as mais precárias. Basta dizer que a Embaixada britânica fornecia água potável a todo o corpo diplomático. Água – proveniente do impressionante *compound* que era a Embaixada britânica, uma verdadeira cidadela fortificada – que chegava até nós em tonéis no lombo de pitorescos burricos.

Outra lembrança curiosa que tenho é a das visitas dos mercadores de tapetes. Mal eles chegavam – e chegavam constantemente aos montes – mandava-se trazer uma vasilha de água quente. Se o tapete, esfregado com água quente, largasse tinta, o copeiro se encarregava de mandar embora o mercador debaixo dos maiores insultos; caso contrário, o tapete era legítimo e podia-se dar início ao complicado ritual das negociações.

Raras são as ocasiões em que o chefe de representações diplomáticas brasileiras recebe normas escritas para a condução de suas atividades no posto que irá ocupar. No caso do Irã, havia instruções escritas, expedidas ao tempo do governo do Marechal Dutra e entregues ao meu antecessor em Teerã, Ruy Pinheiro Guimarães. Recomendações que não tinham sido modificadas até a época em que chefiei a Legação e diziam o seguinte:

"... O Rei (o Xá) de fato constitui a única força unificadora e estabilizadora do Irã. O desejo de obedecer às diretrizes do Xá é um dos movimentos mais significativos dos últimos anos. Foi graças ao Xá que o governo iraniano conseguiu declarar ilegal o partido Tudeh (comunista), cuja subserviência a Moscou ficou patente nos acontecimentos do pós-guerra... Vossa Excelência deverá acompanhar o desenvolvimento da questão do petróleo que toca de tão perto as relações entre o Irã e a Grã Bretanha."

Além dessas instruções, encontradas por mim nos arquivos da nossa Legação em Teerã, sempre entendi que um representante diplomático serve melhor às boas relações e ao prestígio do seu país se lograr conquistar a estima do chefe de Estado perante o qual está credenciado. Por isso, sempre procurei corresponder ao acolhimento e à distinção que me dispensou o Xá.

Simpatizamos um com o outro desde o primeiro dia, quando, na sala do Trono do Pavão, lhe apresentei as minhas credenciais. Dias depois, essa simpatia mútua foi confirmada ao recebermos um convite para jantar com o Xá. Ocasião em que conversamos muito e descobrimos que tínhamos muitos interesses e amigos em comum. Daí em diante, a nossa amizade desenvolveu-se de forma espontânea e natural.

Como o protocolo iraniano impedia os imperadores de visitarem Embaixadas e casas particulares – até de Ministros do governo – o Xá costumava reunir um grupo de amigos para passarem o dia com ele, às sextas-feiras, que é o domingo muçulmano. Cada semana ele nos recebia num palácio diferente e, com maior freqüência, no de Chemiran, que está para Teerã como Petrópolis para o Rio. Palácios cheios de peças preciosas e riquíssimos tapetes, circundados sempre de belíssimos jardins. Um luxo nada agressivo por combinar tão bem com o ambiente, a atmosfera iraniana. E, apesar da qualidade dos móveis e objetos, o seu *assemblage*, a decoração propriamente dita deixava a desejar. Só anos mais tarde Reza Pahlevi contratou um decorador da Maison Janssen, de Paris, para tratar da reforma dos interiores dos seus palácios.

Chegávamos pela manhã a tempo de nadar na piscina, tomar sol e praticar algum esporte. Eu, o menos esportivo dos homens até então, acabei contagiado pela animação do Xá e cheguei a integrar um time de vôlei. Depois do almoço e da *siesta*, espalhavam-se tapetes persas sobre os gramados, abriam-se mesas de jogo e lá sentávamos debaixo das mangueiras para uma descontraída canastra. Ainda me lembro do Xá protestando com a mulher, como qualquer mortal:

– Não pode, minha querida Soraya. Você já jogou e carta batida não é recolhida.

À noite, assistíamos a bons filmes europeus ou americanos. O champanha rolava e o maravilhoso caviar iraniano era comido com colher.

Educado na Suíça como a maioria dos jovens de classe alta do Irã, o Xá era um homem extremamente atraente e atencioso. Falava inglês e francês tão bem quanto o iraniano e conhecia mais literatura francesa do que muito intelectual francês. Linda realmente, Soraya era um misto do *laisser-aller* oriental com um certo pragmatismo germânico. Estavam casados apenas há dois anos e davam a impressão de amor e felicidade. Apesar de viverem cercados por uma das famílias mais numerosas e presentes que eu conheço.

Além dos programas das sextas-feiras, fazíamos, os quatro, longos passeios de carro, pois o Xá adorava dirigir pelas estradas em alta velocidade. Como também era um piloto experimentado. Certa feita levou-nos em seu avião particular, pilotado por ele, até o Mar Cáspio, enquanto Soraya, que morria de medo de avião, seguia com outros amigos de automóvel.

Nesse pequeno palácio todo de mármore, do Mar Cáspio, cercado por jardins encantados repletos de faisões, passamos com um pequeno grupo simpático uma temporada deliciosa. Laís estava grávida, esperando a Cláudia, e levava horas tricotando. E eu me lembro que Soraya se interessava muito, perguntava, queria saber tudo o que ela estava sentindo.

Quero frisar que, apesar de não ter recebido nenhuma recomendação para que adotasse atitudes de reserva em relação ao

Xá, à medida que os convites se multiplicavam, mantive o Itamaraty permanentemente informado a respeito, através de constantes comunicações. E, como também nos dávamos muito bem com o Primeiro-Ministro Mossadegh, com o qual inclusive jantamos algumas vezes, incluía nas minhas mensagens detalhes desse relacionamento.

Se a nossa vida, por um lado, era agradável e divertida, por outro, ia se impregnando da crescente tensão política. O fanatismo, mantido em estado latente, volta e meia explodia aqui e ali. Raro era o dia em que não se ouvia em Teerã o ruído de rajadas de metralhadora. E, a partir da meia-noite tínhamos que obedecer ao toque de recolher imposto por Mossadegh.

A esse respeito, lembro-me de um caso muito divertido no qual, sem o saber, Ovídio de Abreu livrou-nos de um aperto. Tínhamos ido jantar com o Ministro Llambi, também muito amigo do Xá, na Legação da Argentina e perdemos a noção do tempo. Já passava da meia-noite quando uma patrulha armada e mal-encarada nos fez parar cruzando as baionetas na frente do carro e pedindo para ver o nosso salvo-conduto. Eram, obviamente, rapazes do interior, rudes e analfabetos, e o nosso chofer – um armênio prodigioso que falava 11 línguas, entrou em pânico. Mas Laís teve uma súbita inspiração: abriu a bolsa e de lá tirou um telegrama que recebêramos do Ovídio de Abreu anunciando sua próxima chegada a Teerã.

– Mostre isso aqui a eles – disse ela estendendo o telegrama ao chofer atônito.

Deu certo. O papel passou de mão em mão, foi examinado e discutido e, finalmente para não serem obrigados a nos confessar sua incapacidade de decifrá-lo, deixaram-nos passar...

Nesses tempos de tensão e crise, em que o Primeiro-Ministro todo-poderoso sustentava posições opostas às do rei, não era segredo para ninguém as óbvias ligações de Mossadegh com Moscou. E, às vezes, muito ao de leve, ao correr de uma conversa, o Xá deixava escapar algum comentário irônico ou amargo. Mas nunca, jamais, em tempo algum, chamou-me de lado para fazer-me confidências ou para aconselhar-se comigo. Nós, assim como os Llambi, os Henderson, sua família e seus amigos mais chegados, fazíamos parte do lazer do Xá, dos seus momentos de distração e descontração. Mesmo que eu não fosse um diplomata, bastaria ser o mineiro prudente e bem-educado que sou para não tocar em assuntos delicados que o meu próprio anfitrião evitava.

Muitos anos depois, transpirou na imprensa européia uma curiosa história, segundo a qual, quando do seu exílio em Paris, o Aiatolá Khomeini desabafara com alguém o seu ressentimento contra mim. Recordando o Brasil, apontara-me como o principal "responsável ideológico" da decisão de Reza Pahlevi de assumir "poderes tirânicos e ditatoriais" depois da queda de Mossadegh. Se não fosse trágico, seria até engraçado atribuir-me poderes maquiavélicos de manipulação de reis – à distância no tempo e no espaço. Pois eu já estava no Brasil há muitos meses quando Mossadegh encontrou o seu destino: foi derrubado e preso. Destino ao qual talvez escapasse, se a modesta solução por mim sugerida ao embaixador americano tivesse sido adotada...

O meu chamado "incidente com Mossadegh" foi, na época, assaz ventilado na imprensa brasileira. A perspectiva dos anos não alterou a minha visão dos fatos, e a sucessão dos acontecimentos

históricos – como a violenta revolução fanática dos aiatolás – apenas confirmou o acerto da sugestão de uma solução pacífica e definitiva.

Como eu já disse, o clima no Irã era então de insegurança e espionagem generalizadas. Nós, os chefes de missões diplomáticas, procurávamos sempre manter contato uns com os outros, trocando idéias e informações sobre os problemas que o país atravessava. E assim foi que mantive longas conversas com o meu colega, o Embaixador dos Estados Unidos.

A essa altura, o Irã há havia rompido suas relações diplomáticas com a Inglaterra e, a pedido do Embaixador americano, expus-lhe o meu ponto de vista. Parecia-me que os Estados Unidos estavam com a faca e o queijo na mão para – literalmente falando – comprar a briga, terminando com o dissídio entre o Irã e a Inglaterra. Bastaria, para tanto, firmar um acordo com o Irã fornecendo-lhe um empréstimo capaz de minorar a sua grave situação econômica.

Henderson aparentemente gostou da idéia e solicitou-me que a colocasse no papel. Ele, então, a encaminharia a Washington para que fosse examinada entre *outras fórmulas* de solução do conflito. Friso a expressão *outras fórmulas* porque, mais tarde, ficou provado que havia pelo menos uma outra fórmula, mais radical: a da CIA...

Acedi prontamente, seguindo o regulamento do serviço diplomático brasileiro que estabelece taxativamente: "... as missões diplomáticas brasileiras procurarão manter relações de cordialidade com as demais missões acreditadas no mesmo Estado, prestando-lhes os bons ofícios que elas requeiram". Alinhavei as minhas idéias em forma de carta ao Embaixador americano, sempre realçando

que a mesma era escrita "em caráter pessoal, sem envolver qualquer responsabilidade do meu governo".

Não sei como essa carta – entregue pessoalmente por mim a Henderson – foi parar nas mãos de Mossadegh. Mas foi. Tanto que, dias depois, recebi um telegrama do Itamaraty determinando o meu imediato regresso ao Rio. O telegrama não falava em *persona non grata*, mencionava apenas uma denúncia recebida através da nossa Embaixada em Buenos Aires. Mas eu entendi logo e pedi, sem perda de tempo, uma audiência ao Ministro de Relações Exteriores do Irã. O Ministro Fatemi não só manifestou grande surpresa, como telefonou na minha frente a Mossadegh pedindo que me recebesse. Saí dali para a casa do Primeiro-Ministro, que conversou comigo ainda deitado na cama do seu quarto de dormir. Negou energicamente ter dado qualquer instrução no sentido da minha retirada do país. Segundo ele, o embaixador do Irã na Argentina, ciente das divergências entre o Primeiro-Ministro e o Xá – e da minha amizade com este último – agira por conta própria. A desculpa esfarrapada não me satisfez absolutamente e eu fiz ver a Mossadegh que, de qualquer maneira, em obediência às ordens do meu governo, seria obrigado a deixar o Irã imediatamente. Ajeitando-se entre os lençóis, Mossadegh, sem alterar a serenidade do semblante, declarou-me que só lhe restava, então, lastimar a minha partida. Nunca mais o vi. Meses depois caiu o Primeiro-Ministro e foi preso. E, logo a seguir, morreu.

Ao me despedir do Xá, relatei-lhe a cena.

– Ele sempre nega o que faz e o que diz, mesmo diante de testemunhas da maior confiança – explicou-me o meu amigo, continuando, com amargura. – O Dr. Mossadegh é useiro e vezeiro

nisso. Mas não se impressione, ele não agiu contra você. Esse gesto visa apenas me atingir mais uma vez.

Em seguida, profundamente entristecido, Reza Pahlevi ditou a seguinte e emocionada carta ao seu secretário particular Ernest Perron:

Sr. Ministro e meu caro amigo:

É com estupefação e tristeza que tivemos notícias de sua ida. Sua ausência e de madame Gouthier deixarão um grande vazio entre nós.

Sua Majestade Imperial, o Xá, dignou-se encarregar-me de exprimir a V. Exa. seus sentimentos de estima, de confiança e de amizade, seu grande pesar por sua partida. O Sr. e madame Gouthier, entre os raros íntimos recebidos na Corte Imperial, foram o casal mais fino cujo tato e amabilidade constantes conquistaram todos os corações. Não é sem emoção que suas Majestades Imperiais os vêem partir. Se existem sombras difíceis de atravessar, o sol brilha sempre acima das nuvens. A verdade e a justiça acabam por ser iluminadas em favor daqueles a quem Deus ama. Estou convencido de que esta época em que nós vivemos, de mentiras e de intrigas, terá um fim. Que Deus os guarde e abençoe a ambos. Nossos caminhos um dia se cruzarão de novo e nossos soberanos bem-amados reencontrarão sua preciosa amizade.

Queira crer, senhor Ministro, nos meus sentimentos, muito respeitosamente devotados, e na minha indefectível afeição.

ass.) E. Perron."

Vinte e sete anos depois da minha saída do Irã, chegou a vez do Xá ver-se obrigado, pelo fanatismo político-religioso, a

abandonar o seu país e começar uma dolorosa peregrinação pelo mundo em busca de abrigo e tratamento. Apesar dos esforços incansáveis de Zahedi, seu amigo até o fim, todas as portas iam se fechando para ele. Anwar Sadat foi o único chefe de Estado a recebê-lo com carinho fraternal e sem constrangimento.

Era uma figura das mais interessantes, como animal político e como ser humano. Nascido na aldeia de Mit Abu el Ken (província de Munufiya) no delta do rio Nilo, muçulmano educado em Alexandria, Anwar Sadat, desde a juventude, lutou pelos legítimos interesses do Egito. Admirador e seguidor do Coronel Gamal Abdel Nasser, apesar de ser casado com a filha de um egípcio e uma inglesa, sempre conspirou contra o domínio inglês e lutou na Segunda Guerra Mundial para expulsá-los do Egito. Agindo nesse ponto em uníssono com Menahen Begin, que fez o mesmo na Palestina.

Esse "sacristão que sabe dizer amém", como o Sadat se referia maliciosamente Nasser, nunca foi um intelectual, confessando-se até inimigo de toda e qualquer teorização. Pode-se medir a sua essencialmente pragmática capacidade política por suas atitudes fulminantes e inesperadas. Como a expulsão dos soviéticos em 1972 e o cancelamento do Tratado de Amizade com Moscou; o ataque a Israel, em 1973, e o acordo para a desmilitarização do Sinai. Em resumo, um político hábil capaz de sentir o momento de lutar e a hora de pacificar; um homem sensível e fiel, capaz de ir contra a opinião pública acovardada do mundo inteiro para estender a mão a um amigo em crise.

Falando em Egito, preciso fazer um *flashback*, que agora me ocorre, de um episódio muito interessante da minha mocidade.

Em Paris, após a guerra, conheci Louis-François Poncet, irmão do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-François Poncet. Ficamos amigos inseparáveis, íamos juntos para toda a parte. Estávamos um dia no aeroporto de Lisboa à espera de um avião, com dez horas de atraso, quando encontramos o Príncipe Dom João de Orléans e Bragança. Não faço a menor idéia do que íamos fazer em Istambul, pela excelente razão de que nunca chegamos lá. Dom João, com a sua irresistível simpatia, nos convenceu a mudar de rumo e seguir com ele para o Cairo, onde nos hospedaria na Embaixada do Brasil posta à sua disposição pelo Embaixador Caio de Mello Franco, ausente do posto. E nem precisou lançar mão de muitos argumentos para nos convencer, porque quem conhece a Dom João sabe que o prazer da sua companhia é irrecusável.

No Cairo, estava à nossa espera o Encarregado de Negócios, Pimenta Bueno, que foi da maior gentileza conosco. Mal acabávamos de nos instalar na Embaixada quando chegou um mensageiro do Rei Farouk: Dom João e seus amigos estavam convidados para um jogo de pôquer naquela mesma tarde, na Auberge des Pyramides. Já fui com o pé atrás, pois alguém me preveniu que era muito desagradável jogar com o rei, um péssimo perdedor, e, lá chegando, tive a impressão de estar entrando no "fim do império romano"... Numa das salas reservadas do hotel, cercado de belas mulheres a disputarem a honra de sua preferência, o gordo Farouk era o símbolo da decadência. Naquele instante, senti que o seu fim estava marcado.

Louis-François eu inventamos uma desculpa, alegando não sabermos jogar pôquer. Então, organizou-se para nós uma excursão

de camelo pelo deserto, cada um acompanhado por uma bela jovem. Parecia uma excelente idéia, só que, em pouco tempo, eu e minha companheira, Sybill Sceuiouska, os perdemos dos outros. Sem bússola, rodamos a esmo durante horas. E só voltamos tarde da noite. Tão tarde que encontramos todos aflitíssimos. Juro que não tive um instante de medo, inteiramente absorto pela triste história da sua vida que me contava Sybill. Filha de um antigo diplomata polonês, deixara-se seduzir pelos encantos do Príncipe Ali Khan – famoso por prometer casamento a mulheres bonitas – abandonado o marido, para ser logo depois abandonada por Ali. Em vão, tentei consolar a sua amargura e restabelecer a sua fé nos homens. Agradecida por ter desabafado as suas mágoas, deu-me a sua amizade, que eu pude retribuir, anos mais tarde, em Paris, contando o episódio ao meu igualmente amigo Ali Khan. Gosto de pensar que foi por isso que Ali Khan incluiu Sybill Sceuiouska em seu testamento.

Um outro saldo positivo dessa visita ao Cairo foi o romance de Dom João com Dona Fátima, que acabou em casamento.

Legenda Prejudicada
pelo Recorte

Legenda Prejudicada pelo Recorte

Em Londres, por ocasião da assinatura de acordos comerciais com a Inglaterra, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, e o Chanceler inglês, Aneurin Bevan. Presentes: J. J. Muniz Aragão (nosso Embaixador junto à Corte de St. James), Embaixador Rubens Ferreira de Melo (Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty), Ministro Carlos Alfredo Bernardes (Assistente do Chanceler João Neves), Carlos Alberto Aguiar Moreira (Secretário Particular do Presidente Dutra), o Autor (com os acordos a serem assinados), Egídio Câmara de Souza (Ministro dos Assuntos Econômicos da Embaixada do Brasil em Londres), um Funcionário do Foreign Office e Carlos Júlio Vieira (do Escritório Comercial do Brasil em Londres).

(Seção de Fotos).

Os Estados Unidos da América do Norte

Os Estados Unidos da América do Norte

> "... Não sei se o céu de Nova York não me pareceu o mais belo do mundo; o que sei é que ele derrama em ondas de luz a alegria, a vida, a coragem, sobre a mais admirável procissão de mocidade e de beleza humana que jamais passou diante dos meus olhos, a que flui e reflui todas as tardes e manhãs da Quinta Avenida para o Central Park."
> (Joaquim Nabuco, Minha Formação)

E mais disse ainda o nosso grande pensador: "Nenhuma das minhas idéias políticas se alterou nos Estados Unidos, mas ninguém aspira o ar americano sem achá-lo mais vivo, mais leve, mais elástico do que os outros saturados de tradição e autoridade, de convencionalismo e cerimonial. Essa impressão não se apaga na vida. Aquele ar, quem o aspirou uma vez, prolongadamente, não o confundirá com o de nenhuma outra parte: sua composição é diferente da de todos". E o que Joaquim Nabuco escreveu no alvorecer do século vinte – antes portanto dos horrores das duas grandes guerras mundiais – foi e ainda é uma grande verdade. A mesma que senti na pele quando, em 1953, desembarquei em Nova York com Laís e nossa filha Cláudia, nascida no Brasil logo depois do nosso regresso do Irã.

Pisava um terreno bem conhecido no qual já vivera ativamente alguns maravilhosos anos da minha mocidade, quando servi por duas vezes em Washington, na embaixada. Na última vez como conselheiro, trabalhando sob as ordens do grande diplomata,

humanista e homem de sociedade que foi Maurício Nabuco, eu morava no elegantíssimo bairro de Georgetown e fiz uma legião de amigos e de amigas... Numa extensa gama que ia de Margaret Truman a Dorothy Lamour. Não sei muito explicar por que, mas a verdade é que caí nas graças de vários colunistas sociais que não se cansavam de citar o meu nome junto com os do *beautiful-people* que circulava na capital americana. Hoje, não é sem contida vaidade que, folheando o meu velho álbum de recortes, revejo o meu rosto jovem de sorriso aberto e releio as referências – simpáticas ou maliciosas – de algumas das línguas mais temidas da imprensa daquela época: Dorothy Kilgallen, Mary Thayer, Betty Beale, Baronesa Stackelberg, Evelyn Peyton Gordon...

> "... Hugo Gouthier gives at least one big cocktail party a week... he knows everybody from cabinet ministers to the so called international-set..."
>
> "... Another party very chic and gay was given by Hugo Gounthier in honor of Sharmon Douglas, the pretty blonde daughter of the American Ambassador to the Court of St. James."

À minha saída de Washington, em 1943, transferido para a Secretaria de Estado, fui cumulado por uma série de jantares e recepções em minha honra. Dentre as muitas referências de jornais que marcaram esses eventos, destaco as seguintes:

> *Times Herald:*
>
> "... Hugo Gouthier, departing Brazilian Counselor, was in the honoree spotlight at the gala party hosted yesterday by Randolph

Rouse. Among the 70 guest invited from Capitol Hill and residential society were John Kennedy and his sister Miss Eunice Kennedy..."

"Greek menu on Eire's Day:
... Mr. and Mrs. Blake Clark's chose the private banquet room of the New Athens for their fete which honored the soon-to-depart Brazilian Counselor Hugo Gouthier."

The Washington Post:
"Mr. Gouthier again is honor guest.
Another farewell party for Hugo Gouthier was given last evening. The popular counselor of Brazilian Embassy was honored at a dinner given by the Ambassador of Iran and Mme. Ala. In the company last evening was Miss Eunice Kennedy..."
"Mr. Gouthier is decorated.
Hugo Gouthier, popular retiring Brazilian Counselor, took double bows yesterday at the Colombian Embassy, scene of a farewell cocktail fete in his honor, hosted by the Colombian Ambassador...
Highlight of the party came when the Ambassador decorated the Order of Goyaca, a medal of much historical significance and the only one presented by Colombia.
Ambassador Nabuco of Brazil, his sister Miss Carolina Nabuco and Miss Eunice Kennedy were among the 60 guests..."

New York Enquirer:
"... Talk has it that Hugo Gouthier, the Brazilian Embassy number one good will promoter, is taking much more than a

friendly interest in Eunice Kennedy, former Ambassador Joseph P. Kennedy's daughter."

Uma das homenagens que me deixaram profundamente emocionado foi o almoço que me ofereceram vários *maîtres-d'hôtel* de Washington. Essa homenagem foi em conseqüência do meu bom relacionamento com eles. Além disso, não esquecia de presenteá-los e a seus filhos com uma pequena lembrança no Natal.

Voltava novamente aos Estados Unidos, agora a Nova York, em 1953, dez anos mais velho com mulher e filha. E muito mais experiência. Da vida, da guerra e do trágico *razor's edge* onde se equilibram os destinos dos povos. Para minha sorte, Laís também adorava os Estados Unidos, onde passara uma inesquecível temporada na casa do Embaixador Adolph Berle, amigo do seu pai, Bernardo Sayão. Assim, foi com grande alegria que nos instalamos no simpático e espaçoso apartamento da Park Avenue e me preparei para enfrentar as agruras do meu difícil cargo da ONU.

A minha nomeação para delegado substituto do Brasil junto às Nações Unidos fora recebida pela imprensa com os maiores elogios. "... A nomeação do diplomata causou a melhor impressão em todos os círculos, notadamente por constituir mais um ato público de reparação pelo incidente conhecido que afastou o Ministro da chefia de nossa representação no Irã..." dizia o *Estado de Minas.* Sua folha de serviços é a melhor garantia que temos de que o Ministro Hugo Gouthier, no seu novo posto, servirá ao Brasil com a eficiência e o brilho costumeiros..." afirmava o *Correio da Manhã*. Quanto a mim, nunca duvidei da minha firmeza de propósitos e capacidade de trabalho, mas, ao assumir meu posto

na missão brasileira junto à ONU, sabia muito bem o que me esperava. Toda a minha experiência passada junto a organismos internacionais preparara-me para perceber, sentir os primeiros e tênues sinais de tensões geradas pelo intrincado jogo do *power play* das grandes potências. Conhecia perfeitamente os bastidores das Nações Unidas, participante que fora da primeira Assembléia-Geral reunida em Londres.

Nesse momento, o Conselho de Segurança da ONU era formado por 11 países-membros: cinco permanentes – Estados Unidos da América, União Soviética, Reino Unido da Inglaterra e Irlanda do Norte, França e República da China com direito a veto – e sete eleitos pela Assembléia-Geral por períodos de dois anos. O Brasil e a Colômbia haviam sido eleitos representantes da América Latina no Conselho. Assim, o jogo do poder político internacional nos atingia bem de perto. Participávamos do órgão executivo das Nações Unidas, o mais dinâmico dentro do objetivo básico de salvaguardar a paz e a segurança mundiais promovendo a cooperação econômica, social e cultural entre as nações. Era um trabalho árduo e espinhoso a exigir freqüentes encontros de trabalho, total e permanente disponibilidade de todos os 11 delegados. Como a paz e a segurança do mundo ainda não estavam garantidas – como não estão até hoje – vivíamos praticamente em estado de alerta. A qualquer hora podia explodir um conflito no Oriente Médio, uma disputa na Ásia, um atentado na África, uma revolução na América Latina...

Durante a minha gestão participei de inúmeros projetos, intervim nas mais diversas polêmicas que afligiam os mais

longínquos países. Alguns casos, pelo que representaram ou pelo que revelaram, merecem um registro especial.

Guatemala: um exercício de precisão

A maior e, potencialmente, a mais rica das repúblicas da América Central, a Guatemala enfrentou através da história todo o tipo de entraves ao seu desenvolvimento. Das repetidas e continuadas lutas políticas aos desastres naturais, como por exemplo o terrível terremoto de 1976. Em 1954 era presidente o Coronel Jacobo Arbenz Guzmán, de nítidas tendências comunistas, que iniciou o seu programa de reforma social adotando drásticas medidas, para profundo descontentamento das classes dominantes do país que, mobilizando a opinião pública, fê-la pegar em armas para derrubar o seu governo. Acreditando-se vítima de interesses ocultos de determinados monopólios e agressividade declarada dos seus vizinhos – Honduras e Nicarágua – Arbenz pediu socorrou à Organização dos Estados Americanos (OEA) e às Nações Unidas, apresentando, no mesmo dia, denúncias ao Comitê Interamericano de Paz, da OEA, e ao Conselho de Segurança da ONU.

Os russos, que há muito ansiavam por uma brecha por onde introduzir um pé no continente americano, aproveitaram-se imediatamente da situação e, numa primeira reunião do Conselho de Segurança, vetaram a entrega do caso da Guatemala à OEA, alegando ser esse um problema de competência da ONU, e convocando imediatamente uma reunião de emergência do Conselho para a tarde do dia seguinte quando, incluídas na agenda por votação, seriam julgadas as denúncias apresentadas pela Guatemala.

Deviam ser umas quatro e meia da manhã e a campainha do meu apartamento tocava insistentemente. Acordei assustado e, ainda trôpego de sono, vou abrir a porta e dou com as figuras tresnoitadas de Henry Cabot Lodge, delegado dos Estados Unidos na ONU, e Allen Dulles, chefe da CIA. Tenso, meu amigo e vizinho da Park Avenue, Cabot Lodge apressou-se em explicar:

– Meu caro Hugo, precisamos da sua ajuda para impedir que os Estados Unidos sejam crucificados nesse caso da Guatemala. Desculpe a hora mas é da maior urgência.

Realmente, faltavam menos de 12 horas para a reunião de emergência do Conselho na qual eu representaria o Brasil, já que o delegado permanente, o ilustre Professor Ernesto Leme – ex-Reitor da Faculdade de Direito de São Paulo – estava num hospital para tratamento de saúde. E era óbvio que não íamos apenas julgar os conflitos de uma república da América Central, íamos decidir uma questão vital para o futuro das Nações Unidas.

Um grande amigo meu, e renomado psicólogo, costuma afirmar que "a vida não fica pronta nunca". Com a minha experiência em organismos internacionais, ouso acrescentar "... nem a paz mundial". Não há lei ou organização internacional capaz de prevenir ou curar – de uma vez por todas – males profundos de um país, problemas de intrincadas raízes sócio-econômicas e culturais que, na maioria das vezes, nem mesmo o desenrolar da história consegue solucionar sem sangue e sem fogo. Consegue-se apenas, atuando no momento exato, com energia e a mais alta precisão, congelar a crise, deter a hemorragia ou evitar a precipitação de uma avalanche. A meu ver, todos os organismos mundiais e regionais são uma espécie de pronto-socorro da paz. E, naquela

madrugada de junho de 1954, tratava-se precisamente de resguardar, de salvar a ONU, o maior de todos os pronto-socorros da paz mundial. E salvar também o prestígio e a competência da Organização dos Estados Americanos pois o que os soviéticos pretendiam era, aproveitando-se do conflito na Guatemala usando como alavanca o sofrimento do povo da Guatemala, minar a ONU e destruir a OEA.

O Artigo 52 da Carta das Nações Unidas é tão claro quanto lógico ao reconhecer as funções específicas de mantenedores da paz dos organismos regionais. Afirma, sem deixar o mínimo lugar a dúvidas, que os países membros desses organismos regionais devem fazer todos os esforços para resolverem suas desavenças antes de levarem-nas ao Conselho de Segurança da ONU. Em outras palavras: a ONU deve suplementar a ação dos grupos regionais, não substituí-la. Um conflito de competência entre as duas organizações quebraria o equilíbrio da balança, minaria todo o sistema de segurança internacional. O caso da Guatemala era, pois, um verdadeiro teste de resistência da capacidade de equilíbrio dessa balança. Sem falar que não interessava absolutamente aos Estados Unidos – nem a todas as outras democracias da América – a instalação de um regime comunista no hemisfério. E, se o problema da Guatemala entrasse em pauta no Conselho de Segurança, a primeira providência sugerida pela Rússia e inevitavelmente votada seria o envio de uma missão da ONU para a verificação *in loco* das denúncias do seu presidente. Quaisquer que fossem os resultados das apurações dessa missão, o mal já estaria feito. A simples presença de observadores da ONU – civis e desarmados – seria recebida pelos revoltosos como uma traição, ou como uma tentativa de

intimidação. Das duas uma: ou a guerra civil grassaria pela Guatemala, ou, dominada a revolução, Arbenz fortalecido abriria as portas da América à penetração do comunismo internacional.

O problema, além de complicado, era delicadíssimo. Deixei Cabot Lodge e Dulles tomando um cafezinho na sala e fui telefonar do quarto para Vicente Rao, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Conversamos longamente, com as cartas na mesa. Com a sua aguda clarividência jurídica, Rao apoiou integralmente a tese que sugeri de *non adoption of the agenda*, considerando-a, àquela altura, a única medida capaz de tirar o caso da Guatemala das garras soviéticas. Lembro-me que ainda acrescentou antes de desligar:

– Hugo, você tem a experiência e a sensibilidade necessárias para conduzir nosso barco no meio dessa tempestade. Eu lhe dou carta branca para fazer tudo o que puder contra o comunismo.

Acordei Echeverria Cortes, o delegado da Colômbia e meu colega no Conselho de Segurança, e pedi-lhe que fosse imediatamente à minha casa. Discutimos abertamente o caso, em todos os seus meandros e implicações, e como Echeverria concordou integralmente com o meu ponto de vista ficou acertado que agiríamos por duas linhas de conduta concomitantes. Enquanto os delegados do Brasil e da Colômbia prepariam uma proposta conjunta de não aceitação da agenda do caso da Guatemala, o Departamento de Estado empenhar-se-ia, em Washington, junto aos delegados da Organização dos Estados Americanos, para que fizessem uma reunião de emergência da OEA dedicada à Guatemala, antes da votação da nossa *joint resolution* no Conselho de Segurança da ONU.

Foi uma verdadeira corrida contra o relógio. Convoquei todos os meus colaboradores diretos, homens do maior gabarito: Carlos Alfredo Bernardes, Sérgio Armando Frazão, Silveira da Mota e Meira Pena. Trabalhamos arduamente na cuidadosa redação do documento e, antes do meio-dia, ele estava pronto e assinado por mim e por Echeverria. Por outro lado, convencidos de que a Guatemala não podia recorrer em primeira instância ao Conselho de Segurança da ONU, sem desprestígio para a OEA, os delegados dos estados americanos puseram-se em ação: fizeram uma reunião de emergência do Comitê Interamericano de Paz, às duas horas da tarde, na qual formaram um grupo de investigação – composto de delegados dos Estados Unidos, Brasil, Cuba e México – para estudar a questão da Guatemala.

Fazia um calor sufocante em Nova York naquele dia 25 de junho quando, enfim, me dirigi para a memorável sessão do Conselho de Segurança. A tensão reinante em todo o edifício das Nações Unidas era quase palpável, concentrando-se sobretudo na multidão que se acotovelava nas galerias do plenário. Multidão composta, em massa, por esquerdistas pró-Arbenz e que quase explodiu de revolta quando correu pela sala o boato de que, naquele exato momento, a Cidade de Guatemala se encontrava sob o fogo de pesado bombardeio de aviões procedentes de Honduras e Nicarágua.

Ainda ouço o eco das vozes, relembro as fisionomias graves e os discursos inflamados. Cabot Lodge abriu os debates alertando sobre os nefastos resultados que adviriam da interferência da ONU nos direitos da OEA. Afirmava que o comunismo internacional aproveitava-se para lançar as duas organizações da

paz uma contra a outra, abalando o prestígio e a força de ambas. O delegado da União Soviética – Semyon K. Tsarapkin – contra-atacou dizendo que os Estados Unidos pretendiam apenas esvaziar as Nações Unidas transformando-as num organismo sem a menor autoridade. Por que não deveria atuar a ONU num caso tão nítido de agressão estrangeira a um governo legalmente constituído? Estariam as Américas fora do raio de alcance das Nações Unidas?

Quando chegou a minha vez, levantei-me e, o mais serenamente possível, sem arroubos emocionais de oratória, expus em palavras simples e diretas o meu ponto de vista baseando-me, o tempo todo, nos sábios princípios estabelecidos pelo Artigo 52 da Carta das Nações Unidas que mandava dar a César o que era de César... Ou seja: que as disputas regionais fossem analisadas, em primeira instância, pelos organismos regionais. Só então joguei o meu último trunfo, a notícia do fato consumado, a notificação que o Conselho acabara de receber comunicando-nos as providências tomadas, poucas horas antes, pelo Comitê Interamericano de Paz da OEA. "Agora só resta ao Conselho de Segurança aguardar a notificação dos resultados dos trabalhos encetados pela Organização dos Estados Americanos", declarei, com convicção, acrescentando: "Só depois de estudarmos essas conclusões, poderemos agir, se for o caso." Echeverria Cortes apoiou-me veementemente. Afirmando que a nomeação pelo Conselho de Segurança de um outro comitê, além da redundância seria um ato de descrédito à OEA, absolutamente intolerável para a Colômbia. Depois de cinco horas de debates, procedeu-se à votação e a tese de não aceitação da agenda do caso da Guatemala foi aprovada por cinco votos a quatro. De um lado, Brasil, Estados

Unidos, Colômbia, Turquia e China Nacionalista; do outro, União Soviética, Líbano, Nova Zelândia e Dinamarca. França e Inglaterra abstiveram-se de votar.

Naquele momento histórico, cinco anos antes da vitoriosa revolução de Fidel Castro em Cuba, impedimos a implantação de um regime comunista na América, preservando a honra e a dignidade das Nações Unidas e dos Estados Americanos. A revolução na Guatemala seguiu o curso natural ditado pela maioria da população. Arbenz foi derrubado e sucedido por Castillo Armas que, talvez devido à redundância contundente do seu nome, foi assassinado três anos mais tarde.

Dias depois da vitória da nossa tese no Conselho de Segurança, recebi a seguinte carta do Ministro Vicente Rao: "É com prazer que lhe apresento os meus cumprimentos por sua recente atuação no Conselho de Segurança, quando ali se examinou a questão da Guatemala. Cumpria que adotássemos uma atitude decidida em favor mesmo da colaboração entre a ONU e os organismos regionais, nos termos da própria Carta. Posso assinalar com satisfação que as instruções que lhe enviei foram cumpridas de maneira eficiente. Suas qualidades de negociar e de homem de ação, que todos já conhecíamos, foram postas plenamente em jogo e os resultados obtidos fazem honra à diplomacia brasileira. Graças à sua cooperação eficaz, pudemos manter no Conselho o princípio da competência do sistema regional, e fazê-lo plenamente vitorioso, a despeito do voto soviético, o que não foi novidade. A evolução dos acontecimentos mostrou quão acertada era a nossa orientação."

Meses mais tarde, quando compareci à festa de casamento de Manuel Vargas, no Palácio do Catete, disse-me em voz bem alta

o Presidente Getúlio Vargas: "Se a revolução que você e o Rao fizeram na Guatemala não tivesse dado certo eu demitiria os dois." E, dando-me um forte abraço acrescentou rindo: "Você foi bem mais esperto do que muito chefe de missão que ficava me enviando mensagens confirmando a solidez de Arbenz e a fragilidade do movimento revolucionário. Não conte nada ao Rao, porque pretendo fazer-lhe uma surpresa, mas quando ele vier me consultar sobre as próximas promoções no Itamaraty, vou lhe dizer que já tenho um candidato e que é Hugo Gouthier de Oliveira Gondim." E, lembrei-me, então, do que narrou Paulo Pinheiro Chagas, meu amigo e companheiro de várias jornadas cívicas no Brasil:

"E como explicar o fato acontecido com um amigo nosso, ao ser recebido, em audiência, por Getúlio Vargas? O então ditador todo-poderoso, em pleno fastígio do Estado Novo, do mesmo passo que ouvia a conversa do visitante, distraía-se escrevendo num papel ao jeito de quem imita uma assinatura: Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, Hugo Gouthier de Oliveira Gondim..."

Oriente Médio: Bolero de Ravel

"A situação no Oriente Médio ameaça transformar-se num estopim de guerra, com a mescla dos sentimentos nacionais e religiosos às manobras de fermentação orientadas habilmente pela Rússia, contra as potências ocidentais, tornando-se difícil prever até onde serão conduzidos os acontecimentos. Uma série de ocorrências mostra claramente a idéia de um plano articulado para lançar o mundo muçulmano contra as nações do Pacto do Atlântico, culminada numa seqüência de atentados políticos que vêm liquidando estadistas..."

Esse trecho, que poderia muito bem aparecer hoje em qualquer jornal do dia, foi extraído de uma conferência que pronunciei em 1951 na Escola Superior de Guerra, a respeito do dissídio anglo-egípcio no Canal de Suez. Dizia eu ainda:

"A questão da presença das tropas britânicas no Canal é matéria que decorre de um tratado, livremente negociado e livremente consentido. É de considerar-se que, a partir de 1947, não mais se encontra no solo egípcio, com exceção da zona do Canal, nenhuma forma britânica. Nas ruas do Cairo e de Alexandria, já não existem mais os quartéis e as casernas de tropas britânicas, içando o pavilhão estrangeiro. Já obteve assim o Egito, em grande parte, satisfação aos ditames do orgulho nacional.

No mundo convulso de hoje, de ameaças iminentes de guerra, a segurança do Canal de Suez é ponto fundamental para a sobrevivência da liberdade e da paz universais. A solução ideal para essa garantia seria a sua internacionalização, com forças das Nações Unidas. Até hoje, entretanto, devido à oposição soviética, ainda não pôde ser criada essa força internacional, prescrita na Carta de São Francisco.

O Conselho de Segurança procurará, evidentemente, escolher a via de conciliação que deve presidir às suas deliberações, mas o respeito aos tratados tem sido a pedra angular que inspira as decisões de todos os organismos internacionais."

Mal poderia eu, então, que, três anos mais tarde, como delegado do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, seria chamado a manifestar-me sobre a difícil questão do Canal de Suez. Ocasião na qual defendi o princípio de *pacta sunt servanda*, base de toda a tradição internacional brasileira. Depois de acalorados

debates, chegou-se finalmente a um acordo, pelo qual as forças britânicas deveriam se retirar a 20 de junho de 1946. Podendo, no entanto, ser reativada a sua base por um período de cinco anos – no caso de ataque a um dos países árabes ou à Turquia. Acordo que, infelizmente, não impediu que, em julho de 1956, Nasser nacionalizasse bruscamente o Canal de Suez provocando um conflito sangrento entre o Egito, Israel, França e Inglaterra, posteriormente suspenso pela atuação enérgica da ONU.

Nesse verdadeiro Bolero de Ravel das relações entre o Ocidente e o Oriente Médio ou o Extremo Oriente, atuei várias vezes como delegado no Conselho de Segurança. Lembro-me, entre outros, de um curioso episódio relativo às tênues e flutuantes fronteiras entre Israel e a Jordânia. Ocasião em que dei o meu voto para que se estabelecesse um debate amplo sobre a questão das fronteiras, como era, aliás, o pensamento de todos os líderes do Ocidente. O delegado do Líbano, Charles Malik, que tinha todo o apoio do soviético Andrei Vishinsky, pretendia restringir os debates à questão escrita dos conflitos de Nahalin. Para tanto achou-se no direito de atacar o meu voto. Entretanto, o que ele queria dizer é que, consoante o pensamento do meu país, muito lutei no Conselho de Segurança da ONU para que Israel não fosse sufocado pelo mundo árabe sob as bênçãos do Kremlin.

Reader's Digest: uma proposta tentadora

Minha paixão pela pintura aproximou-se de DeWitt Wallace, editor do Reader's Digest, por ele fundado com sua mulher

Lila e que se tornou na maior e mais bem-sucedida casa editorial de que se tem notícia. O encontro se deu num jantar oferecido por um amigo comum, Thomas Dewey, na época Governador do Estado de Nova York.

Eu já conhecia a fama da coleção dos Wallaces, considerada no gênero, a mais valiosa coleção particular em todo o mundo, e para conhecê-la em pessoa já visitara a sede do Digest em Pleasantville, pequena cidade ao norte de Nova York, no Westchester County, que abriga parte da coleção, sempre aberta à visitação pública. Agora, iria ter oportunidade de conhecer a outra parte – preciosíssimas telas de Monet, Corot, Pissarro, Cézanne, Gauguin, enfim todos os grandes da escola de impressionistas franceses, cujos quadros estavam em High Winds, mansão residencial dos Wallaces, também no Westchester, onde o metro quadrado de terra é o mais caro do mundo.

Do convívio, meu e de Laís, com Wally e Lila nasceu uma sólida amizade que iria durar para sempre. Arte, imprensa, política mundial eram os tópicos mais comuns em nossas palestras. Em realidade, Lila era, no casal, a Mecenas das Artes, enquanto Wally se interessava muito particularmente por educação, sendo o maior sustentáculo do Macalester College, sua Alma Mater na cidade de Saint Paul, Minnesota.

Um dia, porém, Wally me surpreendeu com um convite para trabalhar na sua organização. "Me assuntou", como se diz em Minas: "A chefia das Edições Internacionais será sua, se você quiser." Os termos da proposta verbal foram informais, mas ele logo acrescentou: "Formalizo o convite por escrito neste minuto. Depende de você, Hugo." O convite era um desafio, revistas nos

cinco continentes na época impressas em dez idiomas, trabalho fascinante, um quadro de Corot no meu escritório! E havia o lado financeiro, nada desprezível, cheque semanal de salário na casa dos cinco dígitos, Christmas Bonus ultragenerosos, aposentadoria milionária... Mas enquanto isso se passava, o Governo Belga dava o *agrément* para a minha designação como Embaixador brasileiro em Bruxelas, e então falou mais alto o meu amor pelo Brasil e pela *carrière*. Optei por me manter a serviço do meu país.

Já em Bruxelas, mandei um artigo-testemunho solicitado pelo Digest, saído primeiramente nas edições em língua francesa sob o título "Un Excellent Compagnon", posteriormente publicado nas demais edições do Digest.

Não vi os Wallaces muito mais vezes depois da minha ida para a Europa, mas os recordo sempre carinhosamente. Com muito pesar soube do falecimento de Wally em princípios de 1981, aos 94 anos. Foi uma figura humana excepcional. Lila ainda vive. Foi sua companheira e incentivadora durante mais de 60 anos.

Entre as belas e as feras
Os ilustres visitantes

O Consulado-Geral em Nova York sempre foi, e sempre será, um dos postos mais cobiçados do Itamaraty. No meu caso, então, era ideal. Sair de delegado junto às Nações Unidas e assumir o Consulado-Geral significava mudar de posto sem trocar de casa, continuar no nosso gostoso apartamento convivendo com uma legião de amigos. Assim, quando o Ministro Vicente Rao consultou-me – por telegrama confidencial – aceitei sem vacilar e

com o maior entusiasmo. E minha mulher suspirou aliviada pois esperávamos a chegada de Bernardo para qualquer momento. Hoje em dia, com as modernas técnicas de ultra-sonografia, não é vantagem saber-se o sexto do bebê antes do nascimento. Intuitivamente, naquela época, Laís e eu sempre soubemos que era menino, dessa vez, e se chamaria Bernardo, em honra ao seu ilustre avô e meu querido sogro, Bernardo Sayão. E ele nasceu no dia exato em que o furacão *Hazel* varreu Nova York, chegando a quebrar uma de nossas vidraças.

Ainda me lembro que passara a noite redigindo um relatório especialmente trabalhoso e, pela manhã, preparava-me para ir ao aeroporto receber alguém quando Laís me preveniu:

– Cancele tudo e vamos correndo para o hospital que o Bernardo vem aí com a *Hazel*.

Morávamos na Park Avenue na altura da Rua 50 e o Doctor's Hospital ficava no outro lado da cidade, na 86 junto ao rio. Aquela foi a meia hora mais angustiante da minha vida. Sentado ao lado do chofer do táxi, fui o tempo todo lhe implorando que avançasse os sinais vermelhos. Porque, com criança que já chega trazendo furacão não se brinca...

Das feras do contrabando e da pirataria internacionais, contra as quais travei dura batalha, falarei mais tarde. Agora, quero primeiro lembrar com saudades a vida gostosa e divertida que levamos em Nova York cercados de bons amigos e lindas amigas. Era a época máxima das noitadas no El Moroco, onde o *beautiful-people* dos quatro continentes se reunia para jantar e dançar ao som envolvente de uma orquestra magnífica. Fizemos amizade com o proprietário, John Perona, e sempre nos davam mesas excelentes.

Ali conhecemos Aristóteles Onassis e ficamos amigos de Stavros Niarchos; ali atravessei noites descontraídas conversando com Howard Hughes, o então jovem e simpático milionário que a vida iria transformar num verdadeiro mito da solidão e da amargura. Ali, sentada ao meu lado num dos famosos sofás zebrados, conheci Marilyn Monroe que devorava um pedaço de frango, seguro pela mão, enquanto o caldo lhe escorria pelo queixo de porcelana.

Outro ponto de encontro obrigatório, esse da nítida predileção dos brasileiros, era o Copacabana, onde cantava muito o Frank Sinatra e onde levamos Jânio Quadros e D. Eloah para assistir ao *one-man show* de Sammy Davis: *Mr. Wonderful*. Laís gostou tanto do espetáculo que voltou lá mais três ou quatro vezes para vê-lo, sozinha. Eu me limitava a ir levá-la e buscá-la à saída.

Naquela época, dona de uma coluna diária de jornal, pontificava a terrível Elza Maxwell, temida pela sua língua implacável. Ai daquele que caísse na sua antipatia... Felizmente não foi o nosso caso pois ficamos muito amigos e ligados. Na intimidade, Elza era uma mulher encantadora, divertida e super bem-informada. Cheia de alegria de viver, não se cansava nunca e tinha um *élan* de fazer inveja aos mais jovens. Tremendamente segura de si e consciente do poder que exercia sobre as pessoas, não tinha papas na língua. Nascida de uma família bem modesta, fez-se na vida à custa do seu próprio esforço e talento, e, apesar de seus hábitos pessoais singelos, convivia com a maior naturalidade com os grandes nomes do seu tempo.

Um dia, Elza nos telefonou para perguntar:

– Laís, estou organizando um cruzeiro pelas ilhas gregas a convite do nosso amigo Niarchos, posso contar com vocês dois?

Pensando que o cruzeiro fosse na semana seguinte, minha mulher ficou animadíssima, já planejando as roupas que iria precisar. Só que, como acontece nos países civilizados, os programas são feitos com grande antecedência e aquele era... para dali a um ano. Chegamos a pensar que iria cair no esquecimento e foi com surpresa que, um ano depois, recebemos o lembrete da nossa amiga: o passeio estava de pé e deveríamos nos encontrar em Veneza dentro de dez dias.

Se houve algum cruzeiro de sonho no mundo, foi esse, que os jornais logo denominaram "o cruzeiro das celebridades". Éramos 100 os privilegiados, acomodados com o máximo requinte e conforto, num navio esplêndido, sob a liderança de três guias poliglotas formados na Sorbonne. De alguns, ficamos amigos para o resto da vida. Dos outros, guardo alguns nomes e a lembrança de 15 dias, de confraternização na alegria. Havia artistas de cinema, como Olivia de Havilland, no auge da fama; pretendentes ao trono, como os príncipes Alexandre e Maria Pia, da Iugoslávia, que, numa festa à fantasia improvisada, vestiram-se modestamente de cozinheiro e arrumadeira; grandes damas inglesas, como a Duquesa de Argylle e Lady Westminster, esta, com nome de abadia e um temperamento gelado e condizente; estadistas, como o ex-Primeiro-Ministro francês Paul Reynaud; figuras destacadas da sociedade italiana como Rudi e Consuelo Crespi, os Pecci-Blunt, os Brandolini; magnatas americanos, como os Byron Foy; Reinaldo e Mimi Herrera, da Venezuela... Em resumo, três brasileiros – Laís, eu e Aimée de Heren – cercados por mais 97 celebridades do mundo inteiro.

Apesar de toda a noite haver uma festa, onde as mulheres se apresentavam de longo e faiscantes de jóias, madrugávamos todos.

Ninguém queria perder o show que, aos oitenta e tantos anos, a Baronesa Lo Mônaco – a popular La Mofa – nos oferecia nadando energicamente de um lado para o outro da piscina. Em Atenas fomos recebidos – com toda a pompa e circunstância – pelo Rei Paulo e sua Rainha Frederica. Houve apenas um problema: nenhuma das senhoras a bordo havia levado chapéu que o protocolo exigia para a recepção. Foi uma verdadeira corrida que esvaziou as chapeleiras de Atenas.

Patrocinado por Stavros Niarchos, que seguia o nosso navio em meu maravilhoso iate, abrindo-nos todas as portas, o cruzeiro tinha um objetivo específico: promover o turismo nas ilhas do Peloponeso. Por isso, viajaram conosco registrando todos os passos dos *colunáveis* correspondentes de tudo quanto é jornal e revista importante. O único brasileiro, repórter e fotógrafo a serviço do *Cruzeiro*, era o então jovem e iniciante Luiz Carlos Barreto, hoje o mais famoso produtor de cinema do Brasil, pai dos cineastas Bruno e Flávio Barreto.

Provavelmente um cruzeiro desses seria hoje impossível. Se mais não fosse, por razões de segurança. Nos dias violentos que correm, um navio repleto da nata da sociedade internacional – estadistas, magnatas, nobres e artistas – exigiria pelo menos a proteção de mais dois outros cheios de guardas armados.

Outro grande acontecimento social, sem fins publicitários mas que repercutiu também na imprensa do mundo inteiro, foi o jantar que oferecimentos em Nova York ao Xá do Irã e Soraya. Em nosso apartamento não cabiam confortavelmente mais de 40 pessoas para jantar e foi difícil restringir a lista de convidados sem ferir suscetibilidades. Convidamos, evidentemente, Elza Maxwell,

que ainda não tivera oportunidade de conhecer Reza Pahlevi. Grace Kelly também realçou o jantar com sua beleza e sua classe. Foi um jantar belíssimo, no qual o Xá entrou com as flores e o caviar. E ele ficou agradavelmente surpreso ao encontrar a bela Grace que já conhecia de Hollywood quando – por ser a mais elegante, refinada e *ladylike* de todas as estrelas – ela fora designada para ser a sua cicerone. Grace também não se esqueceu dessa festa e, anos mais tarde, quando nos vimos novamente, foi a primeira a mencioná-la insistindo em que gostaria de nos retribuir aquele prazer.

"Se eu tivesse a intenção de reinar" escreveu o historiador Louis Veuillet "só dois tronos do mundo me tentariam: o do Czar de todas as Rússias, que reina sobre milhões de almas, e o do Príncipe de Mônaco, que pode conhecer pelo nome todos os seus súditos." No pequeno reino encantado de Mônaco, tive a oportunidade de assistir com Laís ao casamento de Caroline, a filha da artista de cinema nascida com uma estrela de princesa na testa. Caroline que cresceu amiga da minha filha Cláudia, a quem os Príncipes de Mônaco ofereceram um outro belo jantar em Paris por ocasião do seu casamento.

Em Nova York, as nossas relações com o Xá continuaram as mesmas de Teerã. Como ele adorava jogar pôquer, tínhamos uma roda, em geral constituída por Fleur Cowles, Adhesir Zahedi, Ministro das Relações Exteriores do Irã, Soraya, Laís e eu. Relações tão cordiais e descontraídas que o Xá resolveu, um dia, me dar um Rolls-Royce de presente, como sinal de seu apreço e amizade. Agradeci comovido a lembrança mas recusei firmemente o presente. E o Embaixador

Luís Bastian Pinto deve se lembrar desse episódio que ele presenciou.

A primeira providência que tomei ao assumir o Consulado-Geral em Nova York foi mudá-lo para melhores instalações no próprio Rockefeller Center. Numa cidade de tamanho bom gosto, o nosso consulado – apertado em salinhas acanhadas e mal mobiliadas – fazia um triste contraste com os de outros países. Como diz a minha mulher, eu não sou um engenheiro frustrado porque sou um engenheiro realizado, de tantas obras que fiz pelo mundo afora. Aluguei salas condizentes com o prestígio do nosso país, chamei o decorador oficial do Rockefeller Center e montamos um escritório digno e agradável de se trabalhar e receber visitantes.

Comodamente instalado, arregacei as mangas e preparei-me para enfrentar as feras da pirataria e do contrabando. Eram verdadeiras quadrilhas montadas para lesar a nossa economia através da fraude cambial, da importação ou exportação irregulares, da falsificação de documentos e de todo o tipo de infração da legislação cambial e aduaneira do Brasil. Foi então que eu, um homem que passou a vida colecionando amigos, fiz a minha primeira e terrível leva de inimigos. Tão acirrados que chegaram à ameaça de jogar ácido sulfúrico em mim e na minha família, tendo eu que pedir garantias de vida à polícia de Nova York.

Foi antes da implantação da indústria automobilística no Brasil, e a importação de automóveis era um verdadeiro inferno. Havia o tráfico desatinado de direitos de importação – todo mundo achava que bastava ter um passaporte para ir aos Estados Unidos buscar um carro, vendido na volta por somas fabulosas – ou o

despacho puro e simples dos automóveis que eram retirados na alfândega com mandado de segurança. Para coibir esse abuso e essa tremenda evasão de divisas, limitei a concessão de licenças de embarque de carros ao mínimo possível, estritamente previsto por lei. E fui além: fiz um acordo com todas as companhias regulares de navegação marítima – das costas oriental e ocidental dos Estados Unidos e do Canadá – pelo qual essas empresas se negariam a transportar carros para o Brasil sem a indispensável aprovação consular. No dia em que assinamos o convênio, havia só no porto de Nova York cerca de mil automóveis sem documentação aguardando o embarque...

Mas a desonestidade não se limitava à importação de automóveis de luxo. Percebi logo que era extensa e poderosa a rede de traficantes da exportação. O saque consistia em despachar mercadorias brasileiras para os Estados Unidos acompanhadas de documentação falsa: quanto à qualidade e quantidade, conseguindo por elas, debaixo do pano, uma soma de dólares bem maior do que a declarada. Passei então a submeter a rigoroso escrutínio todos os papéis que passavam pelo escritório do consulado. Em poucos meses de penosas diligências, descobri dois contrabandos – um de café e outro de cera de carnaúba – que representavam um prejuízo para o nosso fisco da ordem de vários milhões de dólares. Depois disso, consegui montar um mecanismo eficiente de investigação e controle que permitia fossem as autoridades competentes rapidamente alertadas e, em muitos casos, punidos os responsáveis pelos crimes e infrações.

Agi com a maior energia e vigor e, diga-se de passagem, ninguém ousou jogar ácido sulfúrico na minha cara...

Os ilustres visitantes

Uma das coisas de que mais me orgulho na minha carreira diplomática foi o atendimento que sempre dediquei a todo e qualquer brasileiro no exterior – do mais humilde trabalhador, ao mais ilustre visitante. Nunca ninguém precisou marcar audiência comigo e, fosse onde fosse, minhas portas – até a da minha própria casa – estavam permanentemente abertas aos brasileiros. Emprestava dinheiro do meu bolso, arranjava empregos, bolsas de estudo, locais de moradia. Incomodava meus amigos para servir aos meus conterrâneos com todo o tipo de problemas: dos mais sérios, como saúde e sobrevivência, aos mais cômicos, como brigas de marido e mulher.

E não só a brasileiros no exterior. Passei a vida fazendo favores a amigos, amigos de amigos, conhecidos e desconhecidos. O caso dos remédios, por exemplo, é típico. Brasileiro sempre teve mania de doença e adora tomar remédios, principalmente os difíceis de serem obtidos. Em Nova York, então, as requisições de remédios beiravam as raias da loucura. Raro era o sábado ou o domingo em que eu não tinha que mandar abrir uma farmácia para atender a um pedido de urgência. Bom brasileiro que sou, levando muito a sério tudo o que se refere a produtos farmacêuticos, agia com a maior rapidez possível... e impossível. Lembro-me que, certa feita, Dra. Eliane Gomes, irmã do Brigadeiro, solicitou-me um remédio, num dia, e recebeu-o em sua casa no Rio, no outro. Chegou a me telefonar para agradecer.

Quando Cônsul-Geral em Nova York recebi – promovendo contatos e levando para passear – inúmeras

personalidades brasileiras que lá chegavam em caráter oficial ou particular. Ministros, governadores, senadores, deputados, diplomatas, oficiais das Forças Armadas, prefeitos, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, técnicos especializados, artistas, estudantes, turistas e doentes. Dentre tantas visitas, destaco algumas.

Eugênio Gudin

Em outubro de 1954, Eugênio Gudin, então Ministro da Fazenda, passou por Nova York, em trânsito para Washington onde ia presidir a Delegação do Brasil às reuniões do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento e as do Fundo Monetário Internacional. Como chefe atento da sua pasta, Gudin já sabia dos meus esforços no consulado para defender os interesses da Fazenda Pública brasileira. Mas lá, ele viu com os próprios olhos a extensão da minha batalha e a precisão da estratégia que montei. Ao regressar ao Brasil, escreveu-me agradecendo a colaboração que prestei "na defesa dos interesses nacionais contra a pirataria nacional e internacional".

Gilberto Freyre

Estava eu no consulado em Nova York quando o precursor da sociologia do Brasil foi receber o seu título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Colúmbia. Tive o prazer de acompanhá-lo, a honra de tornar-me seu amigo. Mais do que tudo o que eu possa dizer, dizem as palavras com que autografou para mim o belo álbum comemorativo dos seus 80 anos, *Gilberto Poeta* -

Algumas Confissões:

"Para Hugo Gouthier, recordando sua presença mais do que amiga no doutoramento h.c. de um brasileiro pela Universidade de Colúmbia, presença que supriu a ausência de outros brasileiros; Hugo, diplomata cultural; Hugo, que conquistou nos Estados Unidos e na Europa tantas simpatias valiosas; Hugo, sempre sensível à arte, este livro de arte com palavras de um talvez poeta muito amigo desse Hugo admirável."

Jânio Quadros

Em princípios de 1955, governador eleito de São Paulo, para descansar da dura campanha eleitoral, antes da sua posse, Jânio Quadros, acompanhado de D. Eloah e de sua mãe, foi passear na Europa e nos Estados Unidos. E, procedente de Londres, chegou a Nova York, onde fui recebê-lo com Laís no então aeroporto internacional de Idlewild. Infelizmente não foi uma chegada auspiciosa. Descia do avião, alegre e contente, um livro de Abraham Lincoln em punho – que provavelmente viera lendo durante a viagem para pôr-se bem dentro do espírito do liberalismo americano – quando as autoridades alfandegárias deram pela ausência do seu atestado de vacina. Portador de passaporte diplomático, Jânio Quadros fora vacinado mas não se preocupava em levar o atestado julgando que este não lhe seria exigido. Além do mais, não foi tratado pelo médico de plantão no aeroporto com a deferência devida a um governador de estado brasileiro. Profundamente irritado, Jânio exigiu do representante da

companhia de aviação que providenciasse o seu imediato regresso ao Brasil no primeiro avião. Chamado a intervir, conversei com o médico e, depois de certo tempo, tudo se resolveu satisfatoriamente. Mas, abalado com o impacto daquele primeiro contato desagradável, o governador foi do aeroporto até o centro da cidade externando o seu desapontamento com a civilização americana. E me lembro tentando demovê-lo daquela desilusão:

– Não é bem assim, governador. O senhor vai ver, é um grande país e um grande povo. Tenha um pouco de paciência e estou certo de que, dentro de três dias, o senhor terá mudado completamente de opinião. Não se trata de uma campanha armada contra o senhor, foi apenas um lamentável qüiproquó.

Realmente, menos de três dias depois, Jânio Quadros estava outro: eufórico e entusiasmado, esquecido do desagradável episódio. Apresentei-o, então, não só à maravilhosa vida noturna de Nova York como a um grupo de banqueiros internacionais com os quais ele teve oportunidade de conversar longamente, inspirando-se para traçar seus planos de governo do Estado de São Paulo.

Carlos Lacerda

Fomos amigos antes de os conhecermos. Quando houve o meu incidente com Mossadegh e as esquerdas brasileiras se mobilizaram para me atacar, atribuindo-me a responsabilidade de nefandas confabulações contra o líder nacionalista iraniano, sem mesmo me conhecer pessoalmente Carlos Lacerda passou a me defender em editoriais da *Tribuna da Imprensa* brilhantes e

inflamados com eram do seu costume. Fiquei profundamente tocado pela simpatia daquela aliança espontânea e perfeitamente gratuita. Posso dizer que fiquei seu amigo não pelo fato de ter ele me defendido, mas pela maneira como me defendeu, como se houvesse penetrado a minha alma, entendido e participado das minhas mais secretas motivações. Num mundo em que as pessoas se trancam em suas redomas, cercados de incompreensão por todos os lados, fiquei feliz em abrir as portas da minha a tão cálido entendimento, a tão veemente crédito de confiança. Na minha volta de Teerã, fui procurá-lo para lhe agradecer e estabelecemos uma tão sólida amizade que, meses mais tarde, quando nasceu minha filha Cláudia, convidamos Letícia, sua mulher, para madrinha. Talvez eu seja um dos poucos que Lacerda – um homem afável e descontraído no trato pessoal – tenha conquistado através da sua pena, em geral um instrumento de luta temperado a ferro e a fogo.

Estranha e fascinante personalidade! Extraordinário amigo dos seus amigos, inimigo implacável. Pessoa humana, bondosa e sensível, orador desabrido e delirante. Todos temos os nossos sufocantes demônios interiores, creio que os de Carlos se apossavam dele tão mal pegava da pena. Como se, para ele, a palavra escrita tivesse o mesmo poder da poção mágica que transformava o Dr. Jekyll em Mr. Hyde. E ele se deixava possuir pelo poder violento e fantástico das palavras, sua sonoridade, seus múltiplos sentidos. E, possuído, brincava com elas – ora dominando-as, ora sendo dominado – num jogo perigoso, de vida ou de morte. Creio que muitas vezes na vida amaldiçoou o seu embriagante poder verbal, e implorou a Deus que lhe concedesse o dom da serenidade, um pouco de paz e tranqüilidade.

Mas Carlos Lacerda era assim, no fragor da batalha, não se incomodava de quebrar alguns ovos. Quando defendia alguém, abria um tal leque de ataque que muitas vezes atingia gente que não tinha nada com a briga, era até amiga do defendido.

Em fins de 1955, temendo ser preso pelo então Ministro da Guerra Marechal Henrique Teixeira Lott – o novo marechal de ferro do Brasil – Carlos exilara-se em Havana. Que não era ainda a Cuba de Fidel e sim a de Batista. De lá ele me telegrafou anunciando a sua próxima chegada a Nova York, dando o número do vôo e acrescentando: "... chego sem dinheiro e sem agasalho".

Fazia um frio bárbaro, do mais rigoroso inverno nova-iorquino, e eu fui com Laís buscá-lo no aeroporto levando-lhe um sobretudo. Assim que nos viu, ele me abraçou dizendo: "Você é louco! A sua simples presença aqui no meu desembarque vai prejudicá-lo e comprometê-lo com o Lott e o Juscelino." Respondi-lhe que não poderia adivinhar o que pensaria o marechal mas que Juscelino seria o primeiro a compreender o meu gesto de solidariedade para com um grande amigo. E dali fomos para o nosso apartamento onde Carlos ficou hospedado por uns tempos. Posteriormente, com a ajuda de outros amigos, arranjou um pequeno apartamento, num subúrbio de Nova York, para onde se mudou. Mas continuamos a nos ver e a nos falar com freqüência.

Pode-se imaginar o meu espanto quando, certa manhã, abro o *New York Times* e dou com uma carta atrabiliária – assinada: Carlos Lacerda – denunciando Juscelino Kubitschek de ter sido eleito Presidente do Brasil com o voto dos comunistas; fato que certamente iria, no seu entender, impedir a sua posse. Eu, acusado por muitos no Brasil de pertencer ao Clube da Lanterna,

exclusivamente pelo fato de ter hospedado Carlos Lacerda em minha casa em Nova York, nem de leve suspeitava que ele estava se preparando para assumir publicamente uma atitude violenta dessas contra o presidente legalmente eleito do seu país. E, pior ainda, mandar uma carta daquelas ao jornal de um país estrangeiro. Naquela mesma tarde tive outra surpresa: Laís recebeu um enorme buquê de rosas, com uma outra carta de Lacerda. Agradecia-lhe a hospitalidade e pedia-lhe que tentasse minorar o meu desagrado. Terminava dizendo: "Política não tem entranhas. Perdoe-me."

Passamos algum tempo estremecidos e só voltamos realmente às boas depois de 1964, já então cassados ambos pela Revolução. Pacificado interiormente, tendo a duras penas conseguido dominar os seus tumultos e atingindo um distanciamento crítico equilibrado e ponderado. Carlos Lacerda tentou em vão formar uma Frente. Ampla de união nacional e aproximou-se dos seus antigos adversários políticos. Infelizmente já era tarde demais. Tarde para ele, tarde para Juscelino, tarde para Jango.

Sinto saudades do meu amigo Carlos Lacerda, acho que faz muita falta ao Brasil a presença de um pensamento brilhante como o dele, mas uma das coisas que mais me doem é saber que ele morreu sem escrever o seu livro definitivo, a obra que esperávamos da sua cultura e que ele ficou devendo à sua própria grandeza. Ele mesmo parecia temer que isso acontecesse quando escreveu em *A Casa do Meu Avô:* "Onde ficou aquele famoso livro, o romance essencial que me prometi deixar ao mundo antes de morrer; o legado definitivo, inapagável sinal da minha presença, de tantas experiências acumuladas para nada a não ser o prazer ocasional de me sentir vivo?"

Desgraçadamente, sinal inapagável da sua presença, Carlos Lacerda deixou apenas na lembrança dos que com ele conviveram o som estentóreo de sua voz capaz de abalar governos. Quem o ouviu falar no Palácio Tiradentes, no Caminhão do Povo, nas ruas e nas praças do Brasil, nunca mais se esquecerá do orador hipnótico que mantinha a sua audiência em estado de delírio ou transe quase sensuais.

Eu, pelo menos, não considero nem livro definitivo, nem legado, o volume publicado sob o nome de *Depoimento*, que nem sequer foi um depoimento maduro e pensado. Trata-se apenas do resultado apressado de uma entrevista concedida, quase às vésperas de sua morte, a um punhado de jornalistas que, por 34 horas consecutivas, crivaram-no de perguntas, lá no seu Sítio do Alecrim, em Petrópolis. Lá onde ele gostava mesmo é que o deixassem em paz cultivando as suas rosas.

Só à exaustão dessa gravação, atormentado por 34 horas ininterruptas, posso atribuir o equívoco registrado nesse *Depoimento* a folhas 175:

"Antes das eleições, quando eu estive em Lisboa, era Cônsul-Geral em Nova York o Hugo Gouthier. Estou voltando atrás um pouco porque o fato é importante. Durante a candidatura do Juscelino, Hugo Gouthier era Cônsul-Geral me Nova York e amicíssimo do Juscelino, sempre foi amigo dele. Eu estava em Lisboa quando recebi um telefonema do Gouthier, um longo telefonema de quase duas horas – em que ele me oferecia a Prefeitura do Rio em troca da minha neutralidade à candidatura do Juscelino. Ele não queria nem o meu apoio, queria apenas que não me metesse na campanha.

Tive que explicar longamente por que isso era impossível... Muito mais tarde, quando me encontrei com o Juscelino, por ocasião da Frente Ampla, em Lisboa, perguntei se ele tinha realmente me oferecido a Prefeitura do Rio em troca do meu silêncio durante a campanha presidencial de 55, e ele confirmou."

Infelizmente, nem Juscelino nem Lacerda estão vivos para corrigir o engano. Realmente, eu telefonara de Nova York para Carlos Lacerda em Lisboa. Realmente, eu lhe dera um recado de Juscelino. Mas nunca, jamais, em tempo algum tentei calar a sua boca comprando-o com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Tentativa de suborno, a meu ver, mais desabonadora para ele do que para mim, pois a consciência geral considera um pouco mais grave vender a própria consciência do que tentar comprá-la...

Juscelino só queria paz. O poder, para ele, só significava a capacidade de estabelecer a paz para nela trabalhar pelo futuro do Brasil. Sempre pediu paz e deu paz, perdão, anistia. Juscelino tinha tanto a fazer que considerava um desperdício gastar o tão limitado tempo de vida que nos é concedido em quizílias menores. Sendo amigo chegado dos dois adversários políticos, tentei uma aproximação, uma conciliação digna. Aconselhei ao meu amigo Carlos Lacerda que não enveredasse numa campanha pessoal, apaixonada e injusta contra o meu amigo Juscelino que num ponto podia tranqüilizá-lo: não nomearia um prefeito do Rio de Janeiro sem antes consultá-lo. Tendo em vista o grande interesse que ele sempre demonstrara pela cidade e o conhecimento de causa que tinha dos possíveis candidatos.

Juscelino Kubitschek, Presidente eleito

Em fins de 1955, Juscelino Kubitschek comunicou-me o seu desejo de visitar os Estados Unidos na qualidade de Presidente eleito. Imediatamente fui tratar de sua estada em Nova York, mas deparei-me com dois problemas. Primeiro, o Presidente Eisenhower estava na Flórida convalescendo de um enfarte; segundo, mesmo que não estivesse, o governo americano não se resolvera a dar a Juscelino o tratamento de Presidente eleito, temeroso de que a UDN ainda conseguisse anular a sua eleição, optavam por dispensar-lhe o tratamento de um visitante ilustre. Pequena nuance diplomática de imensas implicações políticas. Tratado apenas como visitante ilustre, Juscelino não se hospedaria em Blair House, a residência oficial em Washington, e estaria impedido de falar no Congresso americano. Telefonei ao meu amigo e lhe contei o que se estava passando. Juscelino ficou muito contrariado, a imprensa exploraria o caso chegando talvez a prejudicar a sua acolhida na Europa como Presidente eleito. Prometi-lhe então empenhar-me a fundo na mudança de atitude do governo americano e logo a seguir, comuniquei-me com o Embaixador do Brasil em Washington – João Carlos Muniz – explicando-lhe o que eu pretendia fazer, com o que concordou sem hesitar. E fui imediatamente procurar o meu amigo Cabot Lodge, que fora um dos principais artífices da eleição de Eisenhower e era seu amigo pessoal de longa data. Amigo e conselheiro de confiança.

Compreendendo logo tudo, Cabot Lodge, sem perda de tempo, telefonou para Eisenhower e, em dois minutos, a situação se desnuviou. Juscelino Kubitschek seria tratado nos Estados Unidos

como Presidente eleito do Brasil, seria recebido em Key West, na Flórida, pelo Presidente Eisenhower e todo o resto do programa seria cumprido. Deu-me apenas Cabot Lodge uma delicada sugestão: "Não poderia Juscelino, em seu discurso no Congresso, definir sua posição em face do comunismo e expor as medidas que pretendia tomar, em seu governo, contra a inflação?" Sugestão feita de amigo para amigo e não entre dois representantes de países vizinhos, o que poderia ser interpretado como uma ingerência nos negócios internos do Brasil. Mas eu compreendi perfeitamente o ponto de vista de Cabot Lodge. Primeiro porque a imprensa mundial vinha fazendo alarde do apoio dado à eleição de Juscelino pelos comunistas; segundo, porque os americanos, naquela época, viviam uma verdadeira paranóia: o terror da inflação e, provavelmente, atribuiriam ao programa de *metas* de Juscelino poderes inflacionários. Nesse ponto, Juscelino evidentemente não faria concessões, e nem iria sequer discutir o programa prioritário do seu governo diante do Congresso americano. Já o caso das acusações que lhe faziam de ligações com os comunistas era mais fácil. A própria cúpula do Partido Comunista Brasileiro – ilegal no Brasil – nunca fizera qualquer declaração de apoio a Juscelino. Além do mais, o voto era secreto e livre e não trazia atestado ideológico. Não cabia a Juscelino pedir aos comunistas que não votassem nele. Como não coubera a Milton Campos – candidato da UDN – fazer o mesmo no momento da sua eleição para Governador de Minas.

Em resumo, Juscelino foi recebido por Eisenhower, hospedou-se em Blair House, deu entrevista à imprensa no National Press Club, cumpriu todo o programa oficial e, falando ao Congresso americano, disse tudo o que bem queria.

Em Nova York, o Prefeito Robert Wagner ofereceu-lhe um almoço, no qual foi saudado por Nelson Rockefeller e recebeu um diploma de honra da cidade pelos seus relevantes serviços prestados à causa pública. Eu mesmo lhe ofereci um banquete no Hotel Ambassador que contou com a presença das figuras mais representativas da política, da indústria, da imprensa, do comércio e de várias outras áreas dos Estados Unidos. Nessa festa, apresentei Juscelino a diversas personalidades importantes do panorama americano, entre as quais, Cabot Lodge, Averrel Harriman – Governador do Estado de Nova York – e Thomas Dewey – ex-Governador do Estado de Nova York e duas vezes candidato à Presidência dos Estados Unidos.

Muitos outros jantares e almoços foram oferecidos ao Presidente eleito do Brasil, por entidades de vários setores, entre as quais: A Pan American Society, a American-Brazilian Association, a National Coffee Association e o Pan-American Coffee Bureau a cujo almoço compareceram mais de 800 pessoas. Juscelino Kubitschek de Oliveira, com a sua classe, dinamismo, inteligência e simpatia, passando por cima de seus detratores, conquistara definitivamente o coração dos americanos.

João Goulart

O último dos poderosos brasileiros a visitarem Nova York quando eu era Cônsul-Geral foi João Belchior Marques Goulart, Vice-Presidente do Brasil. Chegou acompanhado de sua jovem e bela esposa, Maria Teresa. A seu pedido, limitamos ao mínimo os seus compromissos, tanto os de caráter público quanto

os de caráter privado. A convite do Cardeal Spellman, assistiram a uma missa solene na Catedral de São Patrício. Na homilia, o cardeal agradeceu a presença do Vice-Presidente do Brasil, dedicando-lhe palavras de amizade e carinho; depois, ofereceu um almoço aos visitantes.

Também homenageei-os com uma recepção, em minha casa, que teve a presença de destacadas figuras do meio político, social e industrial de Nova York. Fui com eles visitar o prédio das Nações Unidas onde o Embaixador Cyro de Freitas Valle lhes ofereceu um almoço ao qual estiveram presentes Dag Hammarskjöld – então Secretário-Geral da ONU – e delegados dos países americanos, além de vários chefes de empresas brasileiras em Nova York.

A hora do adeus

Quando, em fins de 1956, depois de três anos intensos e proveitosos, deixei Nova York para assumir o posto de Bruxelas, meus amigos organizaram um verdadeiro festival de despedidas. Um banquete do Prefeito Robert Wagner, um almoço da American-Brazilian Association, um jantar do Embaixador Henry Cabot Lodge, e dezenas de outras manifestações de afeto e consideração, a mais concreta das quais – uma medalha de ouro representando a Cidade de Nova York e seus cinco *boroughs* – guardo com imenso carinho. Ao entregar-me essa *decoration* disse-me o prefeito que ela havia sido igualmente concedida a dois outros grandes homens: o Almirante Byrd, desbravador da Antártida, e o *Lord Mayor* de Londres.

Eu partia dos Estados Unidos promovido a embaixador e o governador de Nova York, Thomas Dewey, escreveu-me a propósito da minha promoção.

"Tivemos Mrs. Dewey e eu uma sensação de orgulho pessoal ao saber de sua promoção a Embaixador e desejamos ambos felicitá-lo. A parte triste é que me parece que isso vai significar a sua partida de Nova York, o que nenhum de nós deseja. Sua missão aqui tem sido um tão grande sucesso que todos lamentaremos a sua partida, se ela se verificar. Deve haver uma maneira de conservar o título e permanecer aqui ao mesmo tempo."

Mas não havia. Fizemos as nossas malas, lançamos um último olhar cheio de melancolia pelo nosso apartamento da Park Avenue, cenário de tantos momentos felizes, fechamos a porta e fomos embora.

Essa é a vida de um diplomata. Chegar, deitar raízes, dar-se e receber, e logo depois romper as amarras e partir para recomeçar de novo. Porque, como dizia Sêneca: a vida é breve e a arte é longa...

O Início da Desburocratização

O Início da Desburocratização

Sou um homem modesto, com senso crítico bastante para nunca tentar me enfeitar com as penas do pavão. Neste caso, no entanto, com orgulho advogo para mim os direitos de precursor. Que me perdoe o simpático Ministro Hélio Beltrão, mas fui eu o introdutor da desburocratização no Brasil, numa época longínqua em que ele ainda devia andar pela faculdade.

Foi em junho de 1956 e eu passava umas férias no Brasil, antes de ser promovido a Embaixador e removido para Bruxelas. A pedido de uma senhora, viúva modesta e muito minha amiga, fui procurar o seu processo de aposentadoria, para ver a quantas andava e por que não se concluía. Passei dias na repartição competente, indo de seção em seção. Finalmente consegui encontrar o enorme e empoeirado calhamaço do qual constavam dezenas de despachos: "... salvo melhor juízo", "... à consideração superior" etc., etc... Tudo para conceder a uma pobre mulher, que trabalhara a vida inteira pensão à qual tinha direito líquido e certo.

Saí dali impressionado e fui conversar com Juscelino, então Presidente da República. Fiz-lhe ver a necessidade imperiosa de acabar com uma prática que representava inútil desgaste para a administração e era um tormento para todo mundo. Sugeri-lhe

que despachos opinativos e conclusivos abolissem a série interminável de despachos intermediários. Juscelino concordou na hora e mandou chamar João Guilherme de Aragão, presidente do DASP. O mesmo administrador exemplar que foi mais tarde Ministro para Assuntos Econômicos de Juscelino, Secretário-Geral do MEC, durante a gestão do Ministro Eduardo Portella, e é hoje diretor-regional do Senac em Brasília.

Formamos um grupo de trabalho, João Guilherme de Aragão, eu e alguns dos seus assessores. Em menos de um mês tínhamos estudado o assunto e elaborado o Decreto nº 39.510, dispondo sobre o funcionamento de uma Comissão de Simplificação Burocrática (COSB), que Juscelino sancionou no dia 4 de julho de 1956. Decreto tão minucioso e amplo do qual transcrevo uma parte, pois não afirmo nada sem provar.

"O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º – Funcionará, junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público, uma Comissão de Simplificação Burocrática (COSB), constituída de cinco membros, um dos quais servirá de secretário-executivo, incumbida de promover a simplificação nas normas e rotinas administrativas, de modo a evitar a duplicidade de atribuições, excesso de pareceres e de despachos interlocutórios.

Parágrafo Único. O secretário-executivo da COSB atuará em articulação com o Serviço de Organização e Métodos (SOM) que será o órgão de coordenação dos trabalhos de simplificação das normas e rotinas administrativas.

Art. 2º – Incumbe à comissão de que trata este decreto:

a) estudar os meios de descentralização dos serviços mediante delegação de competência, fixação de responsabilidade e prestação de contas da autoridade, pela execução dos trabalhos que se acham sob a sua jurisdição;

b) promover medidas junto aos Ministérios quanto ao exame da situação atual das repartições e das rotinas que merecem providências imediatas de correção;

c) supervisionar as atividades das subcomissões ministeriais abaixo referidas, traçando-lhes normas de sistematização dos trabalhos a serem efetuados."

Em 12 artigos, ficava não só estabelecida a filosofia desburocratizante do governo como detalhada e explicitada a estratégia necessária para implantá-la. E o decreto vinha datado e assinado:

"Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

Juscelino Kubitschek
Nereu Ramos
Renato de Almeida Guillobel
Henrique Lott
José Carlos de Macedo Soares
José Maria Alkimim
Lúcio Meira
Ernesto Dornelles
Clóvis Salgado
Parsifal Barroso
Henrique Fleiuss
Maurício de Medeiros"

Só uma coisa me pergunto: por que meandros da burocracia desviou-se o decreto desburocratizante de Juscelino até o momento em que foi efetivamente dinamizado e aperfeiçoado pelo Ministro Hélio Beltrão?

Se a minha desburocratização custou mais de 20 anos para ser posta em prática, outra sugestão *descomplicadora* foi aceita e imediatamente concretizada: o pagamento em cheque ao funcionalismo. Parece mentira, mas até 1956 os funcionários recebiam os seus salários em metal sonante. Pode-se imaginar o tempo perdido nas enormes filas formadas à frente dos guichês por esse Brasil afora...

O Tempo Reencontrado

O Tempo Reencontrado

"... pourtant lorsque les soirs sculptent le firmament
de leurs marteaux d'ébène, la ville au loin s'étale et
domine la plaine comme un nocturne et colossal
espoir."
(Émile Verhaeren, Les Campagnes Hallucinées)

Dezessete anos depois, voltei como Embaixador a Bruxelas, que havia sido o primeiro posto da minha carreira diplomática. Mais maduro, pude usufruir em toda a sua plenitude a magia do reecontro com a cidade das brumas que, nas palavras de Verhaeren – seu poeta maior – "além de uma cidade é atmosfera e poesia". Um novo ciclo se abria, num *crescendo* diferente, e com o qual eu sequer sonhara. Tais são as surpresas do destino.

Recebi de Juscelino todas as provas inequívocas de amizade e posso dizer, em sã consciência, que jamais faltamos um ao outro. E assim seria, até o fim da minha vida, se a fatalidade não o tivesse arrancado prematuramente do nosso convívio. Eu era Cônsul-Geral em Nova York quando ele me telegrafou comunicando a minha promoção a Ministro Plenipotenciário de 1ª classe – na época, correspondente a Embaixador – e pedindo-me para escolher o posto que desejasse. Fiquei muito feliz com mais essa demonstração de apreço e confiança e tinha certeza de que ele realmente me daria o posto que eu solicitasse. Decidido a não deslocar ninguém, a não passar por cima dos outros – falou mais alto o coleguismo e a solidariedade profissional – respondi-lhe que me mandasse para Cuba, posto vago há algum tempo. Qual

não foi a minha surpresa quando soube que o Itamaraty iria pedir o meu *agrément* ao governo belga. Fiquei aflito pois, em Bruxelas, se encontrava o meu amigo, e um dos mais ilustres diplomatas, Vasco Leitão da Cunha. Disseram-me que o próprio Vasco pedira a sua remoção para Cuba, onde encontraria o clima favorável à sua saúde, mas eu quis me certificar e fui conversar com Maurício Nabuco, meu amigo e do Vasco e, em tudo e por tudo, o meu modelo no Itamaraty. Nabuco não só confirmou aquelas informações como agradeceu-me a elegância do gesto, a seu ver um exemplo para todos os que abraçassem uma carreira como a nossa, dedicada essencialmente a promover o bom entendimento entre os homens. Só depois de receber a aprovação do meu mestre, entreguei-me ao prazer de concordar com a minha designação para a Embaixada em Bruxelas, capital à qual dedicava especial carinho.

A Embaixada do Brasil estava instalada numa mansão senhorial – no imponente e sóbrio estilo dos *hôtels particuliers* das classes nobres e abastadas da Bélgica e da Holanda, na Av. de Tervueren, 245, no belíssimo bairro residencial de Wolwe – Saint Pierre, a pouca distância do centro da cidade, dos Ministérios e do Palácio Real. Separada da rua por uma alta grade de ferro, aberta em dois largos portões, a Embaixada ostentava uma nobre fachada revestida de pedra – em estilo Luís XVI – e dispunha de imensos jardins, cobertos de flores. Em resumo, tinha todas as vantagens que a tornavam única entre as de outras missões diplomáticas de Bruxelas, e apenas um grave defeito: era alugada.

Dispensa defesa a política que recomenda às missões diplomáticas no exterior instalarem as suas sedes em prédios próprios. Assim procedem as grandes nações por razões econômicas

óbvias – haja vista a fortuna pela qual foram vendidas as antigas Embaixadas no Rio. Mas eu vou mais além. Considero a Embaixada de um país – reconhecidamente tão sagrada como qualquer outro milímetro do seu território – uma espécie de *casa paterna* de todos os cidadãos daquele país, um marco, um porto, um ponto de apoio. E, portanto, deve ter um endereço fixo, eterno, com alma e fisionomia próprias, com caráter inconfundível, para sempre marcados na lembrança.

Construída, em 1928, por um belga de família tradicional, Fernand Pisart, de acordo com o projeto do famoso arquiteto holandês M. Brinkman, durante muitos anos a bela casa serviu-lhe de residência. Dizem que a construção, dirigida pelo próprio Pisart, sem o intermédio de empreiteiros, durou cerca de cinco anos, tais as exigências de esmero no trabalho e na qualidade do material. Depois que ele morreu, como a sua viúva residisse nos Estados Unidos durante a guerra, a casa teve um curioso destino. Primeiro, abrigou o General-Comandante das forças alemãs de ocupação; depois, com a mudança da sorte nas armas, foi residência do Marechal Montgomery, comandante das tropas inglesas de libertação.

Mais tarde, por iniciativa do Embaixador Antônio Camilo de Oliveira, foi alugada ao governo brasileiro. Madame Pisart, ciosa da preservação do alto padrão do seu imóvel, para evitar inconvenientes desfigurações, preferiu alugá-lo com os móveis, tapetes e objetos de adorno. E recusava-se a vendê-lo com medo de que viesse a ser demolido e seu imenso parque loteado para a construção de modernos blocos de apartamentos. Consegui convencê-la de que não era esse o objetivo do Brasil – pelo menos

a curto e a médio prazos – e ela viu-se obrigada, pelos altos custos dos impostos, a desfazer-se da sua propriedade e aceitou a minha oferta. E, mesmo antes de concretizado o negócio, já o Itamaraty recebia propostas excelentes de desistir da aquisição por expressiva margem de lucro.

O Itamaraty deu total e imediato apoio à minha sugestão, e José Carlos de Macedo Soares – então Ministro das Relações Exteriores – autorizou a abertura das negociações concretizadas posteriormente durante a gestão do titular da pasta que o sucedeu, Francisco Negrão de Lima. É dever de justiça salientar que, nessas duas fases, coube papel de destaque ao Chefe do Departamento de Administração, Embaixador Fernando Ramos de Alencar, que acompanhou atentamente todos os trâmites da transação imobiliária e, por suas rápidas e eficientes providências, muito contribuiu para que a Embaixada do Brasil pudesse dispor de uma sede condigna em Bruxelas. Na Secretaria-Geral, os Embaixadores Décio Moura e Antônio Mendes Vianna também não se esquivaram em apoiar e prestigiar a iniciativa. Nas medidas complementares da compra, igualmente cooperaram com a sua boa vontade o Chefe da Divisão de Material, Secretário Paulo Brás Pinto e Silva; o Subchefe da mesma, Secretário Francisco José Novais Coelho; e o Secretário Expedito de Freitas Rezende, Assistente do Chefe do Departamento de Administração.

Uma vez efetuada essa primeira compra, parti para a segunda: uma antiestética casinha, colada ao lado esquerdo da Embaixada – pelo sistema de parede-meia. Ciente do nosso interesse, o proprietário do monstrengo recusava-se a vendê-lo. Deu-me muito trabalho, exigiu-me uma paciência franciscana e

grande poder de persuasão mas consegui finalmente comprá-lo e demoli-lo. Até hoje não compreendo como é que o senhor Pisart permitiu a construção daquele pequeno horror grudado à sua bela casa, desfigurando-a. E o engenheiro adormecido em mim mais uma vez despertou.

Ficamos empolgados principalmente com a reconstrução do parque, à qual nos dedicamos, orientando o melhor jardineiro que a Embaixada já teve, um encantador *gentleman*, de cachimbo... Os resultados foram tão extraordinários que durante todo o tempo que passamos em Bruxelas – mais de três anos – nunca compramos uma rosa e a casa vivia repleta de flores.

Como sempre, minhas obras são rápidas e eficientes, tamanho empenho ponho nelas. Para isso, contei com a preciosa colaboração do Arquiteto-Decorador João Maria dos Santos, que por sorte minha se encontrava na Bélgica. Nem preciso falar dos seus talentos, basta mencionar que um júri, altamente qualificado, concedeu-lhe o Grande Prêmio Internacional de Decoração e Arranjo de Interiores, pelo seu magnífico trabalho no pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Bruxelas. Mas é indispensável mencionar que João Maria não ganhou um tostão do Itamaraty: prestou a sua colaboração na reforma da Embaixada a título gracioso, pelo orgulho de servir ao seu país.

E foi um excelente trabalho. Pretendemos e alcançamos, dentro de requintado bom gosto, a modernização do interior da casa, conservando a sua dignidade estrutural. Todo o conjunto em tons discretos, harmoniosos sem serem monótonos, evitando os exageros que fogem aos fins severos de uma residência do chefe de missão diplomática.

Se o projeto não custou nada, sua execução custou o mínimo, pois foi confiada a uma pequena empresa que venceu a concorrência de preços por nós efetuada, a Robert Durart, que assim mesmo ainda acabou nos fazendo um bom abatimento.

Não nos limitamos à residência e seu parque – de quase 7 mil metros quadrados, com duas estufas de plantas ornamentais – transformamos em casa de hóspedes um pequeno pavilhão que, em estado lastimável, existia ao fundo do jardim.

Um diplomata não tem a menor obrigação de ser mestre-de-obras. Talvez por isso, quando tudo ficou pronto, recebi de Fernando Ramos de Alencar uma carta em que, entre outras coisas, me dizia:

> "... Sinto ser da minha obrigação agradecer-lhe o grande auxílio que deu à minha gestão no DA, proporcionando-me a oportunidade de realizar transação tão vantajosa para o Itamaraty. Isso queria dizer-lhe da maneira mais sincera e espontânea.

Neste capítulo, não posso deixar de acrescentar que também tratei de melhores instalações para a nossa chancelaria. Quando lá cheguei, ela funcionava na Avenue Louise, 108. A localização não podia ser melhor, mas o imóvel, antiga residência familiar precariamente adaptada, era velho e inadequado. Após autorização do Itamaraty, transferi a chancelaria para um modernísimo edifício comercial na esquina da Rue *de la Science* com a Rue *de la Loi,* onde ocupamos a ala principal do segundo pavimento. E, entre a ciência e a lei, ficamos muitos anos mais.

Recordações de Bruxelas

O protocolo da Corte estabelecia que, depois de apresentadas credenciais ao Rei Balduíno em cerimônia pomposa, os chefes de missões diplomáticas visitariam o ex-Rei Leopoldo III no próprio Palácio Lacken, onde ele residia. Gesto delicado de devoção filial ao monarca destronado. Nessas ocasiões, éramos recebidos não só pelo ex-Rei Leopoldo III como também pela Princesa Rethy.

Elegante, instruída, finíssima e bela, a princesa nunca foi aceita pela alta sociedade belga, que não lhe perdoava a precedência nas festas da corte. Naquela época, Balduíno ainda não era casado e a princesa, para desgosto da nobreza local, exercia o papel de primeira-dama. Em sua devoção à Rainha Astrid, incapaz de esquecer sua adorada soberana tragicamente morta num acidente, em plena juventude e beleza, o povo também hostilizava a sua sucessora. Talvez toda essa antipatia fosse atraída apenas pela sua fulgurante presença. Ainda me lembro dela, num grande baile no Palácio Real, vestida por Dior da cabeça aos pés, toda de branco, longa capa de cauda e tiara de brilhantes.

Essa festa, aliás, merece um reparo especial. Com as agruras da guerra e da política, há mais de 30 anos os salões do Palácio Real não se abriam para um grande baile. Assim, no primeiro depois de tanto tempo, o rei viu-se obrigado a fazer uma longa lista de convidados... mais de 1.500 pessoas. A nobreza, a política, o Corpo Diplomático, a administração, os fornecedores do rei e outras dezenas de categorias. Apinhado, o imenso palácio não coube para tanta gente que se espalhou pelos jardins e – literalmente falando –

subiu pelos postes. Felizmente a família real reservou uma sala, onde se podia respirar, para a nobreza, os diplomatas e os amigos mais chegados.

Outro acontecimento social importante na vida da Corte era o *garden-party* oferecido anualmente no Palácio de Lacken.

A Exposição Universal de Bruxelas

Nossa vida social, já intensa dentro da Bélgica, e por ser a Bélgica tão próxima de tantos países europeus onde tínhamos grandes amigos, chegou a paroxismos inéditos por ocasião da inauguração da Exposição. Laís já tinha medo de atender o telefone, pois quando lhe perguntavam "adivinhe quem está falando!" podia ser qualquer um, vindo de qualquer parte do mundo: uma irmã do Xá do Irã, uma colega do Brasil, um representante diplomático na Europa, um banqueiro americano ou um armador grego. Adorávamos as visitas, apenas não conseguíamos nos desdobrar para recebê-los todos – à nossa moda mineira, carinhosa e amiga – por mais jantares que improvisássemos, ou bailes, ou chás, ou excursões...

Laís se desdobrava para recepcionar a todos, apesar da responsabilidade de dirigir uma casa imensa e um batalhão de empregados. Como fez no dia em que Elza Maxwell chegou a Bruxelas de surpresa e telefonou perguntando se podia levar lá em casa uma amiga dela... Maria Callas. Organizou-se às pressas uma recepção digna da famosa cantora que, agradecida, ficou nossa amiga para o resto da vida.

Já no fim de 1956 estava eu às voltas com a famosa Exposição de Bruxelas que se inauguraria em 1958. Tinha quase dois anos pela frente mas não perdi um minuto, tão grande anunciava-se o trabalho.

Minha primeira providência foi convidar Sérgio Bernardes para projetar o pavilhão do Brasil. Esse homem que eu sempre admirei, que deixou a marca do seu gênio espalhada pelo mundo em memoráveis obras de arquitetura, criou comigo laços de amizade definitiva. Pois somos parecidos em muitas coisas, entre as quais o entusiasmo febril e o trabalho ritmado e minucioso. Nem ele nem eu temos medo de problemas, se decidimos enfrentá-los, um a um, à medida que forem aparecendo.

Sérgio acedeu imediatamente ao meu convite indo a Bruxelas, onde se hospedou conosco para traçar os planos iniciais. Lembro-me que fazia um frio terrível e ele, não satisfeito com a excelente calefação da Embaixada, passava os dias trabalhando enfiado no casaco de peles da mulher. Para horror da nossa camareira, que o considerava completamente louco.

Acabamos montando na Embaixada um verdadeiro escritório a serviço do pavilhão do Brasil. Sérgio confiou a parte estrutural a Paulo Fragoso e Eduardo de Barros.

E eu ali, esforçando-me para que o meu país fizesse um papel bonito naquela mostra. Aflito porque o dinheiro não havia ainda chegado do Brasil, assinei uma promissória avalizada por Sérgio, e levantamos num banco o dinheiro para as despesas iniciais. Parecíamos um bando de fanáticos dispostos a salvar o mundo, trabalhando noite e dia. E fomos conseguindo tudo, graças não só ao meu empenho mas, sobretudo, à capacidade oceânica e incansável de Sérgio.

Nós não acreditávamos só no Brasil, acreditávamos também em nós mesmos e na vibratilidade do nosso companheirismo, onde destaco a cooperação de Caio de Lima Cavalcanti, Ministro de Assuntos Econômicos, pessoa das mais escrupulosas e exigentes, que eu designei para zelar pela aplicação dos recursos – que acabaram chegando do Brasil – destinados à construção do pavilhão.

Da fase da decoração, encarregou-se Wladimir Murtinho, hoje Embaixador. E os jardins ficaram por conta do genial Roberto Burle Marx que, com o seu talento, soube traçá-los maravilhosamente dentro da mesma linha de criatividade que presidira ao arrojado projeto da obra arquitetônica.

Para Comissário-Geral foi escolhido o Dr. Edgar Baptista Pereira, homem dinâmico e correto, que se mostrou inexcedível no cumprimento de suas funções.

Teve o Dr. Edgar Baptista Pereira a cooperação de Caio de Lima Cavalcanti, Ministro de Assuntos Econômicos da Embaixada, escolhido como Comissário-Geral Adjunto, e funcionando como Comissários Francisco Lisboa Figueira de Melo, José Augusto de Queiroz, Alondo Caldas Brandão, Cônsul Michael Corbett e Oswaldo Behn Franco, e como Administrador-Geral Terêncio Furtado de Mendonça Porto. Os demais membros do Comissariado foram os seguintes: Comissão técnica – Wladimir Murtinho, Presidente; Sérgio Wladimir Bernardes, Arquiteto-Chefe; Nicolai Fikoff, Arquiteto-Assistente; Max Winders, Arquiteto de Consulta; João Maria dos Santos, Decorador-Chefe; Eduardo Anahory,

Decorador-Assistente; Jack van de Beuque, Decorador-Assistente; Artur Lício Pontual, Decorador-Assistente; Libbe Smit, Encarregado da Iluminação; Mário Dias Costa, Encarregado do Serviço de Publicações; Serviços especiais – Herculano Borges da Fonseca, do Banco do Brasil; Octavio Cintra Leite, do Instituto do Café; Fernando Balaguer, do Instituto do Mate; Orlando Gomes Calaza, do Ministério da Educação; Jorge de Carvalho Britto Davis, Informações comerciais; Secretariado – Stella Baptista Pereira, Renée Prueffer, Maria José Nonnenberg e Lucy Teixeira.

Um competente corpo de lindas *hostesses* – moças educadíssimas, bem-informadas e poliglotas – encarregou-se do contato direto com o público, orientando-o, respondendo a todo o tipo de perguntas, resolvendo problemas os mais variados. As jovens primas Lourdes e Helena de Brito e Cunha, Lúcia Cortez, Lygia Coutinho e tantas outras deram um belo exemplo da classe, da cultura e do dinamismo da mulher brasileira. Numa exposição farta de nomes famosos, uma das recepcionistas do pavilhão americano era Lee Bouvier, irmã de Jacqueline Kennedy Onassis, que se casou mais tarde com o Príncipe Stanilas Radzwill.

Não é de se estranhar que o pavilhão do Brasil – que basicamente reproduzia os ciclos econômicos da nossa história – ganhasse o grande prêmio da Exposição Universal de Bruxelas – 1958. Convém salientar que o pavilhão do Brasil custou cerca de 200 mil dólares, ao passo que pavilhões como os dos Estados Unidos e da Rússia custaram mais ou menos 5 milhões de dólares.

Festejando a Exposição

Nem preciso dizer que quem estava na Europa em 1958 – residente ou de passagem, brasileiro ou amigo de outras plagas – deu pelo menos um pulo a Bruxelas para visitar a Exposição ou participar de alguns dos festejos que promovemos. O prédio principal e o pavilhão de hóspedes viviam com lotação esgotada. Por ocasião da inauguração, houve dois acontecimentos principais dignos de registro: primeiro, organizamos um concerto, depois o grande baile – era moda naquela época – ao qual acorreram personalidades do mundo inteiro.

O concreto, para um grupo fechado de amigos mais íntimos – cerca de uns cem – foi regido pelo próprio maestro Villa-Lobos, que executou, entre outras, para enlevo dos presentes, as suas *Bachianas...* Isso foi na véspera da abertura da Exposição e estava entre nós a Rainha Elizabeth, mãe de Leopoldo. Uma grande personalidade, charmosa como uma marquesa de ilustrações francesas, cheia de vida e participação. Tendo demonstrado vivo interesse em conhecer o nosso pavilhão, Laís concordou em exibi-lo para ela antes da inauguração oficial. Esse oferecimento, feito *ex abundantia cordis,* custou-lhe caro. Nossos últimos convidados despediram-se alta madrugada e, antes das dez horas da manhã, a rainha passou por lá para buscar minha mulher. E juntas percorreram o pavilhão do Brasil, palmo a palmo. A Rainha Elizabeth, interessadíssima por tudo, pedindo referências exatas sobre os cristais da Bahia, o Ciclo do Café, a cana-de-açúcar, a altura do Corcovado... Laís partindo para a improvisação do seu fecundo imaginário...

Depois houve o baile, para festejar o prêmio concedido ao pavilhão do Brasil. Burle Marx encarregou-se da decoração dos salões da Embaixada, com centenas de orquídeas e antúrios trazidos de avião do Brasil como oferta da Panair. Havia duas orquestras e os nossos jardins iluminados pareciam saídos de um conto de fadas. Estava todo mundo! De Londres veio nosso mais constante *freguês* e exigente hóspede, o Embaixador Assis Chateaubriand; de Paris, um expressivo contingente: o Embaixador Caio de Mello Franco e a Embaixatriz Iolanda; o Príncipe Jean-Louis de Faucigny Lucinge, que viria a se casar com a brasileira Sylvia Regis de Oliveira; vestida pelo seu predileto Balmain, a eternamente elegante Perla Lucena – hoje Mattisson – nossa grande amiga e madrinha de casamento de minha filha Cláudia; o simpático casal de São Paulo, Sérgio e Renata Mellão, o jovem Barão Edmond Rothschild, então solteiro e cobiçado; Paulo Carneiro e sua mulher; Elza Maxwell e os brasileiros, Ary e Adelaide de Castro; Sarah Kubitschek e as filhas; Célia Braga, Lúcia Cortez, Lourdes e Helena de Brito e Cunha, e tantos outros que me falha a memória; da Bélgica, a nobreza e a alta sociedade em peso, lideradas pelos Príncipes de Ligne. Sem falar, é claro, do nosso grande amigo e colega: Porfírio Rubirosa.

Porfírio era Embaixador da República Dominicana em Bruxelas. Homem encantador, cheio de alegria e *savoir-faire* e, além do mais, excelente cozinheiro... Certo dia, não só providenciou, para uma festa nossa, uma maravilhosa orquestra de Saint-Tropez – cidade que só ele praticamente conhecia naquela época – como encarregou-se de preparar um feijão delicioso à moda dominicana.

Num desses vários jantares oferecidos à época da Exposição, cometi a maior gafe da minha vida. Sentado à mesa em frente a um senhor francês que passou a noite discursando – com grande conhecimento de causa – sobre navios e embarcações, apesar dos sinais frenéticos que me fazia Laís, de outra mesa, dirigi-me a ele, o jantar inteiro, como se fosse um armador. Só mais tarde soube que se tratava de Maurice Druon, escritor francês, membro da Academia, famoso sobretudo por seus livros históricos como *Les Rois Maudits* e tantos outros *bestsellers.*

Assis Chateaubriand não parava em Londres. Volta e meia aparecia em Bruxelas, sempre exigindo uma coisa que é do meu feitio oferecer: jantares, almoços, regados a bons vinhos, muita alegria e lindas mulheres.

Mas uma das maiores alegrias que tive em Bruxelas foi conviver com a inteligência de Otto Lara Resende, mineiro como eu, que havia sido nomeado Adido Cultural na Bélgica. Tive o prazer de desfrutar intimamente da companhia agradável e humana do autor de *Boca do Inferno, O Lado Humano*, e tantos outros livros devorados pelos seus leitores. Redescobrir a Europa com ele – em nossas inúmeras andanças – foi uma verdadeira glória. Imprevisível, original, Otto tem uma imensa febre de viver, uma paciência infinita de conhecer pessoas. A única vez que o vi fugindo do convívio social foi por ocasião da sua eleição para a Academia Brasileira de Letras, quando seus amigos tiveram que praticamente arrastá-lo para que fizesse as visitas de praxe aos acadêmicos.

Os ilustres visitantes

Nunca fui sectarista e, sobretudo no exercício de minhas funções diplomáticas, nunca discerni entre os adeptos da situação e os que a ela se opunham.

Recentemente derrotado por Juscelino nas eleições presidenciais, o Marechal Juarez Távora foi a Bruxelas visitar Caio de Lima Cavalcanti, seu amigo. Percebendo a situação constrangedora em que se encontrava – os embaixadores todos fugiam dele – ofereci-lhe uma recepção de 300 pessoas e levei-o para visitar o rei. Sabedor do fato, Juscelino escreveu-me: "Era exatamente isso que eu desejava que você fizesse."

E por que não receber condignamente Juarez Távora, um homem tão identificado com as causas do seu país desde 1930? Mostra-se que um país é realmente democrático agindo abertamente, sem ódios e ressentimentos políticos.

Um belo dia, terminávamos tranqüilamente de almoçar – por acaso estávamos os quatro sozinhos: Laís, eu, Cláudia e Bernardo – quando o porteiro-chefe da Embaixada veio nos avisar, cheio de dedos e com um leve tom de reprovação na voz: – Está aí fora um casal de brasileiros com duas crianças, armas e bagagens. Não compreendi bem o nome, a senhora é muito bonita mas ele usa umas botas de cano longo...

Levantei-me imediatamente para ver quem era. E tive o prazer de receber o Vice-Presidente em exercício do Brasil, Jango Goulart, acompanhado de Maria Teresa, Denise e João Vicente.

Um tanto intimidado, falando em tom suave como era seu costume, Jango perguntou-me se estaria disposto a hospedá-lo

na Embaixada pois, viajando de carro pela Europa com a família, vira-se obrigado a fazer aquela parada inesperada em Bruxelas, onde não tinham reservas em hotel.

Imediatamente mandei preparar para eles o pavilhão de hóspedes e eles gostaram tanto da acolhida – inclusive porque seus filhos puderam brincar à vontade no parque com os nossos – que a parada programada inicialmente para três dias estendeu-se por uma agradável estada de uma semana.

Em Busca de Novos Mercados para o Brasil

Em Busca de Novos Mercados para o Brasil

Encontrava-me como Embaixador em Bruxelas quando recebi um chamado do então Ministro das Relações Exteriores Francisco Negrão de Lima, em seu nome e no do Dr. Lucas Lopes, titular da Fazenda, para chefiar uma missão ao sudeste da Ásia. A missão especial foi constituída pelo Dr. Francisco de Paula Assis Figueiredo, representante do Conselho do Desenvolvimento; o Coronel Arthur Napoleão Montagna de Souza, representante do Grupo Executivo da Indústria Automobilística; Sr. Arnaldo Walter Blank, gerente da Carteira de Comércio Exterior; Sr. Lázaro Baumann das Neves, assessor técnico da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil; Secretário Paulo Amélio do Nascimento Silva, do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores. E funcionou também como auxiliar da Missão Especial a Sra. Dulcinéia de Mendonça Vargas Moreira.

Os objetivos dessa missão foram definidos pelos dois Ministérios responsáveis como sendo os de coleta de dados e informações exatas sobre a estrutura econômica dos países do sudeste asiático, seus sistemas de comércio exterior e pagamentos, bem como sobre as possibilidades de colocação, nesses mercados, de produtos brasileiros, quer agrícolas quer industriais, e,

reciprocamente, sobre a eventual colocação no Brasil de produtos dos países visitados. Tratava-se, portanto, de uma missão *fact-finding*, cuja principal finalidade era a de trazer uma fotografia econômica e comercial, tão completa quanto possível, dos países incluídos em seu itinerário oficial, de forma a permitir que os exportadores e importadores brasileiros tomassem conhecimento de uma nova área de comércio, a respeito da qual quase nada se conhecia no Brasil.

Durante a missão especial observei que a característica mais marcante do comércio exterior brasileiro, no que se referia à exportação, era a falta de *agressividade*. País com sua pauta de exportação composta basicamente de produtos de relativa inelasticidade de demanda, habituamo-nos a uma mentalidade passiva, esperando que o comprador viesse à nossa porta ao invés de irmos oferecer nossa mercadoria junto aos possíveis interessados. Assim, pôde a missão especial verificar, ao longo de seus contatos com exportadores e importadores de várias praças, como Cingapura e Hong Kong, que o Brasil e seus produtos de exportação, até mesmo o café, eram praticamente desconhecidos ou figuravam nas estatísticas com números irrisórios.

Num mundo que se caracterizava pela aspereza da luta pelos mercados novos, na qual se utilizavam todos os recursos da moderna técnica de comerciar, o exportador brasileiro se apresentava ainda munido de arco e flecha, sem catálogos, sem mostruários, sem listas de preço, sem conhecer as peculiaridades de cada mercado, sem agentes ou representantes, em suma, sem mentalidade exportadora.

Por outro lado, estava ainda o exportador brasileiro habituado a depender em demasia da ação governamental. Não

defendi uma abstinência radical do governo e sim um traçado de linhas gerais da política de comércio exterior, restringindo sua interferência na *execução* desta política àqueles casos em que a iniciativa privada se revelasse insuficiente ou inadequada.

Abordei também a situação do café fazendo sugestões para a entrada deste produto nos mercados visitados e defendendo uma ação conjugada entre os produtores de café e o IBC, com vistas a conquistar novos mercados e manter os já existentes, evitando a deterioração da posição do café diante da concorrência africana e asiática.

Pareceu-me ser indiscutível que o principal esforço brasileiro devia orientar-se, paulatinamente, para a diversificação da pauta exportadora, incluindo outros produtos que não os primários, de modo a evitar os inconvenientes experimentados por toda e qualquer economia reflexa.

Durante a visita oficial à Tailândia, tive ocasião de abordar o assunto do estabelecimento de relações diplomáticas formais entre o Brasil e a Tailândia. Acentuei que sua importância como país importador e exportador havia pesado em nossa decisão de criar em Bangkok uma Embaixada efetiva, salientando nosso desejo de participar mais ativamente do mercado importador tailandês, não só com o café e outros produtos agrícolas, mas também com produtos acabados, assim como sublinhei que esse país era um dos grandes fornecedores de estanho e borracha, produtos de que o Brasil era forte consumidor. Recebi a afirmação de que o governo tailandês teria o maior prazer em colaborar com a missão especial, e, futuramente, com a Embaixada do Brasil em Bangkok, cuja criação seria de grande importância para a Tailândia pois, sendo o

mercado tailandês livre nas suas importações, a penetração de um novo exportador dependeria essencialmente do seu grau de competição.

Finalmente, durante a minha estada em Bangkok, foram formalmente estabelecidas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia na categoria de Embaixada, sendo trocadas notas por mim e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bangkok, no dia 17 de abril de 1959. O titular da referida pasta, Sr. Thanat Khomann, havia sido meu colega nas Nações Unidas, onde desenvolvemos laços de amizade e, por isso, os trabalhos da nossa missão tiveram uma redobrada cooperação no governo tailandês.

Também nas Filipinas aproveitei a oportunidade de meus contatos, durante a missão especial, para sondar a posição do governo filipino com respeito ao estabelecimento de relações diplomáticas formais. Verificando haver em Manila verdadeiro interesse pela questão e entendendo que ao governo brasileiro conviria apressar o andamento da matéria, tive entrevista com o Presidente da República das Filipinas, na qual acertei definitivamente os detalhes para a criação de uma missão diplomática efetiva no país.

Em Kuala Lumpur, entrei em contato com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a fim de verificar se seria possível apressar o estabelecimento formal de relações diplomáticas entre o Brasil e a Federação Malaia.

Havia a necessidade de consultar previamente o seu Embaixador em Washington, já que o governo da Malaia tinha a intenção de confiar-lhe a representação cumulativa no Rio de Janeiro, verificando que tal representação não significaria uma

sobrecarga demasiada que o impedisse de bem desempenhar suas funções junto ao governo brasileiro.

Foi-me prometido que seria dado tratamento urgente à questão e manifestando-me, ao mesmo tempo, o interesse em serem estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil, que seria assim o primeiro país da América Latina a fazê-lo.

Constatava-se que, sendo os objetivos de nossa missão a obtenção de um estudo sobre a estrutura econômica dos países visitados, seus sistemas de comércio exterior e a possibilidade de incremento no comércio com o Brasil, chegou-se à conclusão de que:

a) era necessária a presença física nessas áreas, com o estabelecimento de relações diplomáticas normais para melhor relacionamento político;
b) a complementação do estabelecimento das relações diplomáticas seria o permanente contato entre empresários, através da abertura de agências brasileiras de exportação (*trading companies)* para encurtar a distância da comercialização dos nossos produtos num contato direto com os compradores e consumidores. Teríamos, assim, a vantagem do conhecimento das preferências e dos hábitos da população, dos competidores, dos preços e das nossas deficiências;
c) como conseqüência direta dessa expansão seguiam-se outras atividades subsidiárias para facilidade do intercâmbio, como agências bancárias públicas e privadas, não só nos novos mercados, como também nos tradicionais.

Várias das sugestões que apresentei no relatório sobre a missão especial foram adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda e órgãos da administração pública brasileira.

Nos últimos anos o Brasil passou a adotar uma política agressiva em busca de novos mercados para a exportação de produtos brasileiros.

A figura central de todo esse movimento é o Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, desde 1971.

Tive o orgulho de tê-lo, na Embaixada do Brasil em Roma, como colaborador dos mais eficientes, quando ainda era Primeiro-Secretário.

O Embaixador Paulo Tarso, que tem a confiança do Chanceler Saraiva Guerreiro, é homem que não mede esforços para obter divisas para o Brasil, direta ou indiretamente. Promoveu a entrada do Brasil no mercado dos países do Terceiro Mundo, obtendo contratos para a construção de ferrovias, além de outros que implicam exportar a tecnologia brasileira. Chefiou missões acompanhado de empresários em vários pontos do mundo, seja na África negra, no Oriente Médio e mesmo na América do Sul. Acompanha sempre o Presidente João Figueiredo com empresários nas suas viagens que são, de ordinário, programadas com vistas ao entrosamento direto entre os empresários brasileiros e os dos países visitados.

Por essas e por outras razões, o Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima foi escolhido o Homem de Visão de 1981, tradicional prêmio que é conferido pela revista *Visão*.

Em Roma como os Romanos

Em Roma como os Romanos

Através deste livro, já tive oportunidade de expor, aqui e ali, muitas das minhas idéias sobre a fascinante carreira diplomática à qual me dediquei com muito entusiasmo. Talvez não seja demais acrescentar que um dos segredos do seu fascínio é a visão ampla e total que ela nos possibilita do nosso próprio país. Visão abrangente, construída passo a passo.

Muito se tem falado dos inconvenientes a que estão sujeitos os diplomatas e as suas famílias, obrigados a levantar acampamento mal acabam de criar raízes num lugar. Se, pelo lado afetivo, esses inconvenientes ocorrem, por outro lado – o da total maturação como indivíduo e como cidadão – são absolutamente indispensáveis e enriquecedores. Não é o mundo, apenas, que um diplomata acaba conhecendo, é também, e sobretudo, a sua própria pátria, pois dois países nunca se relacionam da mesma maneira nem dividem os mesmos interesses. No meu caso, a cada novo posto, era um pouco mais do Brasil que eu aprendia a conhecer e a amar.

Quando, em novembro de 1959, vim ao Rio de férias, Juscelino me convidou para assumir a chefia da nossa Embaixada em Roma. Agradecido a mais essa prova de confiança do Presidente, comecei sem perda de tempo, e como sempre foi do meu costume,

a me preparar para ocupar condignamente e com conhecimento de caso o meu cargo.

Minha primeira surpresa foi constatar o número de repartições brasileiras existentes em Roma. Embaixada, Chancelaria, Consulado, Serviço de Imigração, Escritório Comercial, Lóide Brasileiro, Instituto do Café, Instituto Cultural Brasil-Itália, Câmara do Comércio e mais algumas, todas absolutamente indispensáveis ao bom entendimento dos dois países. Preocupado, tratei de entrar em contato com o Grupo Interparlamentar Brasil-Itália, presidido pelo Deputado Ranieri Mazzili, e com o Encarregado de Negócios da Itália, no Brasil, Carlo Enrico Giglioli.

Das nossas longas conversas, deduzi que o ideal seria a criação de uma Casa do Brasil, em Roma, capaz de abrigar todas as repartições acima mencionadas, além dos escritórios da Panair e das companhias de turismo e navegação ligadas ao Brasil. Capaz ainda de receber as delegações brasileiras junto à FAO e outras conferências internacionais. Enfim, precisávamos de uma verdadeira *Cidade do Brasil* dentro da cidade de Roma. E fomos conversar com Juscelino.

Escusado dizer que Juscelino adorou a idéia: construir *cidades* era com ele mesmo... E pediu-me que pusesse imediatamente o preto no branco. Dias depois, apresentei ao Ministro das Relações Exteriores, Horácio Lafer, um projeto, que o Ministério consubstanciou na Exposição de Motivos nº 29 de 2 de março de 1960, que submetia à aprovação do Presidente os planos para a construção da Casa do Brasil em Roma.

No mesmo dia, Juscelino aprovou essa exposição de motivos com o seguinte despacho, no qual transparece o seu

entusiasmo: "Aprovado. Recomendo ao Ministério das Relações Exteriores e da Fazenda tomarem, em caráter de urgência, todas as medidas sugeridas na presente exposição de motivos, bem como as complementares que se fizessem necessárias. Designe-se o arquiteto Oscar Niemeyer para organizar o projeto."

E, em caráter de urgência, lá fui eu para Roma a fim de assumir a Embaixada, tendo como primeira obrigação procurar um terreno onde se edificaria um prédio à altura das tradições brasileiras. Mal apresentei as minhas credenciais, solicitei uma audiência ao Presidente da República Italiana, Giovanni Gronchi, com o objetivo de verificar a possibilidade da doação, pelo governo italiano, de um terreno que conviesse às finalidades da Casa do Brasil, em reciprocidade à doação, feita pelo governo brasileiro, de um terreno destinado à construção da Embaixada da Itália em Brasília.

O Presidente Gronchi foi amabilíssimo, o prefeito de Roma, encantador, os deputados, extremamente solícitos e prestimosos. Mas, tornou-se logo evidente, os únicos terrenos disponíveis em Roma para serem doados ficavam muito longe da velha Roma, no novo bairro da EUR. Realmente, sendo Roma um pouquinho mais velha do que Brasília, a reciprocidade, em termos práticos, era impossível...

Palácio Doria Pamphili

Passei a procurar um terreno para comprar no centro da cidade. Sem perceber, a princípio, que estava instalado no próprio: no terreno ideal, no Palácio Doria Pamphili.

Em fins de 1959, às vésperas de sua aposentadoria, o então Embaixador do Brasil, Adolpho Cardozo de Alencastro Guimarães, informou à Secretaria do Ministério das Relações Exteriores que a Princesa Orietta Doria Pamphili lhe havia manifestado o seu propósito de vender o palácio da Praça Navona, cujo *piano nobile* a nossa Embaixada ocupava há mais de 40 anos, por um bilhão, oitocentos e seis mil e quinhentas liras. Excluindo-se da venda a Igreja de Santa Inês e o Colégio Pamphili. Mas, nessa ocasião, não se pensara ainda na aquisição de uma Casa do Brasil em Roma e a soma parecia excessiva para a compra de uma sede de Embaixada.

Estava eu em plena caçada ao terreno ideal, quando chegou a Roma o Ministro Antônio Francisco Azeredo da Silveira, então Chefe do Departamento de Administração, que prontificou-se a me ajudar nessa procura. Embora recorrêssemos ao assessoramento da Banca Nazionale del Lavoro, as dificuldades revelaram-se insuperáveis. Além de serem elevadíssimos os preços dos terrenos, existia em Roma uma série de exigências, arquitetônicas e arqueológicas, que eliminavam totalmente a possibilidade de se construir, no centro da cidade, um edifício moderno e arrojado como era a intenção do governo brasileiro.

De repente, percebi que a única saída, em Roma, era fazer como os romanos: comprar um palácio. E que palácio havia em Roma melhor do que o *nosso*?

Sem falar na localização absolutamente ímpar – a dois passos do Corso Vittorio Emanuele, a três, da Villa Borghese – na mais bela praça da cidade, ponto de turismo obrigatório, o palácio dispunha de esplêndidos salões e área capaz de comportar todos os órgãos e repartições que se pretendia para a Casa do Brasil.

Devo dizer que o Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, de passagem por Roma, era um dos entusiastas da compra do Palácio Doria Pamphili e me dizia que eu saberia enfrentar os trabalhos de sua restauração. Também muito me incentivaram o então Ministro-Conselheiro Sérgio Correa da Costa e o Primeiro-Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Designei então uma comissão, integrada pelo Ministro-Conselheiro Sérgio Correa da Costa, pelo Ministro para Assuntos Econômicos, Arízio de Vianna, e pelo Primeiro-Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, para entrarmos em entendimentos com a Princesa Doria Pamphili e estudarmos a situação de várias famílias e instituições – até mesmo um pensionato – que há anos ocupavam os outros andares do palácio.

Nessa ocasião, Juscelino foi a Lisboa, acompanhado do Ministro Horácio Lafer, e eu decidi ir até lá conversar pessoalmente com eles. Acertado o assunto, voltei a Roma e, depois de infindáveis negociações, ainda consegui um abatimento de última hora e, no dia 31 de agosto de 1960, foi assinado um contrato de promessa de compra e venda do Palácio Doria Pamphili pelo preço de 900 mil dólares. Três dias depois, recebi da Secretaria de Estado o seguinte telegrama:

"Congratulo-me com Vossa Excelência e rogo aceitar os meus agradecimentos pelo inestimável serviço que prestou ao Itamaraty ao negociar com grande êxito e alto senso prático a aquisição do Palácio Doria Pamphili, que tanto enriquece o Patrimônio Nacional. Vossa Excelência, mais uma vez, com espírito público e amor à Casa, traz à solução do problema de nossas missões diplomáticas uma contribuição memorável."

Finalmente, a 17 de outubro – sete meses depois da minha chegada a Roma, foi lavrado o contrato definitivo de compra e venda, registrado no I Ufficio Atti Pubblice de Roma, sob o nº 4.814.

Nem pude celebrar em paz a vitória pois a imprensa italiana abriu, indignada, as baterias contra a transação. Construído em meados do século XVII pelo arquiteto Girolamo Rainaldi – mas traindo a intervenção de Francesco Borromini, o colaborador de Bernini – o Palácio Doria Pamphili era considerado na Itália uma jóia rara do estilo barroco. Os jornais lembravam o grande desgosto que representara a venda do Palácio Farnese para a Embaixada da França, no princípio do século, e como o protesto público havia conseguido sustar a do Palácio Barberini.

L'Unità, órgão do Partido Comunista, bradava: "O Ministério Público afirma não ter sido ainda informado da venda do Palácio Doria Pamphili, uma das construções mais significativas da sua época. Do seu lado, o senhor Hugo Gouthier, Embaixador do Brasil, afirma que já assinou contrato de compra e venda."

"O Palácio é adornado de belíssimos afrescos e inúmeras obras de arte... seu ornamento maior é a grande galeria projetada por Borromini e pintada por Pietro da Cortona... por essas e por outras razões, esperamos que o governo encontre verbas para impedir a sua venda a um país estrangeiro." Afirmava em longo artigo *Il Messagero.*

"O Estado deve comprar o Palácio Doria Pamphili." *"Não,* à venda do Palácio Pamphili." "Uma iniciativa perigosa para o Palácio" eram algumas das manchetes que conclamavam os italianos a sustarem a venda do que consideravam valiosa peça do seu patrimônio histórico e cultural.

"A venda do Palácio Farnese, ao governo francês, foi realizada, em parte, por ódio à Itália. Por extremo despeito de sua proprietária, Maria Sofia (Duquesa da Baviera, última rainha das Duas Sicílias) revoltada com a nação que a privara de seus domínios. A venda ao Brasil do Palácio Pamphili é feita unicamente para pagar impostos. A filha e herdeira de Filippo Doria Pamphili, o príncipe antifascista que protegeu os judeus e foi prefeito de Roma depois da libertação, poderia cedê-lo ao Estado como pagamento do imposto de transmissão. Mas não existe ainda na Itália uma lei que permita ao fisco aceitar um monumento em vez de dinheiro, por mais insigne e notável que ele seja." Queixava-se o *L'Espresso Mese.*

Sem abrir mão dos direitos do Brasil assegurados pelo contrato de venda, procurei tranqüilizar a opinião pública italiana e recebi com carinho e distinção os representantes da imprensa. Pois a questão pegou realmente fogo com a carta da Associação Nacional para a Tutela do Patrimônio Artístico da Nação, *Itália Nostra,* publicada por *L'Unità, Paese Sera* e *Momento-Sera.* A carta, depois de fazer um breve histórico do palácio e de mencionar as pinturas de Pietro da Cortona, Poussin e outros artistas, afirmava ser absolutamente indispensável que o governo italiano, considerando a ocasião particularmente favorável, se substituísse ao governo do Brasil, exercendo o seu direito de opção. Acrescentava, ainda, que o preço era vantajoso e que se o Estado não agisse, o palácio correria o risco de ser gravemente alterado em sua fachada e interiores.

Dado o prestígio da associação Itália Nostra, constituída das figuras mais representativas do mundo das letras, das artes e da

ciência, apressei-me em responder à sua carta. Resposta que foi fartamente divulgada.

"O Embaixador Hugo Gouthier afirma que não pretende levar o Palácio Doria Pamphili para o Brasil", comentava o *Telesera.*

Il Tempo, um dos órgãos mais tradicionais da Itália, publicava na íntegra na primeira página, a minha carta da qual reproduzo um pequeno trecho:

"Todas as obras que estamos fazendo foram escrupulosamente idealizadas e delineadas de acordo com a Superintendência de Belas-Artes e Monumentos do Lácio, que nos tem dado toda a sua inestimável assistência... Essa fiscalização não somente foi aceita pela Embaixada como foi desejada e solicitada por nós, a fim de que o Palácio possa ser restaurado na sua pureza arquitetônica primitiva."

A História

A origem e a etimologia das palavras sempre me fascinou. A da aprazível e harmoniosa Piazza Navona é um exemplo bem divertido. Até hoje, ela conserva a forma oblonga das suas origens: Circo de Domiciano (51-96 A.D.), depois, Circo do Imperador Severo Alessandro (235 A.D.) construído sob as ruínas do primeiro. E, no nome, guarda os ecos de suas funções passadas. Eram circos de luta e chamavam-se *Agone* – do grego *Agôn*, que quer dizer combate, e deu em português *agonia*... Agone, Nagone, Navone, Navona...

Terminada a era das liças em praças públicas, já por volta de 1600, vivia em Roma uma mulher sedutora e maquiavélica,

Olimpia Pamphili, nascida Maidalchini. Graças às suas intrigas, ela conseguiu fazer nomear Papa o seu cunhado, Giambattista, que reinou sob o nome de Inocêncio X. Um péssimo pontífice que, sob a influência terrível daquela mulher, só fez abusar da autoridade e tratar de enriquecer-se. Olimpia mandava e desmandava, pelo que eu pude aprofundar. Para ela, Inocêncio X fez construir o palácio e demolir as velhas edificações que circundavam a praça, substituindo-as por novas no estilo que era o furor da época: o barroco. Felizmente, em matéria de arte, a nefanda senhora tinha bom gosto, pois chamou Gian Lorenzo Bernini para fazer as três fontes que decoram a praça, lá instalando também o obelisco – cópia romana da arte egípcia – que adornava o Circo de Macêncio, na Via Appia Antica.

Que me perdoem os meus leitores, mas não resisto à tentação de relatar uma outra curiosidade histórica. Esse obelisco, alçado na Piazza Navona em 1649, simplesmente porque Olimpia o achava decorativo, tem quatro faces incrustadas de hieroglifos, de alto a baixo. Só 200 anos mais tarde, em 1824, quando Champollion decifrou a Pedra da Roseta, o mundo ficou sabendo que aquelas inscrições celebravam exatamente os feitos do imperador Dominicano e de seu pai Vespasiano. Coincidência das mais impressionantes, como se o espírito do imperador tivesse guiado as trêfegas mãos da cunhada do Papa.

A decoração interna do Palácio foi confiada aos maiores artistas da época – Pietro da Cortona, Poussin, Brandi, Allegrini, Dughet, Romenelli, Gimignani, Canazei, Algardi e tantos outros. A Galeria Cortona, a mais bela e imponente, inspirada na obra de Virgílio, reproduz a vida de Enéias, desde a sua chegada às costas

do Lácio até a luta final e a vitória do príncipe troiano. Os demais salões são quase todos cassetonados e decorados com afrescos, no centro dos quais brilha o famoso brasão dos Pamphili. Brasão também de Inocêncio X e, como tal, reproduzido na Basílica de São Pedro.

A entrada principal, os pátios, a escadaria são considerados verdadeiras obras de arte pela sua beleza e harmonia de formas. Dignas de relevo são as quatro colunas jônicas que sustentam a sacada do palácio.

O Palácio Pamphili também teve seus inúmeros ilustres visitantes. Nele, reza a história, hospedaram-se, por exemplo, Maria Sobiesky, Rainha da Polônia; o Príncipe de Gales, neto de James II; o Rei Frederico Guilherme, da Saxônia; a Rainha Cristina, da Suécia e muitos outros.

Isso tudo, nos seus tempos de glória, que duraram séculos. Quando o Brasil o comprou, fora o andar alugado à Embaixada, o palácio atravessava uma fase de grande decadência, transformado numa verdadeira cabeça-de-porco. As fachadas, apesar de escalavradas e em estado lastimável, ainda guardavam um certo decoro, mas os pátrios internos, para os quais se abriam as janelas penduradas de roupas, eram a perfeita imagem de um cortiço.

Além de decadente, o palácio estava apinhado de gente. No andar térreo, escritórios comerciais; nos outros, residências familiares onde moravam mais de 200 pessoas ao todo. Por lei, uma vez efetuada a compra, tínhamos direito de despejar os antigos moradores. Além de não querer prejudicar famílias modestas, que viviam em precárias condições financeiras, se entrássemos na Justiça, passar-se-iam anos antes que fossem definitivamente julgadas todas as questões.

Assessorado pelo advogado da Embaixada, estudei caso por caso, oferecendo a cada inquilino uma indenização conforme as circunstâncias.

Os escritórios comerciais foram os primeiros a fazer acordo pois, assim que começassem as obras, como mandam as posturas municipais italianas, para proteção dos transeuntes, as fachadas seriam completamente recobertas por uma espécie de tapumes fechados.

Deixei por último uma inquilina que lá havia nascido e que dizia preferir a morte a se mudar. Arranjei para ela um outro apartamento, muito melhor, na própria Piazza Navona dos seus amores. Era uma senhora, de mais de 70 anos, que adorava violetas. Um dia convidei-a a dar uma volta comigo pela praça. Quando chegamos em frente ao prédio, sem nada antecipar que escolhera para ela morar, entreguei-lhe um molho de chaves e um ramo de violetas, dizendo apenas: "Espero que a senhora goste." Emocionada, agradeceu-me com uma efusão bem italiana e, no dia seguinte, toda contente, desocupou o seu velho apartamento.

Os custos

Assim que inaugurei a Casa do Brasil em Roma, escrevi e publiquei um livro de 500 páginas historiando e documentando toda a transação. Documentando, inclusive, com fotografias de *antes, durante* e *depois* das obras. Aqui, limitar-me-ei a uns poucos números expressivos. Consideradas as quantias despendidas desde a compra do palácio até a instalação, nesse imóvel, das repartições brasileiras sediadas em Roma, verifica-

se que o custo global da Casa do Brasil foi de um bilhão, quatrocentos e trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentas e doze liras (Lit. 1.436.894.412).

Vale acrescentar que, em outubro de 1960, o Banco di Roma procedeu a uma nova avaliação do mesmo, tendo manifestado a sua opinião: "Somente o terreno onde se encontra localizado o palácio vale um bilhão e meio de liras."

Um bilhão e meio de liras, ao câmbio de 1960, representavam cerca de 2 milhões e 300 mil dólares ou, ao câmbio de hoje, cerca de 230 milhões de cruzeiros.

Se se considerar, ainda, que o Palácio Doria Pamphili tem uma área construída de 16.700 metros quadrados, chega-se à conclusão de que o metro quadrado construído, mobiliado e instalado custou a irrisória quantia de Cr$ 13.880,00.

Para a organização dos trabalhos e controle das verbas, adotei normas e princípios que foram aprovados pelo Itamaraty e entreguei a direção ao atual Embaixador do Brasil na ONU, Sérgio Correia da Costa, então Ministro-Conselheiro. Homem rigoroso e competentíssimo, espírito altamente organizador, sua cooperação inexcedível foi um dos fatores de maior importância para a nossa ambiciosa empresa.

Pedi à Secretaria de Estado a designação de uma comissão de verificação para acompanhar os trabalhos e contei com a boa vontade e a compreensão dos atuais Embaixadores do Brasil em Berna e em Washington, Fernando Ramos de Alencar e Antônio Azeredo da Silveira, que exerciam na época, respectivamente, as funções de Secretário-Geral e Chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, sendo que

Azeredo da Silveira acompanhou, de perto, a recuperação do palácio.

A restauração e as surpresas

As obras de restauração foram feitas em ritmo de Brasília. Duraram exatamente um ano, dois meses e dezoito dias: de 17 de agosto de 1960 – data da assinatura do contrato de compra e venda, a 5 de novembro de 1961 – data da inauguração da Casa do Brasil, em Roma.

Tudo se fez sob a supervisão da Superintendência de Belas-Artes, da Itália. E os arquitetos que dirigiram a parte técnica da reconstrução – Goffredo Lizzani, de Roma, e Olavo Redig de Campos, do Itamaraty, fizeram um trabalho memorável.

Em dezembro de 1960, o Ministro Horácio Lafer fez uma visita oficial à Itália para tratar da trasladação dos corpos dos pracinhas brasileiros sepultados em Pistóia e para presidir a cerimônia da incorporação do Palácio Doria Pamphili ao patrimônio nacional. Depois de nos visitar, escreveu ao Presidente Juscelino:

"Acabo de visitar as instalações da Embaixada do Brasil no Palácio Doria Pamphili em Roma. O trabalho de restauração, o bom gosto fazem com o Brasil possua hoje uma das mais lindas Embaixadas do mundo, adquirida a preço mínimo. Esta notável obra se deve ao espírito empreendedor e inteligente do Embaixador Hugo Gouthier, que se torna credor de toda a gratidão do governo brasileiro. Congratulando-me pelo apoio dado por Vossa Excelência a esta notável obra, sendo eu seu Ministro do Exterior..."

Ao mesmo tempo, determinou que o Itamaraty registrasse em folha o seu elogio. Em discurso proferido na solenidade de implantação da Casa do Brasil salientou:

"Para que isto fosse conseguido, em benefício do Brasil e da Itália, era preciso que houvesse um homem que trabalhasse com o coração e que tivesse, no seu cérebro, aquela fantasia criadora que é a fonte de todas as grandes obras. Foi preciso que contássemos com um dos maiores valores da diplomacia brasileira, um homem de dinamismo, de entusiasmo, uma fonte criadora e amiga da causa pública – Hugo Gouthier. Para que se cumprisse o que eu posso qualificar de um milagre, porque fazer em poucos meses uma restauração com foi feita, convencer um governo como o do Brasil, que está longe, convencer um governo como o da Itália, que, embora perto, também, examina com profundidade esses problemas, atravessar, enfim, toda esta continuidade de dificuldades, só uma alma de lutador, só um coração cheio de fé, só um homem de valor excepcional poderia conseguir. E eu quero, em nome do Presidente da República e do Brasil, felicitar o nosso Embaixador em Roma por esse notável trabalho, que ficará como uma glória para os seus filhos, porque poucos poderão realizar o que ele realizou aqui."

De repente, não mais que de repente, como dizia Vinícius de Moraes em seu poema, fiquei famoso em Roma: elogiado, entrevistado, incensado pela mesma imprensa que poucos meses antes combatia ferozmente o meu projeto. Sem mérito algum da minha parte. Dessa vez, por pura sorte. Já no final da obra, ao se demolir algumas paredes e tetos falsos em suas salas que davam, respectivamente, para a Via dell'Anima e para o Largo Pasquino,

apareceram afrescos do século XVII que, por mais de um século, haviam ficado ocultos e dos quais não havia nem registro nem memória.

Num país arraigado às suas tradições, foi uma verdadeira festa. E, da noite para o dia, passei de sul-americano espoliador dos tesouros culturais italianos a um mecenas iluminado.

> *"La scoperta si deve alla cura ed alla passione con le quali l'Ambasciatore del Brasile, Hugo Gouthier, há promosso i lavori di restauro che hanno permesso..."*

Assim se expressavam os jornais. *Paese Sera,* de 8 de novembro de 1961, publicou ampla reportagem ilustrada na qual dizia: "Com afrescos de artistas de várias escolas representando uma das mais completas galerias da pintura romana do *seiscento,* os luxuosos salões do austero edifício são pouco conhecidos, mesmo dos estudiosos. Por isto, os entendidos não se pronunciaram ainda sobre o valor total dos afrescos descobertos nas duas salas."

A seguir, transcreve o mesmo jornal algumas declarações do arquiteto Goffredo Lizzani, um homem além de competente apaixonado.

"Para mim trata-se de obras notabilíssimas. Estilisticamente aqueles afrescos são perfeitos. E representam uma importante documentação do costume da época de instintivamente transmitir calor, tornar acolhedores e harmoniosos os ambientes.

Passamos de surpresa em surpresa. Havíamos percebido que, sob os dois tetos falsos, havia um vazio. Praticadas cuidadosamente algumas perfurações, notamos que as paredes eram

inteiramente cobertas de afrescos. Não hesitamos mais: derrubamos os tetos falsos, trouxemos à luz aquelas obras de arte que o Embaixador Gouthier, imediatamente, mandou restaurar."

Enquanto em Roma eu me dedicava 24 horas por dia à restauração do Palácio Doria Pamphili e aos meus outros deveres diplomáticos, no Brasil, parece que as chamadas "forças ocultas" trabalhavam para instaurar o caos político que finalmente, em 1964, explodiu na Revolução.

Terminado o seu mandato, como era de direito e de costume, Juscelino passara a faixa a Jânio Quadros, eleito pelo povo por expressiva margem de votos. Seis milhões. A maior votação jamais conseguida por um brasileiro. E o novo Presidente começou a governar, empunhando a vassoura como prometera na sua campanha eleitoral.

Tudo parecia ir bem no melhor dos mundos, principalmente a continuidade da vida democrática, quando, de repente, sem que nada o prenunciasse – e sem que até os dias de hoje nada o explicasse a contento – no dia 25 de agosto de 1961, o Presidente Jânio Quadros, num gesto dramático que deixou a nação estarrecida, renunciou, fez as malas e foi-se embora.

Estava criado o impasse: de um lado a Constituição, mandando que se empossasse o Vice-Presidente eleito; de outro, uma fração das Forças Armadas opondo-se a isso, alegando tendências esquerdistas de Jango Goulart. E o Brasil quase mergulha na Guerra Civil.

Para quem está longe, de mãos amarradas pela distância, mergulhado na ansiedade, colado ao telex, ao telégrafo e ao telefone, numa hora dessas ainda há um componente e travo de amargura.

Foi pois com grande alívio que recebi a notícia da instauração do regime parlamentarista no Brasil, votado pelo Congresso Nacional como uma saída conciliatória. Mais aliviado fiquei ainda quando, assumindo a Presidência, Jango Goulart compôs o seu gabinete confiando a Tancredo Neves – um político ilustre na melhor tradição mineira – a Presidência do Conselho de Ministros.

Dois meses depois, tive o prazer de abraçar o meu amigo Tancredo Neves, em visita oficial à Itália. Aproveitamos a oportunidade para inaugurar a Casa do Brasil, com a presença do Primeiro-Ministro Amintore Fanfani e diversas outras autoridades italianas e brasileiras.

Em seu discurso, Fanfani salientou as dificuldades que tiveram de ser superadas para que o seu governo não exercesse o direito de opção à compra do palácio. Afirmou estar feliz por verificar que os trabalhos de restauração podiam ser considerados motivo de orgulho para os brasileiros e os italianos.

Naquele dia, eu me senti um homem realizado. Não apenas comprara e restaurara um imóvel raro e precioso, mas firmara uma filosofia de conduta: a mentalidade de reunir num só lugar todas as repartições brasileiras, emprestando a cada uma a dignidade das funções diplomáticas.

Na Casa do Brasil passaram a funcionar imediatamente o Consulado, a Chancelaria, o Serviço de Imigração, as Missões Militares e muitos outros órgãos. Foi também criada uma biblioteca infantil e uma outra tradicional – denominada Biblioteca Tulio Ascarelli, por sugestão do Ministro San Thiago Dantas.

Conversando com o Ministro San Thiago Dantas, quando de sua passagem por Roma, chegamos à conclusão de que seria

muito interessante instalar um serviço gráfico na Casa do Brasil para a impressão de folhetos e outras publicações indispensáveis à promoção e ampla divulgação na Europa do Brasil e das coisas brasileiras. Expus-lhe os meus planos e o Ministro não só concordou entusiasmado como tomou imediatas providências: mandou vir de Ulm um dos melhores profissionais, encarregado dos trabalhos gráficos da Universidade, e confiou a ele a responsabilidade de planejar a nossa oficina. Uma vez instalada e dotada do mais sofisticado equipamento europeu, chamei para dirigi-la Glauco Rodrigues – hoje um dos maiores pintores brasileiros – então, diretor de arte da requintada revista *Senhor*.

A doce vida romana

Mas nem tudo foi cal, cimento, pintores, andaimes e tapumes. A família de um chefe de missão diplomática não pode ficar em recesso, esperando o término das obras da sua casa. A minha adaptou-se logo à rotina difícil daquela fase. Cláudia e Bernardo foram para o colégio, para as aulas de equitação, e, em pouco tempo, falavam italiano como gente grande.

Adorávamos Roma, aquele cheiro de eternidade e, eu freqüentemente, lia trechos de um de meus livros favoritos *Promenade dans Rome,* de Stendhal, para me provar como nada havia mudado no cenário dos últimos 100 anos. Encantava-nos percorrer as barraquinhas que, ao menor pretexto de festa, armavam-se na Piazza Navona e, sempre que podíamos e o tempo permitia, íamos passar o dia com as crianças, em Ostia. Era então um dia glorioso de paz e alegria. Praia italiana, daquela época,

oferecia tranqüilos prazeres inigualáveis. Exatamente como se vê nos filmes, armavam-se mesinhas sobre a areia, onde garçons bem-humorados vinham nos servir o escaldante talharim perfumado de *mozzarella* e *pomodoro.*

Engraçado como a gente esquece tudo na vida, menos os perfumes. E a simples menção daquele cheirinho me transporta de volta à serenidade de um tempo relaxante, sem agressões e violências. Por comprarmos e restaurarmos o Palácio Doria Pamphili, passamos a ser considerados na Itália – onde as crises econômicas acompanham fielmente o desenrolar dos séculos – o mais rico de todos os países sul-americanos. Mas nem por isso precisamos tomar medidas especiais de precaução: minha mulher dirigia seu próprio carro e, como única segurança, tínhamos o velho porteiro da Embaixada.

De Roma, nosso incansável interesse irradiou-se pela Itália inteira. Sôfregos, aproveitávamos as férias, todos os feriados, para descobrir e percorrer novos recantos. Lembro-me de momentos inesquecíveis dessa época. Um outono na campanha fiorentina; um verão na costa amalfitana, numa casa plantada a pique sobre o mar, que alugamos da primeira mulher de Carlo Ponti; uns dias serenos que precedem a estação turística em Capri; noites de final de primavera, em Veneza, quando Laís e eu mais gostávamos de percorrer as ruas de madrugada, desertas de pombos e banhadas de luar; memoráveis estréias no Scala de Milão, capazes de obrigar a platéia mais adversa à arte operística a assistir ao espetáculo sentada na ponta da cadeira.

Quando chegamos a Roma, já tínhamos inúmeros amigos, alguns dos quais nos acompanharam no cruzeiro de Stavros

Niarchos: Rudi e Consuelo Crespi, os Pecci-Blunt, os Brandolini, a Baronesa Lo Monaco. Outros conquistados em nossas andanças mundo afora, como os Agnelli, de Turim, e os príncipes Colonna. Nascida Sursock, Isabel Colonna era libanesa. Ela e o marido, camareiro do Papa como todos os seus antepassados, viviam no palácio mais bonito de toda Roma. O imenso Palácio Colonna. Tão grande – ocupava todo um quarteirão – que vivia permanentemente em obras – acabava a pintura ou reforma numa ala, começava noutra – e tinha uma equipe, praticamente vitalícia, de pedreiros, pintores, eletricistas... Era uma grande família tradicional italiana com tradicionais tendências internacionalistas. O pai casou-se com uma libanesa, o filho com uma romana belíssima, a Milagros Colonna.

Um dos nossos maiores amigos dessa época foi o Embaixador da França, Gaston Palewski. *Grand Seigneur*, sedutor e solteirão, Palewski era a coqueluche das mulheres. Tanto que o Palácio Farnese – sede da Embaixada da França – passou a ser chamado na intimidade: *La gastonnière*... Homem de De Gaulle, era também muito amigo de Giscard d'Estaing, então Secretário das Finanças, que o visitava freqüentemente em Roma, onde tivemos ocasião de travar boas relações.

Palewski era também um grande amante das artes e colecionador de Picassos. Vivíamos trocando favores: "Posso levar uns amigos meus que estão em Roma para visitar o seu palácio? O nosso está às suas ordens para trazer os seus." Dividíamos ainda nosso amor pela Itália. Se não me falha a memória, desde aquela época, Gaston fazia parte da Comissão da UNESCO para a Defesa e Conservação de Veneza.

Instalados numa tão bela Embaixada, tínhamos praticamente a obrigação moral de abrir constantemente os seus salões para festas de todos os tipos: almoços, jantares, bailes... como era mania da época. É preciso lembrar que tínhamos em Roma uma lista dupla de convidados diplomáticos: os representantes junto ao Quirinal e os representantes junto ao Vaticano. Somados à imensa roda de amigos que tínhamos na Itália e espalhados por toda a Europa, formavam multidões de convidados em perspectiva.

Tínhamos sempre muitos hóspedes, principalmente mulheres. Lembro-me de certa ocasião em que me senti como um sultão em seu harém. Aliás, o Marajá de Jaipur hospedava-se conosco: dois homens cercados de mulheres – Laís, a Maharani, Elza Maxwell, Jacqueline de Ribes, Senhora Georges Revay e mais umas três ou quatro – não só em casa, no Palácio Doria Pamphili, como em todos os teatros e restaurantes que freqüentávamos.

Estávamos em Roma há poucos meses quando lá se realizou a XVII Olimpíada. Não me recordo bem, mas acho que não ganhamos nenhuma medalha de ouro. Os únicos atletas brasileiros a conquistarem prêmios foram os de pesca submarina e os de equitação. Nessa última categoria, representou condignamente o Brasil o excelente ginete Nelson Pessoa. Os concursos hípicos realizados na Villa Borghese foram maravilhosos. Era lá, aliás, que se exercitava Bernardo todas as manhãs. A ver se desgastava um pouco a colossal energia herdada provavelmente do avô materno...

Dávamos muitas festas e ainda me lembro de um memorável baile que oferecemos às filhas de Juscelino e ao qual compareceram vários artistas de cinema, como George Hamilton,

David Niven e muitos outros. Amigos nossos desde os Estados Unidos. Como memoráveis foram todas as celebrações romanas que cercaram a coroação do Papa Paulo VI. Num almoço oferecido a Jango, Juscelino comentou comigo:

– Que sorte a minha, o único cardeal meu amigo vira Papa. Realmente, quando o Cardeal Montini visitou o Brasil, Juscelino levou-o para conhecer Brasília em seu avião particular e ficaram muito amigos.

O que eu gostava mesmo de fazer era rodar de automóvel, sem pressa, pela Via Appia Antica; pesquisar os arredores, descobrir recantos novos. E o que costumávamos chamar em família "a nossa *dolce vita*" era escaparmos os quatro – Laís, eu, Cláudia e Bernardo – sem pompas e sem convidados, para um pequeno restaurante da Piazza Navona, onde jantávamos e de onde saíamos perto da meia-noite para ir até a esquina comprar o *Herald Tribune.*

Por ocasião da inauguração da Casa do Brasil, estávamos tão exaustos que não promovemos nenhuma grande festa. Apenas os indispensáveis atos protocolares e oficiais. Terminados os quais, brindamos os nossos convidados de honra Mimi e Horácio Lafer com um concerto de música de câmara do *seiscento,* seguido de um *buffet.* A acústica do palácio era maravilhosa e convidamos alguns de nossos amigos para que desfrutassem conosco daquela simpática noite.

Era também comum emprestarmos os nossos salões para festas de caridade, entre as quais, se bem me lembro, houve um grande desfile promovido pela Rhodia do Brasil.

Amamos aquela cidade desde o primeiro instante e para sempre. Mas houve um momento em que essa nossa ligação a Roma

foi, por assim dizer, sacramentada: quando recebi uma homenagem da cidade em cerimônia imponente realizada no Campidoglio. Senti-me envaidecido e orgulhoso pela distinção a mim conferida e subi emocionado a larga escadaria desenhada por Miquelângelo, como se Marco Aurélio em pessoa, e não a sua estátua, me aguardasse lá em cima para uma conversa definitiva. Naquele instante, senti-me uma parcela viva e integrante da latinidade, herdeiro e representante de uma tradição milenar.

Éramos três os homenageados: a Rainha da Inglaterra, representada pelo seu Embaixador em Roma, Gaston Palewski e eu. Nessa ocasião foi-me entregue um diploma e medalha comemorativa de *vermeille* tendo de um lado reproduzido o *Campidoglio Romano* e do outro lado a catedral de São Pedro e o nome Hugo Gouthier gravado.

Os Ilustres Visitantes

Os Duques de Windsor

Conhecemos o Duque e a Duquesa de Windsor em Veneza, em 1954, às vésperas do cruzeiro organizado por Niarchos. Estávamos hospedados no Hotel Gritti, como eles, e Elza Maxwell nos apresentou. Mais tarde, encontramo-nos esporadicamente em Paris, Bruxelas e Nova York, mas foi nos anos 60 em Roma que nossas relações se estreitaram e estabelecemos uma amizade sincera e duradoura.

Laís tornou-se, desde então, fervorosa admiradora da Duquesa, que considerava uma das mulheres mais elegantes e

requintadas que jamais conheceu. Uma mulher sempre admiravelmente bem vestida para qualquer evento de qualquer hora do dia ou da noite. Como homem que não entende muito de moda, posso dizer que, sem ser propriamente bonita, a Duquesa transmite beleza, charme e categoria. Mais rainha do que muitas cabeças coroadas. Uma dona-de-casa maravilhosa, transforma o ato de receber em uma ciência e uma arte. Ambientes sempre lindos, *menus* deliciosos e variados. Dizem que toma nota do que serviu em cada jantar para, repetindo os convidados, não repetir os mesmos pratos. Tem um verdadeiro instinto, um dom de combinar as pessoas, e sabe, como ninguém, orientar suavemente as conversas, mantendo sempre o tom das suas reuniões.

Se querem saber a minha opinião, foi um caso de amor mesmo. De amor paixão. Percebia-se isso ao vê-los sempre muito unidos, sempre brincando um com o outro, como se dividissem um alegre segredo, só deles conhecido. Sofisticado, dotado de imenso senso de humor, o Duque de Windsor adorava a verdadeira *mise en scène* que a Duquesa criava ao seu redor e ele nunca, jamais, em tempo algum encontraria no Palácio de Buckingham.

Falar nisso, lembro-me que uma vez, em Paris, eles nos convidaram para uma sessão privada do filme feito sobre a sua vida. Filme que começava com as palavras do Duque sobre o Palácio de Buckingham: *"I never liked that Palace, there is too much draft."* Trocadilho bem inglês, pois *draft* tanto quer dizer "corrente de ar" como, na gíria, "corrente de opiniões", pressões...

Príncipe de Gales, ele esteve em visita ao Rio, onde conheceu Negra Bernardes, de quem nunca se esqueceu e por quem

sempre perguntava. Quando Cláudia, nossa filha, casou-se em Paris, a Duquesa fez questão de comparecer ao casamento. Carinhosa distinção de uma grande amiga pois, idosa e adoentada, não costuma freqüentar mais esse tipo de cerimônias.

Eliezer Batista da Silva

Certo dia, recebi em Roma um telefonema de Eliezer Batista da Silva, então, como hoje, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Queria que eu organizasse para ele no Palácio Doria Pamphili uma reunião de compradores de minério de ferro. Os habituais e os possíveis.

Dele, eu só conhecia a reputação de homem inflexível, capaz de enfrentar os maiores obstáculos em defesa dos interesses do Brasil. Mas o assunto me apaixonava, tanto que eu havia sido um dos responsáveis pela fundação da Vale do Rio Doce. Concordei imediatamente e marcamos a data da reunião à qual ele compareceria.

Quando Eliezer entrou na Embaixada, no dia aprazado, já lá estavam quinze *big-shots* do setor siderúrgico italiano. Realmente a cúpula que detinha o poder de decisão.

Antes de abrirmos a reunião, apresentei Eliezer, mencionando inclusive que ele era um poliglota, dominando um leque de idiomas no qual constavam vários dialetos, como o croata, por exemplo. Nem sei quem me informara de tanta sabedoria mas os italianos ficaram impressionadíssimos. E cheios de respeito, pois com homem que fala croata – sem ter nascido e vivido na Iugoslávia – não se brinca...

Daí para a frente, Eliezer conduziu a reunião. Pôs as cartas na mesa expondo os seus objetivos de vender minério a longo prazo e para entregas futuras. E respondeu com competência e segurança a todas as perguntas, dando as mais detalhadas informações sobre o seu programa de expansão da Vale do Rio Doce, de melhoria do sistema ferroviário e portuário. Por outro lado, demonstrou cabalmente perfeito conhecimento de causa do programa siderúrgico da Itália.

Naquele dia, Eliezer Batista da Silva fechou todos os contratos que quis, deixando-me mais impressionado até do que os próprios italianos.

Meses depois, indo ao Rio a serviço, relatei o fato ao Ministro San Thiago Dantas, que me pediu encarecidamente que repetisse tudo aquilo ao Presidente João Goulart.

Jango ouviu em silêncio. Quando terminei o meu relato, disse com suavidade:

– O Professor San Thiago queria que eu nomeasse esse senhor, Eliezer Batista da Silva, Ministro das Minas e Energia. O que o senhor acaba de me contar convenceu-me plenamente. Vou nomeá-lo.

E pegando no telefone, ligou para o San Thiago a dar-lhe a boa nova. Quem não gostou da notícia foi o Eliezer. Recusou o cargo alegando temer que um novo Presidente da Vale, cedendo a pressões políticas, não realizasse o programa projetado. A solução foi nomeá-lo Ministro das Minas e Energia permitindo-lhe acumular o posto de Presidente da Vale.

Não conto esse episódio para me gabar frivolamente, vestir a pele de *eminência parda,* de *fazedor de Ministros.* Menciono o

fato para que se saiba que colaborei sempre com a seleção de homens capazes de conduzir o futuro deste país. Acredito firmemente que um Presidente da República deve cercar-se dos mais competentes assessores, pois ninguém sabe tudo e pode governar sozinho, isolado numa torre de marfim. É preciso saber ouvir as opiniões abalizadas, criar um espírito de equipe e confiar nele.

A família Kennedy

Camelot chamavam naquela época ao *entourage* do Presidente Kennedy, pequena corte de brilhantes privilegiados que o cercavam e com ele dividiam a filosofia do *New Society,* associando-a à romântica legenda do Rei Arthur e dos Cavaleiros da Távola Redonda.

Preciso aqui fazer um *flashback* das minhas relações com os Kennedy.

Conheci John Kennedy por volta de 1948 quando, todos os dois solteiros, morávamos ambos em Georgetown, Washington, e eu era Primeiro-Secretário e ele deputado pelo Estado de Massachusetts. De vizinhos, passamos naturalmente a companheiros de programas e noitadas e acabamos bons amigos. E, amigo de John, passei a freqüentar a casa da família, que reunia sempre, em animadas recepções, políticos, banqueiros, intelectuais, jornalistas, líderes sindicais, artistas... Enfim, a nata do que havia de mais representativo nos Estados Unidos.

Seu pai, Joseph Kennedy, depois de fazer fortuna, sonhara com a Presidência e dirigia todas as suas energias naquela direção.

Suas ambições políticas, no entanto, foram por terra quando, como Embaixador na Inglaterra, opôs-se publicamente a qualquer ajuda americana aos aliados. E, enquanto Hitler avançava pela Europa, a filosofia apaziguadora do Embaixador, apoiada nos passos trôpegos de Neville Chamberlain, minava a sua carreira. Era, além do mais, frontal adversário de Roosevelt. Quando este foi reeleito, em 1940, por maioria esmagadora, Joseph Kennedy perdeu o seu posto de Embaixador. Transferiu então os seus sonhos para o filho mais velho, Joseph Junior, e passou a treiná-lo para a presidência.

Quando este morreu na guerra, o sonho foi novamente transferido e as esperanças – já agora de todo o clã – concentraram-se no segundo colocado: John Fitzgerald Kennedy. E a sua carreira foi vertiginosa.

Em 1952 elegeu-se senador, derrotando o concorrente republicano Henry Cabot Lodge e, em 1960, aos 43 anos chegou à Presidência.

Representante do Brasil nas Nações Unidas, em 1953, fiquei amigo de Cabot Lodge. Ainda amargurado com a derrota do ano anterior, confidenciou-me que perdera não só devido aos méritos pessoais do seu contendor mas também, em grande parte, por causa dos famosos *tea-parties* promovidos pelas temíveis irmãs Kennedy.

Eunice sempre foi uma mulher fascinante, inteligente, fina, perceptiva e irônica. Era solteira quando a conheci e tive uma grande queda por ela, aliás, correspondida. O tumulto da vida acabou por nos separar mas construímos uma amizade muito bonita que perdura até hoje.

Lembro-me de suas argutas tiradas que provocavam infindáveis comentários. “Quando se vive numa grande família é

preciso muita habilidade para manter o seu espaço inviolado." Costumava ela dizer, enquanto invadia o espaço dos seus irmãos e cunhados...

Certa vez, quando, muito mais tarde, lembrei a Ethel, mulher de Bob, essas palavras de Eunice, ela comentou: "É uma pena que ela não seja homem, porque seria o melhor Presidente da família Kennedy."

Realmente, dona de uma personalidade invulgar, Eunice é antes de tudo uma grande realizadora, graças à sua imensa capacidade de metodizar a vida. A Fundação Patrick Joseph Kennedy, que ela dirigiu, é uma prova inequívoca de seu empenho em todas as atividades que exerce. Profundamente devotada aos carentes e aos excepcionais, dedicou-se intensamente a eles até mesmo quando o seu marido Sargent Shriver era Embaixador na França.

Patrícia, a mais bonita, alia à sua beleza uma certa gravidade, característica bem marcante dos Kennedy. Não se deixou abater nem pelo divórcio de Peter Lawford, seu marido e famoso ator, amigo íntimo de Sinatra. Sempre que chegávamos a Nova York, no máximo uma meia hora depois de nos termos instalado no hotel, recebíamos um telefonema seu marcando encontro para jantarmos juntos. Laís e eu nunca deixamos de atender ao seu convite. Jantávamos, conversávamos, ríamos, vivíamos intensamente a nossa amizade.

Preparando a viagem do Presidente Goulart aos Estados Unidos

Em 1962, recebi em Roma um telefonema do Ministro San Thiago Dantas que se achava numa situação delicada: Jango

pretendia fazer uma visita aos Estados Unidos mas ele temia que essa visita não fosse oportuna, pois a imprensa americana vinha atacando seguidamente o Presidente João Goulart, em razão da desapropriação de determinadas companhias de utilidade pública, promovida pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Pediu-me o Ministro que fosse lá verificar pessoalmente o terreno e ajudar a preparar a visita presidencial com o Embaixador Roberto Campos, se o resultado da minha sondagem a aconselhasse.

Imaginando que o Embaixador Roberto Campos, que assumira recentemente o seu posto nos Estados Unidos, pudesse sentir-se constrangido com a minha interferência, antes de embarcar para Washington, telefonei para ele. Ao contrário, Campos alegrou-se muito com a minha visita e insistiu para que eu me hospedasse na Embaixada.

Mal cheguei, entrei em contato com Kennedy que, passando por cima da sua agente, convidou-me para almoçar com ele, naquele mesmo dia. Durante o almoço, contei-lhe das preocupações do Chanceler brasileiro. Kennedy ouviu-me atentamente. Quando terminei a minha exposição, ligou imediatamente para o prefeito de Nova York, Richard Wagner. Conversaram sem pressa, francamente. Ao desligar, John virou-se para mim e disse:

"Tranqüilize o Presidente João Goulart. Ele terá uma recepção das mais significativas, nos Estados Unidos. Wagner manda dizer que faz isso tanto pelo Brasil, que admira e respeita, quanto por você, que o hospedou em Londres durante a guerra."

Resolvido esse primeiro passo, faltava o segundo: conseguir que Kennedy recebesse Goulart somente na presença do

intérprete, pois San Thiago Dantas temia interpretações errôneas e indiscrições das quais sempre lançam mão os aproveitadores, em oportunidades como essas.

John Kennedy acedeu a mais esse pedido meu e, por seu lado, manifestou-me o desejo de discutir com Jango o problema do xisto betuminoso do litoral de São Paulo e Paraná. Fiz-lhe ver que o momento não era apropriado para trazer à baila esse assunto, pois um governo marcantemente nacionalista como o de Jango não toleraria sequer a menção de nossas reservas minerais. Reservas intimamente ligadas ao problema do petróleo, numa época em que, no Brasil, nem se admitia a hipótese de "contratos de risco".

John compreendeu tudo e concordou com as minhas ponderações. Sem pé atrás, de coração aberto. Sabia as dificuldades que enfrentava no seu governo e respeitava as dificuldades dos outros.

Quando os dois Presidentes finalmente se encontraram, John Kennedy quebrou intencionalmente o protocolo, provavelmente para nos colocar mais à vontade. Assim que nos viu, depois de cumprimentar João Goulart, foi logo perguntando:

– Hugo, onde é que você comprou esse traje? Está muito elegante.

Sorri, porque a roupa era inglesa, feita no mesmo alfaiate dos Kennedy: John King Wilson. E, abrindo o paletó, entrei no tom e brinquei:

– Você gosta? Se quiser eu posso lhe dar o endereço.

Em Nova York, o prefeito Richard Wagner organizou admiravelmente bem a recepção. Sem o menor constrangimento

ou contratempo, Jango desfilou em carro aberto pelas ruas embandeiradas, como o chefe de um Estado amigo.

Numerosas foram as recepções e reuniões de trabalho. Várias, com o Presidente Kennedy, das quais participei juntamente com os Embaixadores Walther Moreira Salles – então Ministro da Fazenda – Roberto Campos e Mário Gibson Barboza.

No decorrer de um banquete na Casa Branca, falando de improviso, John Kennedy saudou o Presidente Goulart, ressaltando a importância da visita para o relacionamento dos dois países. Como Jacqueline Kennedy não se encontrava nos Estados Unidos, Maria Teresa desistira da viagem, mas à mesa, naquela noite, encontravam-se duas brasileiras: minha mulher Laís, e Elizinha, mulher de Walther Moreira Salles. Kennedy agradeceu a sua presença. E disse mais: considerava importante que, quando algum homem fosse cogitado para uma alfa função pública, antes de tudo, se entrevistasse a sua mulher, principalmente ao se tratar da escolha de um diplomata para representar o seu país numa nação amiga. Mulheres como Laís e Elizinha, acrescentou, dignificam as funções de seus maridos e contribuem efetivamente para o bom relacionamento entre os países.

O Chanceler San Thiago Dantas, terminada a visita presidencial aos Estados Unidos, enviou ao Primeiro-Ministro Tancredo Neves telegrama apontando os resultados como uma vitória da orientação de nossa política externa. Nesse telegrama elogiou os que contribuíram para o êxito da visita, fazendo menção especial à atuação do Ministro da Fazenda Walther Moreira Salles e dos Embaixadores Roberto Campos e Hugo Gouthier. No seu telegrama o Chanceler brasileiro ressaltou a "cooperação valiosa

do Embaixador Hugo Gouthier, especialmente convocado para colaborar nos preparativos da viagem presidencial".

Os resultados da viagem do Presidente Goulart foram os melhores possíveis e a imprensa do Brasil e dos Estados Unidos salientou uma fase auspiciosa nas relações entre os dois países.

Kennedy manifestou em atos esse seu desejo e várias medidas foram postas em ação pelo seu Governo com esse objetivo. No tocante à parte econômica, o Ministro da Fazenda Walther Moreira Salles permaneceu em Washington alguns dias para ultimar negociações com o Secretário do Tesouro e o Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo tempo, o Presidente Kennedy convocou reunião de 150 pessoas para pôr em execução a preparação de projetos para a ajuda dos Estados Unidos ao Brasil no contexto da Aliança para o Progresso.

Muitos observadores da política brasileira acreditam que se o Presidente Goulart não tivesse abandonado o regime parlamentarista, na difícil conjuntura do momento, com homens experimentados como Trancredo Neves e San Thiago Dantas o país não teria descambado para a situação que se criou e que levou o Presidente a desafiar as Forças Armadas com a reunião dos sargentos no Automóvel Clube no Rio de Janeiro, acontecimento que, por assim dizer, fez eclodir o movimento de 1964.

Brizola quer saber

Abro aqui um parêntese na história da minha vida em Roma e adjacências. Depois da visita de João Goulart aos Estados Unidos e ao México, de volta ao meu posto na Itália e de passagem

pelo Rio, hospedei-me no Copacabana Palace. Assim que cheguei, recebi um telefonema de Leonel Brizola, então Governador do Rio Grande do Sul, que estava também hospedado no anexo do Copa. No estilo contundente de falar, carregando no sotaque gaúcho, que ele tinha naquela época, disse que precisava conversar comigo com a máxima urgência. Sugeri-lhe que fosse ao meu apartamento e, cinco minutos depois, ele batia à minha porta. Mal entrou e foi desabafando. Soubera de certas conversas sigilosas entre os Presidentes Kennedy e Goulart. E, segundo lhe tinham informado, Jango se comprometera a encontrar uma forma capaz de ressarcir – ainda que parcialmente – a expropriação dos bens da ITT, determinada por ele, Brizola. E concluía o seu arrazoado exaltado e temperamental – bem distinto do tom que hoje exibe em suas declarações públicas – dizendo:

– Embaixador, o senhor é um homem bem-intencionado, mas uma coisa eu lhe digo: só por cima do meu cadáver é que eles vão conseguir modificar o meu decreto de expropriação.

Ouvi tudo sem me alterar. Nada mais longe da verdade. Kennedy e Goulart sequer tocaram no caso da ITT. Aliás, como pude aprofundar em minhas sondagens preliminares à visita de João Goulart aos Estados Unidos, por determinação do governo brasileiro, o próprio Kennedy achava que os capitais americanos deviam evitar sempre a área de serviços de utilidade pública, essenciais. Serviços que, no seu entender, para evitar atritos, deviam ser nacionalizados mediante acordo com as concessionárias ou arbitragem.

Percebendo que se excedera, Brizola acalmou-se e aceitou a minha sugestão de discutirmos o assunto com o Ministro San

Thiago Dantas que, por minha sugestão, foi imediatamente encontrar-se conosco no Copacabana.

Na presença do Ministro das Relações Exteriores, Brizola mostrou-se mais ponderado mas ainda muito amargo. San Thiago Dantas afirmou-lhe que não havia ainda uma decisão definitiva sobre o assunto e prometeu-lhe levar ao Presidente as suas considerações.

E o assunto não teve solução no Governo de Goulart.

Nos bastidores da coroação de Paulo VI

No dia 21 de julho de 1963, sucedendo no trono de São Pedro a João XXIII, Paulo VI foi coroado Papa. E, longe de sonhar quão próximos estavam do seu fim, John Kennedy e João Goulart foram a Roma – Kennedy seria assassinado menos de quatro meses mais tarde e Goulart, destituído, cerca de oito meses depois.

Jango, cuja ida a Roma foi considerada pela oposição como uma manobra política já que poucos foram os chefes de Estado a comparecer, hospedou-se na Embaixada do Brasil no Vaticano e presenciou todas as cerimônias. Kennedy chegou logo após a coroação.

Naquela ocasião, achava-se em Roma uma amiga nossa, Jane Englehart. Filha do Cônsul Honorário do Brasil em Hong-Kong, falecido há muitos anos, era casada com Charles Englehart, uma das grandes fortunas do mundo, considerado o "rei da platina" e sócio de Sir Harry Oppenheimer, o maior produtor mundial de ouro e diamantes. A pedido de Jane, oferecíamos um almoço ao

Senador Mike Mansfield, para o qual convidamos também Elizinha e Walther Moreira Salles.

Estávamos no meio do almoço, quando o Presidente João Goulart chamou-me ao telefone. Testemunha que fora dos laços de amizade que me uniam ao Presidente Kennedy, pediu-me que lhe conseguisse uma entrevista com ele. Fiz-lhe ver que isso era quase impossível, pois o Presidente Kennedy era hóspede oficial do governo italiano e a sua permanência na cidade, de menos de 48 horas, tinha todos os seus minutos programados pelo protocolo, Jango insistiu, afirmando que se tratava de um assunto de importância vital para o Brasil.

Fiz o que pude e, para minha surpresa e satisfação, mais uma vez passando por cima da sua agenda para me atender, John Kennedy conseguiu reservar uma hora para nós, na Embaixada dos Estados Unidos.

Parecendo aliviado, Goulart recomendou-me que guardasse sigilo sobre esse encontro. Até mesmo para os membros de sua comitiva. Afirmei-lhe que esse segredo era impraticável porque a entrevista, sem a menor sombra de dúvida, iria ser do conhecimento da imprensa e, conseqüentemente, do nosso Ministro das Relações Exteriores – naquela época, Evandro Lins e Silva. Por uma questão de respeito ao meu chefe na carreira diplomática, sugeri ao Presidente Goulart que o Doutor Evandro nos acompanhasse à Embaixada dos Estados Unidos.

E assim foi feito.

Quero ressaltar que não tinha a menor idéia do que Jango queria com Kennedy. Só quando a ele se dirigiu tomei conhecimento do assunto: tratava-se do vencimento de um

compromisso de, se não me falha a memória, 100 milhões de dólares, com o Banco Mundial. O Ministro da Fazenda, Professor Carvalho Pinto, não tinha como saldar essa dívida e Jango solicitou a interferência de Kennedy na dilatação do prazo de vencimento.

John Kennedy ouviu com simpatia e prometeu imediatamente interessar-se pelo caso. Mas, chamando-me à parte, declarou-me que precisava ter uma conversa particular com João Goulart. Sós os três e o seu intérprete.

Quando ficamos sozinhos, com muito tato, declarou que os Estados Unidos queriam muito ajudar o Brasil mas não encontravam correspondência no governo brasileiro, cujo Presidente era cercado de inimigos declarados dos Estados Unidos. E citou Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil da Presidência, e Raul Riff, Assessor de Imprensa.

João Goulart respondeu que tais óbices não persistiam, pois era seu pensamento nomear Darcy Ribeiro para outra função, no campo educacional. A Casa Civil seria entregue ao jornalista Danton Jobim. Quanto a Raul Riff, iria servir como Adido de Imprensa em alguma Embaixada.

Qual não foi a minha surpresa ao ler mais tarde, nos jornais brasileiros, uma declaração, atribuída ao Presidente João Goulart, segundo a qual o Presidente Kennedy lhe solicitara aquela entrevista em Roma, prontificando-se até a comparecer à Embaixada do Brasil.

Sobre a conversa que eles tiveram – na qual Goulart, na minha frente, pediu ajuda dos Estados Unidos prometendo afastar Darcy Ribeiro e Raul Riff – nenhum jornalista publicou uma linha...

Profundamente contrafeito com a notícia, escrevi ao Presidente João Goulart, manifestando-lhe a minha estranheza pela distorção dos fatos. Não tive a honra de receber uma resposta à minha carta.

Quando Ted Kennedy escapou milagrosamente – muito ferido mas vivo – do acidente de aviação que matou o seu piloto, ainda convalescente passou por Roma. Reuni então alguns amigos – entre os quais o Senador Luís Fernando Freire e Claudine de Castro – para recebê-lo e celebrar a sua vitória sobre a morte.

O caminho das Índias

Kumar Man Singh de Jaipur – Jaí, para os íntimos – era uma bela figura de homem, elegante, esportivo e superiormente bem-educado. Gyatri Devi de Jaipur – que os amigos chamavam carinhosamente de Ayesha – era, simplesmente, uma beldade, de imensos olhos negros inesquecíveis, maneiras suaves e porte autoritário de rainha.

Não me lembro bem quem nos aproximou, mais tarde. Talvez tenha sido Lee Radzwill, irmã de Jacqueline Kennedy. Ou, mais provavelmente, Ali Khan, pois me recordo muito bem de uma deliciosa temporada em Deauville que passamos Laís e eu, Jai, Ayesha e Ali.

E nossas vidas foram se entrecruzando. Recebi-os na nossa Embaixada, em Bruxelas, por ocasião da Exposição Universal de 1958, e fomos por eles recebidos em sua maravilhosa casa de Saint Hill, na Inglaterra, quase um pequeno palácio. Ocasião em que tivemos a oportunidade de ver Jai, brilhante jogador de pólo,

exercitar-se nos campos e Windsor e Cowdray Park, liderando a equipe indiana contra a do Príncipe Phillip.

Em 1961, depois de uma exaustiva campanha eleitoral que a elegeu membro do Parlamento indiano, "pela mais espantosa maioria que alguém jamais recebeu numa eleição", como diria John Kennedy, Jai e Ayesha foram descansar uns dias em Roma conosco, no Palácio Doria Pamphili, recém-inaugurado. E combinamos retribuir-lhes a visita nas nossas próximas férias.

Pela finura de sua educação e trato, pelo nível social de suas amizades, pela sua moradia na Inglaterra, pelo seu próprio título nobiliárquico, imaginávamos a sua riqueza e o lugar que deviam ocupar na sociedade indiana. Mas nada, absolutamente nada, podia nos preparar para o choque que tivemos ao chegar a Jaipur. Jai e Ayesha nos esperavam e, no seu Bentley conversível, rodamos devagar atravessando a cidade em direção ao Palácio de Rambagh, transformado em luxuoso hotel e onde eles nos instalaram como seus hóspedes.

A cidade de Jaipur situa-se numa planície circundada de escuras montanhas desertas, pontilhadas de fortificações, e cujos contornos são delineados por uma sinuosa muralha. Todo o conjunto arquitetônico, onde cúpulas e torres, rendas de mármore e varandas se entrelaçam, é de um rosa vivo e inesperado. Pelas ruas, as mulheres de saias rodadas, corpetes e xales, em vez do costumeiro sari; e os homens, de turbantes de um colorido intenso: vermelho, amarelo, azul ou roxo. Um efeito indescritível o desse rosa, contra o azul do céu e o fundo desértico do cenário.

Rambagh ficava a uns cinco minutos do centro, além das velhas muralhas. Contrastando com o rosa da cidade, era todo

branco. Atravessamos quase com devoção seus arcos de mármore recortados, suas varandas que se abriam sobre pátios de uma vegetação luxuriante.

Naquela época, Jai não era mais o príncipe reinante. Por ocasião da Independência da Índia, em 1947, os Estados principescos fundiram-se para formar um país íntegro e viável e ele fora um dos primeiros príncipes a assinar o acordo com o governo central: Jaipur passava a ser parte integrante do Estado de Rajastão. Mas, como o seu novo Rajpramukh deteve ainda as rédeas do poder até 1956.

Nunca, até a sua morte, Kumar Man Singh de Jaipur perdeu o amor do seu povo – veneração que eu presenciei *in loco* – e o poder real que emana desse amor. E acho que aceitou e viveu sem amarguras as transformações que os novos tempos trouxeram a ele e a seu país.

Ayesha não aceitou nem se conformou nunca. Nascida princesa, filha do Marajá de Cooch Behar e neta do legendário Marajá de Baroda, criada em meio ao fausto de um sistema feudal – quando se casou com Jai, um dos seus palácios tinha 500 criados – reagiu com violenta tristeza, beirando as raias da revolta.

Não nos levou a visitar a cidade dos antepassados do seu marido, refez conosco uma peregrinação ao tempo perdido da sua mocidade e poder. Ao nos instalar no palácio da sua lua-de-mel, transformado em hotel, falava-nos da etiqueta que era obrigada a seguir, dos trajes para cada ocasião, dos braceletes rituais de marfim e pedrarias a lhe cobrirem os braços do ombro ao punho... Atravessando os salões e jardins do City Palace, transformado em museu e onde se exibiam as preciosas coleções de Jaipur, descrevia-

nos as festas oficiais, as procissões de elefantes, o seu primeiro tigre abatido aos 12 anos...

Curiosa a história dessa mulher, a evolução vertiginosa da sua vida, hábitos e costumes. Como estranhas e valentes, aliás, são todas as mulheres hindus, que tinham tudo para serem apenas escravas fanáticas da dominação machista e, no entanto, formam um dos maiores contingentes feministas do mundo. Filha de uma mulher belíssima e inteligente, educada na Inglaterra, Ayesha casou-se aos 20 anos, por amor, com o Marajá de Jaipur... que já tinha duas outras mulheres e quatro filhos. Obviamente a favorita, nunca foi obrigada a se conformar às estritas regras do *purdah*, às quais suas predecessoras viveram sujeitas a vida inteira e que reduziam as mulheres a um confinamento total: viviam na *zenana,* parte a elas dedicada dos palácios; não mostravam o rosto em público e jamais mantinham qualquer tipo de conversa com representantes do sexo masculino, a não ser seus parentes mais chegados.

Nos meios internacionais, Ayesha foi sempre a única mulher apresentada por Jai. Mas, se nunca foi totalmente submetida ao *purdah,* em sua juventude teve que fazer muitas concessões, restritivas da sua liberdade, para não chocar as tradições sociais de Jaipur.

Pois bem, essa maharani vigiada e contida, de passos contados e palavras medidas, cujo maior desafogo era o apoio e a compreensão de um marido liberal, um belo dia, aos 41 anos de idade deu o seu brado de libertação: inscreveu-se no partido político de oposição ao governo, candidatou-se e foi eleita deputada, por uma corte de seguidores fanáticos.

E fez uma vibrante carreira política. Antagonista ferrenha de Indira Gandhi, certa feita foi presa e encarcerada por ordem da Primeira-Ministra. E continuou a sua luta mesmo quando Jai foi nomeado Embaixador na Espanha numa tentativa do governo indiano de afastá-la do Parlamento. Nem mesmo a morte de Jai, em 1969, de enfarte, na Inglaterra, no meio de uma partida de pólo no campo de Cirencester, conseguiu arrancá-la da vida pública.

Ayesha continuou lutando, defendendo os poucos privilégios que ainda restavam aos príncipes hindus. Só se retirou em agosto de 1971, depois que Indira Gandhi conseguiu introduzir um adendo à Constituição retirando dos nobres as poucas mordomias que lhes sobravam e privando-os até do uso dos seus títulos.

Estava justamente elaborando esta passagem das minhas recordações quando o meu amigo, Embaixador Roberto Assumpção, mandou-me de presente o livro de Gayatri Devi de Jaipur *A Princess Remembers.* Um livro fascinante para todos os que se interessam pela Índia, pela história contemporânea, pelos meandros da psicologia feminina. Um livro triste para mim, pois revela claramente a amargura e o saudosismo nos quais mergulhou a minha querida Ayesha, a minha bela amiga tão cheia de alegria e entusiasmo mas que não soube aceitar com resignação e graça as restrições do seu destino.

Morte do Presidente Kennedy

Estávamos na Embaixada em Roma, com hóspedes, quando fui chamado ao telefone e recebi a notícia que enlutou o

mundo: meu amigo John Kennedy fora assassinado. Cumpria-se mais uma etapa do destino trágico daquela família heróica que sobrevive a tudo com estoicismo e valor.

O mundo inteiro chorou com a jovem viúva Jacqueline Kennedy e impressionou-se com a sua extraordinária dignidade. Mas foi simplesmente estarrecidos que constatamos a força e resignação da mãe mais uma vez ferida, a matriarca da família, Rose Kennedy, essa mulher admirável. Exemplo de fé e de autodomínio mesmo quando a desgraça novamente abateu-se sobre ela e a mão assassina, em Los Angeles, feriu de morte o segundo dos Kennedys e o terceiro na linha de sucessão à Presidência da República. Meu inesquecível e brilhante amigo Robert Kennedy.

Tempos depois, fomos visitar Ted Kennedy em Washington. Ele foi nos buscar no aeroporto e nos hospedou em sua casa. Mas antes, passou no cemitério de Arlington, onde se achava enterrado John Kennedy. Sabedor da amizade que nos unia ao seu irmão, imaginou que sentiríamos consolo orando por ele em sua sepultura. Já se passava mais de um ano da morte do Presidente mas, diante do seu túmulo, ainda formavam-se longas filas de visitantes consternados. Dali Teddy nos levou para conhecer a Gouthier Road, em Falls Church, próxima à sua casa. A rua foi assim denominada, em minha homenagem.

Cassado pela Revolução

Cassado pela Revolução

> "Se servistes à pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, e ela, o que costuma."
> (Padre Antônio Vieira, "Sermão dos Pretendentes", pregado na Capela Real, em 1669.)

Não há nada mesmo de novo, no *front* da vida. Depois de 30 anos de bons serviços e dedicação total ao meu país, sendo que 25 na carreira diplomática, fui cassado sem aviso prévio e sem explicação.

Sempre dialoguei com os Presidentes da República aos quais servi, como diplomata. Minhas relações com Jango Goulart eram as mais cordiais possíveis e estou certo de que ele me estimava muito. Eu também gostava daquele homem amável e atencioso, embora julgasse que ele se interessava mais em fazer política do que na administração do país.

Estancieiro rico, não podia acreditar que João Goulart fosse comunista. Eu me admirava, portanto, da onda de pavor que se apossara no Brasil, do medo que incentivava senhoras a marcharem de rosário na mão, orando para que Deus o impedisse de instalar o comunismo. No meu entender, Jango não era comunista, era apenas politicamente ingênuo e inábil. Percebi que ele estava brincando com fogo, avançando o sinal e se expondo. Cercado de esquerdistas, deixava-se dominar, agindo sem a prudência de um estadista. Percebi isso, com pungente clareza, pressenti o perigo que ele corria, por exemplo, na ocasião em que,

no famoso almoço do Automóvel Clube, discursou aos sargentos ousando suberter a hierarquia militar. Audácia que sempre custa um preço muito alto.

Juscelino era o primeiro a lhe dar conselhos para que se libertasse de algumas influências nocivas; para que pensasse duas vezes antes de tomar atitudes. Conversei muito sobre isso com Juscelino e, os dois, tentamos abrir os olhos de João Goulart. Mas ele não nos dava ouvidos, alegando que o povo estava com ele, e ele agia em nome do povo.

Se tivesse sido um pouco menos gaúcho e um pouco mais mineiro, teria evitado muito sofrimento, muita dor e muitas trevas.

Diplomata de carreira, servindo no exterior, fiz o que pude para ajudar o Presidente da República, eleito pelo povo, mas não cabia a mim mudar a sua cabeça. Nem a distância, nem o tipo do nosso relacionamento o permitiriam.

Em resumo, eu sabia que Jango estava fazendo malabarismos na corda bamba, desafiando forças poderosas sem o devido respaldo, e sem o tato e a argúcia política indispensáveis. Mas, fervoroso defensor da ordem legal, não pensei que se chegasse a uma revolução para depô-lo, pois há meios e recursos legais para corrigir a conduta e os atos de um Presidente.

No dia 31 de março de 1964, voltava eu de uma recepção quando recebi a notícia brusca da vitória da Revolução e da queda de Jango. Senti, então, que acontecera o irremediável, a ruptura de nossas frágeis instituições democráticas. E repito: Jango foi deposto por sua falta de tato e incompreensão do papel das Forças Armadas em toda a História do Brasil.

Tive pena dele e tive pena do Brasil mas nem sequer passou pela minha cabeça a idéia de que eu seria arrastado na mesma rede. E acho que nem passou na de ninguém. Talvez, unicamente, na de Carlos Lacerda que, mal triunfou a Revolução, foi à Europa tentar explicá-la. Pois, assim que chegou a Roma, acompanhado por Abreu Sodré e eu fui visitá-lo, declarou-me:

– Os militares estão muito irritados com você por causa da festa que ofereceu às filhas de Juscelino – e acrescentou: – Como sou seu amigo, quero lhe dizer que você não precisa estar presente à entrevista que vou conceder aos jornalistas, porque eu vou abrir as baterias contra Juscelino.

Não tentei demovê-lo dessa agressão, pois quem conheceu Carlos Lacerda sabe muito bem que nada o demovia quando despertava nele o seu espírito demolidor. Dei as costas e fui-me embora. Saí até de Roma para passar o fim de semana na casa de uns amigos, nos arredores. Admirei-me quando no dia seguinte li os jornais: Lacerda não dizia uma única palavra contra Juscelino.

"Os militares estão muito irritados com você por causa da festa que ofereceu às filhas de Juscelino." Foi o único aviso que recebi. E nem dei atenção. Os militares estavam irritados por causa de uma festa que eu dera à minha custa? Que importância podia ter isso?

Continuou tudo no melhor dos mundos. Ninguém do Brasil me mandou uma linha, me deu um telefonema para me prevenir de nada.

Pode-se imaginar a minha surpresa quando, estupefacto, recebi um telegrama da Secretaria de Estado comunicando que meus direitos políticos haviam sido suspensos por dez anos, por decreto

assinado pelo Presidente Castello Branco, de acordo com o Ato Institucional nº 1.

E não tive sozinho a minha cabeça cortada: comigo foram sacrificados Juscelino, João Goulart, Jânio Quadros e mais 4 mil cidadãos. Para compor o cenário de radicalismo eclético e arbitrário, só faltaram mesmo as carretas, a guilhotina e as *tricoteuses*...

Normalmente, eu teria alguns dias para deixar a Embaixada. *Normalmente* é uma força de expressão, pois não havia normas ou regras a esse respeito: eu fui o primeiro Embaixador a ter os direitos políticos cassados no posto em que servia. No mesmo dia, na mesma hora, mudei-me com a minha família, e até alguns hóspedes que lá recebíamos, para uma casa do Marquês de Salviatti, colocada à nossa disposição. E, em menos de 48 horas, tiramos tudo o que era nosso e desocupamos a Embaixada.

Foi um embalar e encaixotar tão febril que o nosso copeiro, o fiel Giovanni, perdeu a sua aliança de casamento e veio se queixar à Laís, chorando com medo das iras da sua mulher. Foi preciso que a minha mulher, na mesma hora, mandasse comprar outra para ele.

Deixamos o nosso *lift-van* num guarda-móveis e fomos passar uns dias em Forte dei Marmi, na propriedade de Suzanne Agnelli, irmã de Giovanni Agnelli, meu amigo e o grande patrão da Fiat. De lá, fomos para Portugal, aceitando o convite de Antenor Patiño.

Fiquei obviamente abalado e desgostoso de ver cortada assim, estupidamente, a carreira à qual devotara toda a minha vida. Mas não senti ódio dos que me cassaram nem dos que colaboraram para a minha cassação. Se algum sentimento houve, foi o de pena deles...

Nessa hora, contei com o imenso apoio na serena firmeza da minha mulher, que aceitou os dias de provação com a mesma dignidade que aceitava os de glória. E nas manifestações de apreço e solidariedade que começaram a chover dos quatro cantos do mundo. Cartas, telegramas, telefonemas... Não me esquecerei nunca da mensagem de Gaston Palewski, então Ministro de De Gaulle: *"Je vous présente mes sympathies indignées."* Do Brasil, onde reinava o pânico, e se caçavam bruxas, chegaram-me inúmeras cartas, cautelosamente enviadas por portador.

Da minha Casa, do Itamaraty, recebi um apoio e uma solidariedade irrestritos. Meus colegas, esses, me mandavam telegramas abertos, desassombrados. Eles me conheciam e conheciam o meu trabalho, respeitavam-me e eram meus amigos. Ficaram incondicionalmente do meu lado.

O governo criou uma Comissão de Inquérito para investigar a minha vida profissional e determinar se eu deveria responder a processo. Nada, três vezes nada, foi apurado contra mim e eu fui aposentado com todos os meus vencimentos.

Eu estava decidido a não voltar tão cedo para o Brasil e, a pedido de Laís, resolvi morar em Paris. Enquanto planejávamos a nossa vida, aceitei o convite de Antenor Patiño, que colocara à nossa disposição uma bela casa em Alcoitão, perto do Estoril, e fomos para Portugal.

Foi então que eu vendi uma boa parte da minha coleção de quadros. Com o dinheiro, comprei o belo apartamento de Patiño no Boulevard Suchet nº 10, onde instalei minha família com o conforto e a dignidade aos quais estava habituada.

E fui tratar de ganhar a vida. Abri um escritório de representações e consultoria de assuntos internacionais, Soetec – Société d'Études et Expansion Commerciale, primorosamente montado na Avenue des Champs Elysées, 124. E, ironia da vida, os que tentaram me prejudicar, no fundo me prestaram um bom serviço. Pois, só quando eu parei de trabalhar para o governo brasileiro e passei a trabalhar para mim mesmo, ganhei muito dinheiro. O que não é de se admirar, uma vez que eu conhecia todas as pessoas certas no mundo dos negócios, e tinha a confiança dessas pessoas, graças à lucidez e honradez que sempre demonstrara e à visão clara e experiente dos problemas econômicos mundiais que adquirira na vida diplomática.

Durante todo o tempo do obscurantismo e do terror no Brasil, mantive as portas da minha casa em Paris abertas aos exilados brasileiros que passavam dificuldades. Éramos todos brasileiros e, na hora da fome, não existiam divisões ideológicas.

Passei quatro anos sem voltar ao Brasil. Nada me impedia de fazê-lo, a não ser a minha vontade. Até que, em fins de 1968, tive necessidade de vir ao Rio ultimar um negócio: a venda de uma grande partida de cimento europeu a uma firma brasileira.

Por coincidência, cheguei no momento exato em que se dava mais uma crise política, provocada pelo discurso do Deputado Márcio Moreira Alves. O governo aproveitou para fechar o Congresso, fazer o Ato Institucional nº 5 e... nos prender.

Na Praça da Harmonia

Cheguei ao Rio e fui me hospedar num apartamento colocado à minha disposição pela minha grande amiga Josefina Jordan, muito bem instalado e, até, com empregada às minhas ordens. Depois de quatro anos de ausência, como é natural, os meus amigos começaram a se movimentar para me receber.

Na noite de 13 de dezembro – dia da inauguração do AI-5 – eu estava jantando na casa de Lourdes e Alberto Proença de Faria, um jantar maravilhoso, diga-se de passagem, quando fui chamado ao telefone. Era a empregada, aflita, falando com dificuldade, avisando que dois policiais do DOPS estavam lá, à minha espera.

Tranqüilizei-a e voltei à mesa para terminar calmamente o meu jantar. Afinal, seria uma desconsideração com a minha anfitriã desperdiçar um *menu* tão caprichado. Quando nos levantamos da mesa, contei o que se estava passando.

Meus amigos – José Manoel Fragoso, Embaixador de Portugal, o casal Marcelo Machado, Antônio João Dutra, filho do Marechal Eurico Gaspar Dutra, e muitos outros – custaram a acreditar em tamanho disparate. Alguns opinaram que eu não deveria voltar lá e José Manoel Fragoso chegou a me oferecer asilo na Embaixada. Mas, quem não deve não teme, e decidi ver, em pessoa, o que se passava.

Acompanhado de João Dutra, dirigi-me imediatamente para o apartamento, onde soube pela empregada que os policiais tinham ido tomar café num bar próximo, na Rua Fernando Mendes. Fui até lá e eles me prenderam. Não traziam nenhum

mandado de prisão e nem ofereceram a menor explicação a João Dutra – que era major do Exército, reformado – disseram apenas que eram "ordens da Revolução". A única concessão que fizeram foi permitir que João me acompanhasse.

E lá fui eu, preso, para o quartel da Polícia Militar, na Praça da Harmonia, no bairro da Saúde.

Confesso que achei graça. Era realmente engraçado um endereço digno de integrar o texto do verdadeiro "teatro do absurdo" que se encenava naquela época no Brasil.

Praça da Harmonia, no bairro da Saúde: local para se recolherem pessoas, sem motivo aparente, em nome da segurança do regime...

No quartel, por insistência de João Dutra, queriam me levar para uma sala especial. Mas eu fiz ver ao comandante da PM, Coronel Assunção, que recusava regalias e exigia ser colocado na sala dos outros presos. A custo, consegui convencer meu amigo a voltar para a sua casa.

Na sala dos presos, vi muita gente e soube muita coisa. Entre os numerosos detidos havia, por exemplo, o padre René Mendonça, Vice-Reitor da PUC, vários professores e estudantes universitários, artistas, e o Deputado José Gomes Talarico que, desde 1964, volta e meia ia preso, por sua declarada fidelidade a João Goulart. E soube que andavam prendendo gregos e troianos, numa "operação arrastão" indiscriminada.

Naquele mesmo dia, naquela mesma sala, estivera detido o Embaixador Sette Câmara. Provavelmente, por crime igual ao meu: ser amigo de Juscelino. Mas, assim que ele foi preso, os amigos se movimentaram, alertando do fato o seu amigo General Ramiro

Gonçalves, Comandante da Divisão Blindada do Exército. Parece que o General não conversou. Telefonou para o quartel e avisou: se não soltassem Sette Câmara imediatamente ele iria tirá-lo de lá com uma patrulha do Exército.

Ouvi dizer, ainda, que havia centenas de outros presos em diversos locais, entre os quais, Carlos Lacerda, o Deputado Renato Archer, ex-parlamentares e militares.

As janelas da sala estavam fechadas e o calor era insuportável – todo mundo sabe que a zona do Cais do Porto é uma das mais quentes da cidade. Soldados armados de fuzis e baionetas tentavam nos intimidar. Mas o ambiente apesar de tudo era tranqüilo, principalmente graças a Talarico que, com grande prática do assunto, não se deixava abater e procurava animar todo mundo. Recebeu-me com a maior simpatia, apresentando-me aos *colegas.*

Desagradável mesmo era a demora dos depoimentos intermináveis. Fui levado, junto com Talarico, ao prédio da Polícia Central, na Rua da Relação. E lá esperei, sentado num banco duro, de uma sala escaldante, enquanto ele era interpelado – por quatro horas seguidas – sobre Jango, Brizola, o PTB, e uma possível conspiração contra o sistema. Talarico respondendo, à exaustão, que era amigo de Jango, que não conspirava mas lutava pela restauração constitucional.

Quando chegou a minha vez, fizeram-me perguntas sem nexo, que mais pareciam curiosidades de comadres: queriam saber o que eu fazia na Europa, quais eram os meus amigos, quem eu recebia na minha casa em Paris. Voltando sempre a Juscelino, visando sempre Juscelino. Não me fizeram nenhuma pergunta

coerente e direta, mas pude perceber que, dada a coincidência da minha chegada ao Brasil, eles pensavam que eu tinha vindo conspirar contra a Revolução, e talvez procurar obter um financiamento para um contragolpe por intermédio de amigos.

Ao saberem da minha prisão, vários amigos se movimentaram. Cito, entre outros, Vera e Wallim Vasconcellos, Ibrahim Sued, Nenette Weinschenk, João Neder e Ruy Mendes Pimentel. Mas, foram Maria do Carmo e José Nabuco os que mais procuraram me ajudar. Essa mineira, culta e decidida, que tem no sangue como a maioria dos mineiros a marca inapagável da liberdade, mexeu-se em todos os sentidos, apelando às autoridades, inclusive junto ao meu amigo de muitos anos: Francisco Negrão de Lima, na época Governador do Estado da Guanabara que, infelizmente, envolvido pelos ditames da Revolução, nada pôde fazer.

O período era de caos, de jogo de empurra. A polícia prendia indiscriminadamente, as Forças Armadas prendiam indiscriminadamente, tudo "por ordem da Revolução". Enquanto esperava o advento de um pouco de bom senso, eu recebia muitas visitas no quartel onde me encontrava encarcerado.

Maria do Carmo foi falar com o General Sizeno Sarmento, Comandante do I Exército, que lhe afirmou não ter nada a ver com a minha prisão. Caso contrário, se por sua determinação agissem, o meu destino teria sido uma unidade do Exército e não da Polícia Militar. Aborrecido com o fato, pois não via justificativas para a minha detenção, Sizeno Sarmento ordenou que me soltassem imediatamente. De posse dessa autorização, Maria do Carmo e José Nabuco foram ao quartel para me buscar.

Era dia 24 de dezembro e eu estava com os outros presos e um dos capelões militares no refeitório do quartel, dividindo a modesta ceia de Natal que o Coronel Assunção permitira que organizássemos. Movido por um impulso legítimo de solidariedade de humana, recusei a minha libertação, decidido a partilhar com os meus companheiros – que continuariam presos – o pão amargo daquele dia.

Eles compreenderam o meu gesto mas não aceitaram o sacrifício e eu acabei indo com Maria do Carmo e José para a casa deles, onde outros amigos esperavam para me abraçar, entre os quais o Embaixador Vasco Leitão da Cunha, ex-Ministro das Relações Exteriores ao tempo da suspensão dos meus direitos políticos.

Enquanto isso, em Paris, aflita, Laís não saía do telefone tentando saber notícias minhas, já que os amigos do Rio não tinham coragem de contar a ela toda a verdade da minha situação. Mesmo porque, ninguém sabia bem toda a verdade, nem como acabaria uma prisão irracional daquelas. Afinal, foi através do nosso amigo Embaixador Sargent Shriver, cunhado de Kennedy, que ela soube da minha libertação.

Como se pode imaginar, eu só tinha uma idéia na cabeça: voltar para Paris o mais depressa possível. Mas antes de partir fui visitar Juscelino, sob prisão domiciliar. Meu grande amigo espantou-se com a minha visita e nos despedimos emocionados.

Em Paris, passei as festas de fim de ano em casa de Edmond Bory. Com a minha família, os Duques de Windsor, o casal Antenor Patiño, Perla e Graham Matison. Brilhava como sempre na França a chama da liberdade e o Brasil, com a sua Revolução, seus atos institucionais e suas prisões abarrotadas, parecia um longínquo pesadelo.

O Museu de Arte Moderna (MAM)

O Museu de Arte Moderna (MAM)

De volta ao Rio, já instalado neste meu apartamento, sou acordado uma madrugada, pelo telefonema de uma grande amiga minha, Heloisa Aleixo Lustosa, Diretora-Executiva do MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro) e hoje membro do Conselho Federal de Cultura, transmitindo-me a dramática notícia: o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro estava em chamas. Senti um desgosto profundo, pois fui um dos seus sócios fundadores e era membro do Conselho Deliberativo, tendo-lhe feito, inclusive, a doação de um de meus quadros, o incomparável *Les oeufs sur le plat (sans le plat)*, de Salvador Dali. Tela que, de acordo com o crítico Jayme Maurício, valeria hoje cerca de um milhão de dólares.

Quando eu cheguei lá, a tragédia já se havia consumado. Devorado pelas chamas, o Museu estava em ruínas, grande parte do seu acervo perdida para sempre.

Dois dias depois, recebi um apelo de Ivo Pitanguy, Nelson Baptista, Aloysio Salles, Leônidas Bório e outros amigos do Museu – certamente lembrados do meu trabalho na restauração do Doria Pamphili – no sentido de que assumisse o cargo de coordenador da sua reconstrução. Eu não queria aceitar. Por várias razões, não

queria aceitar de forma alguma. Mas acabei cedendo, deixando-me convencer. E, quando aceitei, sabia que me dedicaria integralmente.

Saí dali e fui conversar com Maurício Nabuco, meu grande mestre na carreira diplomática e na vida, que tinha sido Diretor-Presidente do Museu. Imediatamente ele se dispôs a me ajudar. E começou conseguindo a primeira doação.

Como não sei trabalhar sem um mínimo de conforto operacional, tomei logo a providência de mandar limpar e ajeitar uma das salas menos devastadas pelo fogo, pelo calor ou pela água, para lá instalar a minha equipe. E passei a trabalhar no "meu ritmo especial de obras", isso é, 12 horas por dia.

O Governador Floriano Faria Lima foi a primeira pessoa a ajudar fundamentalmente a reconstrução. Entrou com dinheiro e entrou com pessoal. Designou-nos imediatamente uma verba de 30 milhões de cruzeiros e colocou engenheiros do Estado à nossa disposição. Homens excepcionais que trabalharam com afinco e entusiasmo, sob a orientação segura e eficiente de Hugo de Matos, Secretário de Obras do Estado.

Demonstrando o seu sincero interesse pela pronta restauração do Museu, o Governador Floriano Faria Lima passava, semanalmente, pelo MAM para verificar como iam os trabalhos.

O MAM deixou consignado o seu agradecimento ao Governador Faria Lima numa placa que colocou no saguão do prédio.

Enquanto durou o meu mandato como coordenador da reconstrução, fiz o que pude. Só não dormia lá, mas passava o dia inteiro, almoçava, ou comia um sanduíche... E posso dizer que,

quando me afastei, deixei uns noventa por cento da reconstrução prontos.

Usei de todos os recursos ao meu alcance, pedindo aos amigos favores, doações... Arranjando móveis emprestados de um lado, máquinas de escrever, de outro; Kombis com a Volkswagen; maçanetas, ferragens e ferraduras, na firma de um amigo; cópias xerox, dinheiro vivo... Tudo rigorosamente escriturado.

Cidadão Honorário do Rio de Janeiro

Homenagem que muito me sensibilizou foi a que me prestou a Câmara Municipal, conferindo-me o título de Cidadão Honorário do Rio de Janeiro.

A solenidade, realizada no dia 22 de setembro de 1981, lotou todo o plenário e galerias da Câmara com os meus amigos do Rio, conterrâneos de Minas, autoridades, entre os quais duas das presenças que mais me comoveram foram: a do ilustre Ministro Gustavo Capanema, a quem servi na minha mocidade como Oficial de Gabinete, e a de Dona Sarah Kubitschek.

Fui saudado pelos vereadores Hélio Fernandes Filho, autor da moção que indicou o meu nome para tão elevada honra, e Paulo César de Almeida, e pelo Vice-Presidente da Câmara, Moacir Bastos.

Rememorando a minha vida pública e as minhas atividades, os oradores salientaram os trabalhos que fiz, em favor do Brasil, em todos os países em que servi como diplomata, e ressaltaram também a minha participação na reconstrução do Museu de Arte Moderna.

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Gostaria de me lembrar da primeira vez que vi Juscelino Kubitschek. Esforço-me e infelizmente não consigo. Na vida é sempre assim. Por vezes nunca estamos conscientes para a importância do momento que vivemos. Belo Horizonte era uma cidade pequena onde – vindos de todas as partes do Estado – praticamente crescíamos juntos ou nos conhecíamos todos. Como poderia eu, ainda jovem, saber que aquele dia – em que cruzei pela primeira vez com Juscelino – teria tamanha influência em nossos destinos.

Desgraçadamente, lembro-me da última. Era em princípios de agosto e fomos almoçar, os dois, na Manchete com Adolpho Bloch. Alegre, descontraído, Juscelino atravessava uma fase muito boa, de total serenidade. Nem de longe parecia ter 74 anos, tão cheio de vigor e de projetos. No momento, terminava de escrever as suas memórias e, falando sobre elas, relembramos os muitos episódios da sua vida, revivemos certos lances, conferimos recordações.

Tudo isso com alegria e sem a menor amargura. Coerente com a sua índole e feitio, Juscelino não guardava ressentimentos, não tinha ódios.

Naquele dia, elogiou muito o Ministro Mário Andreazza – homem empreendedor e dinâmico muito ao gosto de Juscelino – e discorreu com entusiasmo sobre Itaipu – obra desenvolvimentista que se encaixava perfeitamente dentro da sua filosofia.

Depois de um delicioso almoço, alegres e despreocupados, despedimo-nos de Adolpho Bloch que nos acompanhou até a porta.

Eu estava sem carro e Juscelino me ofereceu uma carona no seu para Copacabana, e viemos conversando banalidades. Era uma tarde linda de um dia glorioso. Quando o carro entrou na Avenida Atlântica, Juscelino ficou um instante em silêncio e depois desabafou: "Que beleza de cidade, não é, Hugo! Somos uns privilegiados da terra."

Desci em frente a minha casa e voltei-me para dizer adeus. Juscelino acenou-me sorrindo. Geraldo Ribeiro, seu chofer há 30 anos, ligou o motor, acelerou. E desapareceram para sempre da minha vida. Partiram dali para a eternidade.

Eu estava no Rio quando Juscelino foi eleito deputado, em 1934; servia em Washington quando assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte, em 1940. Mas em 1950, como já tive ocasião de mencionar, participei da articulação para a sua candidatura a Governador de Minas Gerais e celebrei a sua vitória. Um ano antes, quando ainda nem se pensava na sua candidatura, ele se preocupava com o meu futuro. Numa carta sua, que recebi em Washington, datada de 14 de abril de 1949, conjecturava sobre a próxima eleição presidencial e acrescentava:

"Penso, aqui, muito em você, porque desejo, sinceramente, que o nome indicado esteja ligado a nós por laços de amizade e de solidariedade política, de modo a facilitar o que todos pretendemos para você: alta posição na política interna ou um lugar de Embaixador no exterior."

Muita gente me pergunta o que uniu dois homens tão diferentes: um, vivendo nas altas esferas internacionais, outro, violentamente centrado no Brasil. A resposta é uma só: nunca fomos diferentes. Nem Juscelino era provinciano, nem eu deixei de ser

mineiro. E sempre ouvimos o mesmo tambor: a viga mestra da personalidade de ambos era a capacidade de ação e realização. Não tínhamos medo de grito e, uma vez decididos a alguma coisa – fosse o que fosse – íamos até o fim. Daí a espontaneidade e permanência das nossas relações. Sem falar que Juscelino era um excelente companheiro para todas as ocasiões. Como eu, ele também era um homem da noite, só que bem mais dotado: seresteiro, gostando de dançar e cantador. Um Presidente da República que tinha por prefixo musical o *Peixe Vivo*.

E, se eu passei a vida a fazer amigos, Juscelino passou-a a desfazer inimizades. Um homem desarmado que até esquecia das ofensas que lhe tinham dirigido na véspera, porque não tinha tempo a perder com elas.

Durante o seu governo prestei-lhe a minha colaboração extracarreira diplomática em várias oportunidades. Cito: *en passant*, a fundação da Sudene. Sempre que eu vinha ao Brasil, aproveitava para conhecer o território nacional mais e mais. Em 1959, voltei do Nordeste impressionado com o desnível social e a pobreza que lá encontrei. Naquela época, o governo canalizava os seus investimentos sobretudo para as indústrias paulistas. São Paulo, dizia-se, era uma locomotiva arrastando vinte vagões.

Conversando com Juscelino, sugeri-lhe que criasse uma espécie de Plano Marshall para a região, a fim de tentar remediar a desgraçada situação em que ela se encontrava. Aventei até a hipótese do Presidente transferir, periodicamente, a sede do governo para pontos do Nordeste, onde poderia acompanhar melhor a concretização do plano.

Juscelino interessou-se pela primeira parte da minha sugestão e pediu-me que pensasse mais sobre o assunto. Chamei o meu amigo, Antônio Mesquita Lara – trabalhando na época no Banco de Desenvolvimento Econômico e, mais tarde, no Banco Mundial – e juntos redigimos um *memorandum* ao Presidente da República.

Juscelino leu, chamou o Embaixador Sette Câmara e pediu-lhe que desenvolvesse o nosso plano. Coordenador do projeto e responsável por sua sustentação junto ao Presidente, Sette Câmara criou um Grupo de Trabalho, convocando homens de alta capacidade, tais como: Luís Carlos Mancini, Israel Klabin e Celso Furtado.

A princípio, Celso Furtado não era a favor da criação de um novo órgão. Achava que a Spevea – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, já existente, era capaz de suportar o encargo. Já o deputado baiano Hermógenes Príncipe fez inúmeros discursos na Câmara defendendo o nosso ponto de vista. A respeito do assunto, manifestou-se também Aluísio Alves. Defendia o ex-Governador a tese de que os governadores do Nordeste deveriam ter assento no novo órgão a ser criado, o que lhes facilitaria a vida no plano administrativo e no plano político.

A sugestão de Aluísio Alves gerou o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Codeno, onde todos os governadores da área tinham participação e possibilidade de discutirem suas idéias e exporem seus problemas. Daí, naturalmente, surgiu a Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Ao decidir a nomeação de Celso Furtado para Superintendente da Sudene, afrontando a oposição de muitos deputados e senadores nordestinos que preferiam um político, Juscelino mais uma vez demonstrou o acerto na escolha.

No campo da política externa, Juscelino já demostrara a sua visão desejando maior participação da América Latina no concerto internacional. Em 1956, foi a Caracas encontrar-se com o Vice-Presidente Richard Nixon que viajava pela América do Sul tentando captar simpatias para o governo de Eisenhower. Nessa época Nixon recebeu estrondosa vaia e foi até mesmo atingido por alguns tomates.

Juscelino percebeu que era hora de fazer alguma coisa para remediar a situação e melhorar o entendimento entre os países vizinhos da América. Chamou Augusto Frederico Schmidt e juntos escreveram uma longa carta a Eisenhower, explicando-lhe a necessidade imperiosa de um apoio mais energético dos Estados Unidos à economia latino-americana que só estava recebendo migalhas homeopáticas dos seus ricos irmãos do norte.

Alguns órgãos da imprensa brasileira atacaram muito Juscelino, acusando-o de tentar chantagear os americanos. Opinião totalmente divergente da do Presidente Eisenhower, que enviou uma carta incentivadora, em vista da qual Juscelino mandou Sette Câmara à Colômbia, conferenciar com o estadista Alberto Lleras Camargo. Lançavam-se, então, as bases da Operação Pan-Americana.

Mais tarde, ao perceber o valor político da proposta brasileira, nos moldes da Operação Pan-Americana, Kennedy criou a Aliança para o Progresso, que investiu vários milhões de dólares

em projetos brasileiros, inclusive no Rio, no governo de Carlos Lacerda.

Pouco antes de morrer, Kennedy havia pedido a Juscelino e a Lleras Camargo que lhe enviassem relatórios sobre os resultados da Aliança, no Brasil e na Colômbia. Creio que Juscelino chegou a redigir um trabalho, não sei se chegou a entregá-lo, pois, meses depois, Kennedy era assassinado e, um pouco mais tarde, ele era cassado...

A 12 de setembro de 1981, aniversário de seu nascimento, foi inaugurado em Brasília o Memorial JK.

Deve-se a Sarah Kubitschek, à sua tenacidade em cultivar a memória e difundir a obra política e administrativa de seu marido, a realização, em prazo marcado, a partir da primeira audiência com o Presidente João Figueiredo, dessa obra importante. Sarah Kubitschek merece o respeito e a gratidão do Brasil pelo empreendimento que promoveu, ao lado de Adolpho Bloch, amigo de JK nas horas incertas e de amarguras.

Constitui, esse Memorial, um gesto de verdadeira concórdia nacional, Juscelino retornou à cidade que fundou, junto de seus candangos, de seus livros, do seu arquivo, das fotografias de Brasília desde o início de sua fundação. Planejado pelo gênio de Oscar Niemeyer e construído por Sérgio Vasconcelos, representa o Memorial JK um marco da cidade e um exemplo para as gerações do Brasil.

Em Roma, 17 anos depois

Dezessete anos depois de haver deixado a Embaixada em Roma, lá estivemos, Laís e eu, novamente, no mês de fevereiro de 1982, por cerca de dez dias, hóspedes do Embaixador Mário Gibson

Barboza. Constituiu para mim momento de grande emoção minha estada na Embaixada, onde revi vários auxiliares que comigo serviram. O meu contentamento foi ainda maior por verificar que o Embaixador Gibson Barboza deu um impulso extraordinário aos serviços da Embaixada, modernizando-os e aperfeiçoando a obra que fizeram seus antecessores. Os locais da Embaixada estão totalmente ocupados com serviços do interesse do Brasil em Roma. Isto veio provar que o Palácio Pamphili não era amplo demais para abrigar os serviços da Casa do Brasil, que tinham de necessariamente crescer com o correr dos tempos.

Iconografia



Bruxelas, 1956
Da esquerda para a direita Paulo Carneiro, Márcia Kubitschek, Sarah Kubitschek, Maria Estela Kubitschek, Laïs Gouthier.



Hugo Gouthier e Juscelino Kubitschek



Rio, 1971
Hugo Gouthier e amigos.



Rio, 1972
Adolfo Block e Beatriz Patiño.



Lúcia Pedroso, Hugo Gouthier, Ivo Pitanguy, Marilú Pitanguy.
Rio, 1968.



Nova York
Hugo Gouthier
com Nelson
Rockefeller



Nova York
Juscelino Kubitschek, Dora Vasconcellos, Hugo Gouthier e Oswaldo Penido.



Nova York
Jantar de homens "stag" organizado por Hugo Gouthier para Juscelino Kubitschek que era Presidente eleito do Brasil (não havia tomado posse ainda.)

Da esquerda para a direita. Embaixador Muniz (do Brasil em Washington), Harriman, Juscelino Kubitschek, Henry Cabot Lodge (Embaixador norte-americano na ONU), Thomas Dewey, Hugo Gouthier (Cônsul Geral do Brasil em Nova York.



Hugo Gouthier e Afonso Arinos de Mello Franco.
1950



João Neves da Fontoura e ao centro Hugo Gouthier. 1946.

Fotografia Oficial Britânica n.D. 28838 (Escritório Central de Informação de Coroa – Direitos Autorais Reservados).

O Primeiro Ministro da Grã-Betanha recepciona o Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Em 18 de setembro, quinta-feira, 1946, foi oferecida uma recepção no Hotel Claridge ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, então em visita aos USA.



Nova York
Fim de semana com os Vanderbilt – 1953.
Grace Kelly, Hugo Gouthier, Laïs Gouthier e Oleg Cassini.



Xá do Irã.
Hugo Gouthier na intimidade com Reza Pahlavi.



Laïs Gouthier mostrando a Rua Gouthier RD “road”.



Em St. Moritz, da esquerda para a direita: Eugenie Niarchos, Hugo Gouthier, Elisinha M. Salles, Luciana Pignatelli.



Hugo Gouthier com Eunice Kennedy, uma outra amiga americana e
John Kennedy (antes de ser Senador em Washington. 1940.)
Em Georgetown na casa de Hugo Gouthier.



Hugo Gouthier com Dorothy Lamour (atriz de Hollywood)
Washington, W.C.



Hugo Gouthier com Agnelli, Presidente da Empresa Fiat.



O Xainxã e a Imperatriz da Pérsia.
Vekérau – agosto de 1952.



Juscelino Kubitschek, Hugo Gouthier e Jango Goulart.
Roma, 1963, Embaixada do Brasil.



Hugo Gouthier com o Presidente do Brasil Jango Goulart, Senador Benedito Valladares, Embaixador Henrique Souza Gomes (à época Embaixador junto ao Vaticano e Eugenio Caillard).

Roma - Palazzo Doria Pamphili

Embaixada do Brasil

14, Piazza Navona



Roma - Inauguração

Hugo Gouthier com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Horácio Lafer e Esposa.

Embaixador Hugo Gouthier e Esposa.

Itália, 1960.



Hugo Gouthier com a Duquesa de Windsor
Paris, 1958.